

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

**SOBRE A NATUREZA DA CONVERSAÇÃO BILÍNGÜE: UMA ABORDAGEM
VIA TEORIA DA RELEVÂNCIA**

Isabella Mozzillo

Prof. Dr. Jorge Campos da Costa
Orientador

Data da defesa: 21/01/2002

Instituição depositária:
Biblioteca Central Irmão José Otão
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

:

Porto Alegre, março de 2002

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

**SOBRE A NATUREZA DA CONVERSAÇÃO BILÍNGÜE: UMA ABORDAGEM
VIA TEORIA DA RELEVÂNCIA**

Isabella Mozzillo

Tese apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em Letras, sob
a orientação do Prof. Dr. Jorge Campos da Costa

Data da defesa: 21/01/2002

Instituição depositária:
Biblioteca Central Irmão José Otão
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

:

Porto Alegre, março de 2002

RESUMO

A Teoria da Relevância de Sperber & Wilson (1986, 1995) oferece um novo paradigma da cognição humana, segundo o qual a mente processa informação de forma a conseguir obter um máximo aproveitamento da representação de mundo com o mínimo custo de processamento. Tanto a informação que a mente escolhe processar como a maneira como o faz são determinadas pela busca constante de relevância.

A proposta do presente trabalho é constituir mais um espaço de estudo para a Teoria da Relevância, ao mesmo tempo em que pretende elucidar alguns aspectos de um modo específico de comunicação: a conversação bilíngüe.

Como a teoria sob exame postula que, através do princípio da relevância, os sujeitos interagem orientando sua capacidade interpretativa para obter o resultado mais interessante possível em termos de interpretação lingüístico-pragmática com o menor esforço de processamento, o papel do ouvinte bilíngüe em seu processo inferencial de significado durante sua exposição aos fenômenos do *code-switching* e da interlíngua são analisados e redimensionados dentro desse marco teórico.

Palavras-chave: Teoria da Relevância, Bilingüismo, Conversação bilíngüe, Interlíngua, *Code-switching*

ABSTRACT

Sperber & Wilson's Relevance Theory (1986, 1995) provides a new model of human cognition according to which the mind processes information in such a way that it manages to obtain a maximum advantage of world representation with the minimum processing cost. Both the information which the mind chooses to process and the way it does such processing are governed by the constant search for relevance.

The proposal of the present work is to establish another scope of study for Relevance Theory, as well as it intends to elucidate some aspects of a particular way of communication: bilingual conversation.

Since the theory under examination postulates that, following the principle of relevance, individuals interact by orientating their interpretative capacity in order to obtain the most interesting result as regards linguistic-pragmatic interpretation with very little processing effort, the role of the bilingual listener during his/her meaning inferential process while exposed to code-switching and interlanguage phenomena are analysed and restructured within such theoretical boundary.

Keywords: Relevance Theory, Bilingualism, Bilingual Conversation, Code-switching, Interlanguage.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
CAPÍTULO 1 – A Teoria da Relevância: arquitetura do modelo	10
1.1 – A comunicação	10
1.2 – A inferência	30
1.3 – A relevância	41
1.4 - Explicaturas e Implicaturas	57
1.5 – Uma dimensão descritiva e interpretativa do uso da linguagem	63
1.6 – A revisão no posfácio da segunda edição de <i>Relevance</i>	68
1.6.1 – O primeiro princípio da relevância	69
1.6.2 – O segundo princípio da relevância	72
CAPÍTULO 2 – A Teoria da Relevância e seus críticos	76
2.1 – A comunicação sob análise.....	76
2.1.1 – Críticas à manifestabilidade mútua	78
2.1.2 – Questionamentos à comunicação ostensiva	80
2.2 – A inferência examinada	82
2.3 – A relevância sob avaliação	85
2.3.1 – O princípio da relevância em debate	88
2.4 - Explicaturas e Implicaturas em questão	96
2.5 – Discussão sobre o uso interpretativo da linguagem	99
CAPÍTULO 3 – A Teoria da Relevância e a conversação bilíngüe	103
3.1 - Aspectos da conversação bilíngüe	103
3.1.1 – O <i>code-switching</i>	107
3.1.2 – A interlíngua	112
3.2 - Reinterpretação de fenômenos da conversação bilíngüe a partir do princípio da relevância	123
3.2.1 – O modelo inferencial na comunicação bilíngüe	124
3.2.2 – O ambiente cognitivo e a manifestabilidade mútua entre bilíngües	127
3.2.3 – A comunicação ostensivo-inferencial em mais de um sistema lingüístico	130
3.2.4 – A inferência e a conversação bilíngüe	136
3.2.5 – A relevância na alternância de línguas	143
3.2.6 – O uso descritivo e interpretativo da linguagem durante a conversação bilíngüe .	155
CONCLUSÃO	161
BIBLIOGRAFIA	166

INTRODUÇÃO

O presente trabalho pretende constituir mais um espaço de estudo para a Teoria da Relevância de Sperber & Wilson (1986, 1995) ao tempo que pretende também contribuir para a elucidação de aspectos de um modo específico de comunicação: a conversação bilíngüe.

Tal conjunção é justificável tendo em vista, tanto os inumeráveis aportes que a Teoria da Relevância tem trazido ao tema da significação na comunicação em linguagem natural, como o grande interesse que têm merecido na atualidade os fenômenos presentes exclusivamente na conversação entre falantes bilíngües.

Em primeiro lugar, é preciso considerar que a Teoria da Relevância traz em si a pretensão de ser um novo paradigma científico ao evidenciar as limitações não somente das Teorias do Código mas as do modelo inferencial de Grice, o que a faz surgir como um aparato diferenciado no referente ao potencial descritivo-explanatório da comunicação verbal.

O construto em pauta propõe um modelo para processar informações que leva em conta o modo inferencial não-demonstrativo da compreensão. A comunicação verbal existe no momento em que os sujeitos realizam inferências de maneira espontânea sem o fim de provar nada.

A Teoria da Relevância apresenta-se, assim, como um modelo ostensivo-inferencial de comunicação humana, o que a torna um dispositivo teórico útil para diversos tipos de análise porque está centralizada sobre o processo inferencial não-demonstrativo e não-trivial dirigido pela noção de relevância cujo aspecto comunicativo é a otimização do benefício que justifica o alto custo de processamento informativo.

Através do princípio da relevância, os sujeitos envolvidos em conversas orientam sua capacidade interpretativa para que, com o mínimo esforço de processamento, consigam o resultado mais interessante possível em termos de interpretação.

Em segundo lugar, historicamente, a literatura especializada em bilingüismo tem descrito e explicado os fenômenos da interlíngua e do *code-switching*¹ - presentes nas conversações levadas a cabo por bilíngües que se sabem detentores do mesmo par de idiomas - restringindo-se às motivações que impelem o falante bilíngüe a produzi-lo. Não são comuns investigações sobre o modo através do qual o ouvinte bilíngüe realiza inferências e compreende aquilo que o falante pretendeu produzir ao fornecer-lhe as informações em mais de um sistema lingüístico.

As descrições referentes à conversação bilíngüe não dão conta da forma pela qual raciocinam os participantes quando se deparam com a alternância de uma língua para a outra. Tal tipo de conversação implica um aumento de significado introduzido pela útil alternância lingüística. O uso de mais de um idioma durante a conversação é uma forma de passagem de mais informação do que aquela que apenas está sendo interpretada no nível do que está sendo dito.

Como as teorias de código não descrevem nem explicam o papel do ouvinte bilíngüe em seu processo inferencial de significado, restringindo-se ao dito, ao codificado, o suporte da Teoria da Relevância pode ser empregado para o redimensionamento de tal fenômeno.

As hipóteses norteadoras deste trabalho conduzem, dessa forma, à verificação da capacidade descritivo-explanatória pretendida pela Teoria da Relevância no que concerne a outro tipo de comunicação em linguagem natural que não seja o padrão monolíngüe, por um lado, e, por outro, à análise de aspectos inferenciais presentes no processo de compreensão durante a conversação bilíngüe.

Uma teoria de tipo inferencial pode se apresentar, portanto, como a apropriada para explicar e descrever como os falantes inferem as informações além do dito. Se apenas decodificar o que foi explicitado fosse suficiente, não haveria motivo para que os bilíngües

¹ O termo *code-switching* será aqui utilizado em inglês por ter ampla divulgação na literatura em português. Contudo, eventualmente, sua consagrada tradução literal, *alternância de código*, será também empregada.

empregassem ambas as línguas que dominam em variado grau durante o mesmo ato comunicativo.

Dessa forma, o ouvinte bilíngüe despende maior esforço de processamento ao ter que interpretar um enunciado mais complexo, pois que composto de mais de um idioma, mas tal aumento no custo justifica-se pela maior quantidade de efeitos contextuais que poderá captar durante tal tipo de comunicação. É nesse sentido que a noção de relevância ajuda a descrever e a explicar a questão sob exame.

Para desenvolver este trabalho e verificar as hipóteses que o norteiam, então, analisarei aspectos pragmáticos da conversação bilíngüe e os reinterpretarei pela Teoria da Relevância - que absorve as Teorias de código, introduzindo o processo inferencial a serviço do raciocínio - a fim de apresentar mais um instrumento que possa reafirmar seu potencial teórico-explicativo.

Além disso, pretendo contribuir com mais uma evidência de que a aplicação da idéia de baixo custo e alto benefício - defendida pelos autores da teoria em questão - pode ser realmente capaz de explicar vários fatos ocorridos na comunicação em linguagem natural.

A tese será desenvolvida em três capítulos. No primeiro, resenharei a Teoria da Relevância ilustrando-a, tanto com exemplos de conversações bilíngües, como com os próprios exemplos da obra principal em análise, qual seja, SPERBER, Dan & WILSON, Deirdre. **Relevance: Communication and Cognition**. Cambridge: Harvard University Press, 1986, conjugada ao posfácio à sua segunda edição, publicada em 1995.

No segundo capítulo, apresentarei comentários críticos a aspectos da Teoria da Relevância feitos por diversos estudiosos de Lingüística, de Filosofia e de Psicologia. Cotejarei, ainda, suas críticas às respostas que Sperber & Wilson deram a tais ataques.

No terceiro capítulo, examinarei, finalmente, alguns aspectos da conversação bilíngüe - o *code-switching* e a interlíngua - para debruçar-me sobre um foco particular: a inferência que ocorre a cada vez que a língua é alternada.

Através da análise dos pressupostos teóricos, verei até que ponto a Teoria da Relevância é instrumento teoricamente competente para a análise de outros tipos de

comunicação, tal como a conversação especial existente entre falantes de mais de um sistema lingüístico em contato.

Faz-se necessário esclarecer que a ênfase desta tese é a conexão existente entre a Teoria da Relevância e as alternâncias lingüísticas durante a mesma conversação, o que significa que diversos outros aspectos deixarão de ser examinados.

Para levar a cabo meu intento, utilizarei vinhetas de trechos de conversação entre falantes bilíngües, principalmente do par de idiomas espanhol-português, retirados de um corpus real, resultante de pesquisa empírica realizada para fins de minha dissertação de mestrado. Serão empregadas, outrossim, vinhetas prototípicas de conversação bilíngüe de minha própria criação a exemplo dos diálogos presentes em *Relevance* e em obras posteriores dos autores.

Considerando o fato de que o caráter principal desta tese é de cunho teórico, constituindo-se principalmente em espaço de estudo para a Teoria da Relevância, os exemplos que não tenham sido retirados de conversações efetivamente levadas a cabo possuem o mesmo valor ilustrativo dos demais. São relevantes porque plausíveis, gerais e típicos, e conduzem ao cumprimento do objetivo indireto deste trabalho: lançar mais luz sobre aspectos inferenciais de fenômenos exclusivos da conversação bilíngüe.

CAPÍTULO 1 - A Teoria da Relevância: arquitetura do modelo

A fundamentação conceitual apresentada em *Relevance* é a de que, ao processar informações, o sujeito deseja conseguir o máximo de acréscimo na sua representação de mundo pelo mínimo custo de processamento mental, o que significa que almeja um equilíbrio entre custo e benefício.

A Teoria da Relevância deixa explícito o papel da compreensão de intenções durante a comunicação humana. A comunicação intencional é um tipo particular de processamento de informação em que o falante deixa clara sua intenção comunicativa.

Nos termos de Sperber & Wilson, o que torna única a comunicação intencional é o fato de que, ao nos aproximarmos de um enunciado dirigido a nós, temos a expectativa da relevância ótima a partir da intenção comunicativa de quem está falando conosco.

Para poder aprofundar estas idéias, farei, neste primeiro capítulo, um esboço da Teoria da Relevância (Sperber & Wilson, 1986, 1995) sintetizando alguns dos aspectos mais pertinentes, cotejando os dois princípios da relevância e dando ênfase a citações e a comentários que virão ao encontro de posteriores interesses de análise.

1.1 – A comunicação

Dois dos mais importantes teóricos da Pragmática moderna, Dan Sperber e Deirdre Wilson, afirmam que o tradicional modelo da comunicação baseada em códigos segundo o qual as mensagens são produzidas, recebidas e decodificadas deve ser substituído por outro modelo de tipo inferencial que possa dar conta da apreciação realizada pelo ouvinte - através de inferências - a respeito da intenção comunicativa do falante.

De acordo com os autores acima, os seres humanos não se comunicam transportando seus pensamentos a palavras a fim de que os outros as entendam ou leiam. Aquilo que pensam permanece em seus cérebros e não viaja até o cérebro de ninguém.

Sendo assim, a comunicação oral é a transformação que o falante faz do ambiente acústico do ouvinte de forma a que este passe a ter pensamentos similares aos seus.

A linguagem e a comunicação são vistas normalmente como dois lados da mesma moeda, contudo, não o são necessariamente. A comunicação pode existir sem o uso de um código e linguagens podem existir sem serem usadas para comunicação, já que sua função não é a de comunicar mas sim a de permitir o processamento de informação. Na comunicação verbal, entretanto, há ligação direta entre elas.

A linguagem, ferramenta essencial para o processamento e a memorização de informação, não é privativa dos humanos: há animais e máquinas com a habilidade de processar informações. Crer que apenas nós detemos a capacidade da linguagem é ignorar a natureza da linguagem: outros têm linguagem ainda que não saibamos se a usam para a comunicação. A originalidade da nossa espécie está em ter desenvolvido linguagens com o fim da comunicação. Podemos nos comunicar de dois modos: por ostensão-inferência e por codificação-decodificação. A linguagem natural humana só surgiu porque havia um sistema comunicativo inferencial preexistente e é apenas dentro dele que faz sentido. A comunicação verbal é uma melhoria especificamente humana da comunicação ostensivo-inferencial.

Sperber & Wilson² combatem a idéia tradicionalmente arraigada de que a comunicação ocorre numa relação entre emissor e receptor, em que a mensagem vai da fonte até o destinatário através de um canal. Tal modelo, o modelo de códigos, baseia-se na idéia de que entidades comunicativas possuem um código em comum e que a codificação-decodificação assegura a comunicação perfeita entre os falantes. Os autores sob análise afirmam que tal passagem é necessária mas insuficiente para explicar o que não é dito.

A comunicação literal, explícita, é mínima perto de tudo o que ocorre realmente na comunicação humana, assim, falta explicar o implícito, aquilo que não pode ser captado diretamente. Torna-se necessária uma explicação mais dinâmica que dê conta do que é inferido. Sabe-se que inferir é um processo que parte de proposições e permite a conclusão de outras proposições através do método dedutivo, indutivo ou abduutivo.

² Doravante, sempre que citar Sperber & Wilson estarei me reportando à obra *Relevance* de 1986 com o adendo do posfácio de 1995. Quando me referir a outras obras dos mesmos autores, explicitarei o ano de publicação.

A metáfora do canal considera que a língua é um código e a comunicação, portanto, uma transmissão da mensagem construída a partir do mesmo. Isso significa que interlocutores compartilham a mesma língua e o mesmo conjunto de pressupostos culturais, de conhecimento de mundo.

O modelo de códigos pressupõe, ainda, que a comunicação é perfeita, que existe um código em comum construído pela cultura e que garante o entendimento. A informação sai do cérebro do falante e vai ao do ouvinte, que a decodifica.

O circuito da fala para Saussure, por exemplo, é um ato que supõe dois indivíduos que conversam. O ponto de partida encontra-se no cérebro de A, onde os fatos de consciência, os conceitos, estão associados a representações dos signos lingüísticos ou imagens acústicas que os exprimem. Uma vez que um conceito suscita no cérebro uma imagem acústica correspondente, ocorre um fenômeno psíquico, seguido de um fenômeno fisiológico, pois o cérebro transmite à boca um impulso correlativo à imagem para que seja propagado até o ouvido de B em processo puramente físico. Em seguida, o circuito se prolonga em B numa ordem inversa: do ouvido ao cérebro, transmissão fisiológica da imagem acústica, o que provoca no cérebro uma associação psíquica da imagem com o conceito correspondente. Se B falar, um novo ato ligará seu cérebro ao de A em fase sucessiva.

Dessa forma, o circuito pode ser dividido numa parte exterior (a vibração que vai da boca ao ouvido) e numa parte interior (todo o resto); numa parte psíquica e em outra não-psíquica (fatos fisiológicos, dos quais os órgãos são sede e os fatos físicos exteriores ao indivíduo); numa parte ativa (tudo o que vai do centro de associação de A até B) e em outra passiva (o que vai do ouvido de B ao seu centro de associação). Existem elementos físicos (ondas sonoras), fisiológicos (fonação e audição) e psíquicos (imagens verbais e conceitos) que não se confundem entre si.

O modelo inferencial de Grice (1967) difere do que foi descrito já que, para ele, a comunicação é atingida através da produção e da interpretação de evidências.

Como foi visto, Sperber & Wilson pressupõem que a comunicação perfeita não existe; existem aproximações, uma quase-comunicação, apenas uma semelhança no

entendimento. O modelo de códigos não descreve o que acontece no cérebro dos falantes, explica sem descrever a diferença entre o literalmente significado e o além dito, já que pretende que apenas o que é codificado tem significado.

Para os autores, o falante A pretende que o ouvinte B infira, depreenda sua intenção. B deduz o que A quis dizer. Propõem, portanto, uma teoria da comunicação mais ampla do que uma teoria lingüística que tem por objeto a comunicação humana, que é uma troca de coisas vagas, de dúvidas. Como alternativa, criam a Teoria da Relevância, um modelo inferencial que tem como condição básica o princípio da relevância, contrapondo-se ao modelo clássico, o da teoria dos códigos, cuja condição básica é o conhecimento mútuo e cujo fim é a comunicação.

No modelo dos códigos, falante e ouvinte têm papéis equivalentes dentro de uma relação simétrica. Segundo Sperber & Wilson, o valor explicativo de tal construto é parcial, incompleto, já que não descreve nem a razão de que se troquem mais conteúdos do que é quantificado no momento da comunicação nem a forma como passa de um sujeito ao outro o que não foi dito. A quantidade de pensamento que a comunicação envolve é sempre maior do que aquilo que é dito e, por isso, é preciso que haja uma atividade inferencial por parte do ouvinte que tenta capturar o que o falante quis dizer.

O falante, por sua vez, realiza uma atividade ostensiva e modifica o ambiente cognitivo do ouvinte com o qual não tem uma relação simétrica e com o qual não se comunica por identidade. Como os homens possuem diversos graus de relevância, podem não se entender. A comunicação perfeita restringe-se, então, às máquinas que trocam conteúdos proposicionais precisos.

No modelo dos códigos, há problemas para explicar como o conhecimento aumenta ou avança, já que é postulado que o conhecimento é mútuo e que ambos os interlocutores compreendem-se perfeitamente ao conectarem seu código. A comunicação não é um fim em si mesma mas está a serviço do aumento de conhecimento. A cognição humana é basicamente dirigida pela inferência e não pela codificação.

O código é um sistema que compara mensagens com sinais que permitem que dois dispositivos envolvidos - organismos ou máquinas - processem informações para a

comunicação. A mensagem é a representação interna a tais dispositivos, o sinal é a modificação do ambiente externo que é produzida por um dispositivo e reconhecida pelo outro. Tanto o código Morse como, por exemplo, a língua inglesa, mais complexa, consistem em um sistema de símbolos e regras que geram tais pares de dispositivos.

No referente à comunicação verbal humana, considera-se que a fonte e a destinação são processos centrais do pensamento, que o codificador e o decodificador são habilidades lingüísticas, que a mensagem é o pensamento e que o canal é o ar que carrega um sinal acústico. Duas idéias subjazem a esta proposta: as línguas são códigos e os códigos associam pensamentos a sons.

A visão de que a comunicação lingüística é alcançada através da codificação de pensamentos em sons é tão arraigada na cultura ocidental que é difícil na atualidade considerá-la como sendo apenas uma hipótese. O maior mérito do modelo de códigos é que consegue ser explanatório: os enunciados conseguem mesmo comunicar pensamentos e poderiam fazê-lo por meio da codificação. Seu maior defeito é sua inadequação descritiva: a compreensão envolve mais do que a decodificação de um sinal. Há uma lacuna entre o pensamento comunicado pelo enunciado e a interpretação semântica da sentença.

Para tanto, é importante diferenciar sentenças de enunciados. A sentença é uma estrutura abstrata enquanto que o enunciado é manifestação específica da sentença. Sperber & Wilson tratam de enunciados e suas propriedades, inclusive as não-lingüísticas. A representação semântica de uma sentença não precisa levar em conta propriedades não-lingüísticas como o tempo e o espaço, a identidade do falante, as intenções do mesmo e outros aspectos. Contudo, diferentes enunciados da mesma sentença podem diferir em sua interpretação, o que faz com que o estudo da representação semântica das sentenças pertença à gramática e que o estudo da representação dos enunciados faça parte da pragmática. Assim, a gramática nada pode informar a respeito de como o ouvinte, usando informação não-lingüística, determina em cada caso o tempo real do enunciado, a identidade do falante, sobre quem este fala, que pensamento está realmente sendo exprimido. Tais aspectos da interpretação envolvem a interação entre estrutura lingüística, tratada pela gramática, e informação não-lingüística.

A mesma sentença, expressando o mesmo pensamento, pode ser empregada para apresentar um pensamento como sendo verdadeiro, para sugerir que não o é, para duvidar sobre a verdade do mesmo, para pedir a opinião do ouvinte. Os enunciados são utilizados, não apenas para expressar pensamentos, mas para revelar a atitude do falante com relação aos pensamentos em questão.

O ouvinte opera com a mudança cognitiva decodificando primeiramente o que foi dito através de um processo de tradução de sinais em que utiliza o sistema auditivo. Como segundo passo, mediante um processo do sistema cognitivo, infere o que o falante pretendeu comunicar. Para levar a cabo tal inferência, orienta-se pelo princípio da relevância.

O processo inferencial começa por um conjunto de premissas e resulta em um conjunto de conclusões que se seguem logicamente das premissas. O processo decodificador inicia por um sinal e resulta na recuperação da mensagem que está associada ao sinal por um código subjacente. As conclusões não estão associadas às premissas por um código e os sinais não garantem as mensagens que veiculam. Seria necessário que falante e ouvinte compartilhassem não só uma língua mas também um conjunto comum de premissas às quais aplicariam paralelamente as mesmas regras de inferência.

O conjunto de premissas empregado para interpretar um enunciado constitui o contexto, que é formado pelas suposições que o ouvinte tem sobre o mundo. Não apenas informações sobre o ambiente físico imediato mas também expectativas sobre o futuro, hipóteses científicas e crenças religiosas, juntamente com informações culturais desempenham papéis na interpretação. Membros de uma mesma comunidade convergem quanto à língua e quanto a algumas habilidades inferenciais. Entretanto, não o fazem necessariamente quanto a suas suposições a respeito do mundo.

O falante que pretende que seu enunciado seja interpretado de dada maneira espera que o ouvinte seja capaz de formar um contexto que permita tal interpretação. Contudo, muitas vezes há interpretações errôneas que não podem simplesmente ser atribuídas a ruídos no canal acústico. Para que não houvesse erros nas interpretações seria necessária uma garantia de que o contexto realmente utilizado pelo ouvinte fosse idêntico ao do

falante. Tal hipótese é altamente improvável pois cada locutor deveria conhecer as suposições que o outro tem sobre o mundo. O contexto assim entendido é o conjunto de informações mutuamente conhecido.

Quando ambos os interlocutores possuem o mesmo conhecimento diz-se que este é compartilhado e quando, além de compartilhá-lo, eles sabem que o têm, diz-se que o conhecimento é mútuo. Assim, se o ouvinte precisa recuperar a interpretação correta, aquela pretendida pelo falante, cada item de informação contextual utilizado na interpretação do enunciado deve ser não apenas conhecido por ambos mas mutuamente conhecido.

Dentro do marco teórico do modelo de códigos, a noção de conhecimento mútuo é fundamental. Se a comunicação ocorre através da codificação e da decodificação, o contexto no qual o enunciado é compreendido deve estar limitado estritamente ao que é mutuamente conhecido, sem o qual não seriam possíveis as inferências no momento da decodificação.

No entanto, para Sperber & Wilson, mesmo o conhecimento mútuo, em que cada um deve saber que o outro sabe que ele sabe, em que há conhecimento do conhecimento em ambas as direções, não pode garantir nada, já que não é possível saber-se o que realmente foi usado para a comunicação. Não é plausível a delimitação do que seja exatamente o conhecimento mútuo a não ser através de uma série ilimitada de checagens dos diferentes níveis de meta-conhecimento mútuo, o que não ocorre na interpretação de enunciados devido a um processamento pouco econômico.

Desse modo, tem-se um argumento contra a teoria dos códigos: se o conhecimento mútuo não garante a interpretação adequada dos enunciados em linguagem verbal, significa que tal teoria não é correta.

Conforme Silveira & Feltes (1997), o modelo inferencial griceano é fundamental para uma nova abordagem do processo comunicacional. Existe um hiato entre a construção lingüística do enunciado pelo falante e a sua compreensão pelo ouvinte, o que torna necessário que ele seja preenchido, no processo interpretativo, não mais por codificação e sim por inferências.

Segundo o modelo dos códigos, como foi dito, a comunicação ocorre por codificação e decodificação de mensagens. No modelo inferencial, a comunicação é alcançada quando o falante dá evidências de suas intenções e sua audiência as infere a partir de evidências, compreendendo tanto os conteúdos explícitos quanto os implícitos das mensagens. A comunicação é bem sucedida quando o ouvinte não apenas reconhece o significado lingüístico do enunciado mas consegue inferir o significado que o falante lhe conferiu.

A originalidade de Grice não foi sugerir que a comunicação humana envolve o reconhecimento de intenções, já que isto é senso comum, mas sim sugerir que tal caracterização é suficiente: havendo reconhecimento das intenções do falante pode-se dizer que há comunicação. Os homens comunicam-se atribuindo intenções aos outros, o que possibilita a comunicação, mesmo na ausência de um código.

Sperber & Wilson exemplificam o caso acima com a seguinte pergunta que A faz a B:

(1) Como estás te sentindo hoje?³

B não responde verbalmente mas, em vez disso, mostra aspirinas que retira da bolsa. Mesmo não havendo uma codificação de tal comportamento, A pode compreender, pela evidência de sua ação, que B não está se sentindo bem.

Assim, é possível que se reconheçam intenções sem a existência de um código, o que significa que a inferência prescinde de códigos. Embora casos desse tipo sejam raros e veiculem pensamentos simples, vê-se que a teoria dos códigos não se sustenta.

A comunicação verbal é uma forma complexa de comunicação. A codificação e a decodificação lingüística encontram-se envolvidas, mas captar o significado lingüístico de um enunciado é mais do que decodificar o que o falante pretendeu, isso apenas auxilia o ouvinte a inferir o que foi pretendido.

³ A variante do português empregada nos exemplos é a do Rio Grande do Sul.

O processo de codificação-decodificação encontra-se a serviço de um processo inferencial nos moldes de Grice (1967). Esse autor sugere que as inferências derivam de forma dedutiva de um acordo tácito de cooperação entre o falante e o ouvinte. O princípio de cooperação liga-se a quatro categorias constituídas por máximas que, ao serem obedecidas, promovem a boa comunicação. Tal princípio pode ser assim explicitado:

Princípio da Cooperação:

Faça sua contribuição tal como é requerida no momento em que ocorre, pelo propósito ou direção do intercâmbio conversacional em que você está engajado.

Categorias e máximas:

1. Quantidade

- (a) Faça sua contribuição tão informativa quanto é requerido.
- (b) Não faça sua contribuição mais informativa do que é requerido.

2. Qualidade

- (a) Não diga aquilo que você acredita ser falso.
- (b) Não diga aquilo para o qual você não dispõe de evidência adequada.

3. Relação

Seja relevante.

4. Modo

- (a) Evite obscuridade de expressões.
- (b) Evite ambigüidade.
- (c) Seja breve.
- (d) Seja ordenado.

Os interlocutores desobedecem às vezes a tais máximas de diversas formas, o que ocasiona o surgimento de um mecanismo inferencial que pretende descobrir a intenção informativa dos falantes.

Um mesmo enunciado pode ter diversas interpretações conforme as situações comunicativas em que é formulado. Através da idéia de *implicatura*, Grice pretende desenvolver um conjunto de noções que justifiquem um modelo inferencial de comunicação. Assim, para deduzir uma *implicatura conversacional* o ouvinte precisa operar com os dados abaixo:

1. o significado convencional das palavras usadas, juntamente com a identidade de quaisquer referentes pertinentes;
2. o princípio de cooperação e suas máximas;
3. o contexto, lingüístico ou extralingüístico, da enunciação;
4. outros itens de seu conhecimento anterior;
5. o fato (ou fato suposto) de que todos os itens relevantes cobertos por 1- 4 são acessíveis a ambos os participantes, e ambos sabem ou supõem que isso ocorra.

A partir de tais elementos, o padrão geral dedutivo é o seguinte: “Ele disse que p, não há nenhuma razão para supor que ele não esteja observando as máximas ou, pelo menos, o princípio de cooperação; ele não poderia estar fazendo isso a não ser que pense que q; ele sabe (e sabe que eu sei que ele sabe) que posso ver que a suposição de que ele pensa que q é necessária; ele não deu qualquer passo para impedir que eu pensasse que q; ele tem a intenção de que eu pense, ou, pelo menos, quer deixar que eu pense que q; logo, ele implicou que q”.

Conseqüentemente, implicatura conversacional para Grice é o resultado da fórmula seguinte:

<p>O que é dito (decodificado)</p> <p>+</p> <p>Princípio da cooperação e máximas (obedecidas, substituídas ou violadas)</p> <p>+</p> <p>Contexto</p>
--

A essas interpretações ocasionadas por diferentes instanciações de um enunciado em contextos específicos, Grice dá o nome de *implicaturas conversacionais particularizadas*.

Como exemplo de tal tipo de implicatura dependente da situação comunicativa específica, observe-se o seguinte diálogo entre falantes bilíngües português/ espanhol que interagem diariamente em ambas as línguas. A, brasileiro, é dominante no português e B, argentino-brasileiro, é equilíngüe⁴:

(2)

A: De novo desapareceu dinheiro da minha carteira!

B: **Yo, argentino...**⁵

Evidenciam-se aqui, tanto a alternância de língua, como a violação das máximas de qualidade e de relação, já que o ouvinte não parece estar comentando adequadamente o que o falante disse. Contudo, se B estiver cooperando com A, este deverá reconhecer as intenções da réplica em espanhol. Por ser bilíngüe, B tem a possibilidade de lançar mão da língua que não está sendo usada na conversação e de empregar uma expressão de ironia característica da cultura argentina que significa “Não tenho nada a ver com isso”.

⁴ O *equilíngüe* ou *bilíngüe equilibrado* apresenta igual habilidade nas duas línguas do ponto de vista dos ouvintes nativos de cada um dos idiomas, os quais julgam seu desempenho exterior como sendo equivalente aos deles (Mozzillo de Moura, 1997).

⁵ A variante do espanhol empregada nos exemplos é a do Rio da Prata.

Por outra parte, as *implicaturas conversacionais generalizadas* dependem de pistas lingüísticas para serem compreendidas. Como exemplo, observe-se (3), vinheta que reproduz um diálogo levado a cabo pelos mesmos falantes bilíngües anteriormente descritos:

(3)

A: Onde será que Marta está passando as férias?

B: **En algún lugar...**

Apesar da aparente violação da máxima da quantidade no emprego de uma expressão vaga – e evidente, pois as férias são passadas em algum lugar -, supõe-se que B queira cooperar e que, portanto, seu enunciado seja razoável. O falante A percebe que B não dá mais detalhes por desconhecer o destino de Marta. Contudo, o fato de que alterne a língua e que fale espanhol pode querer significar que Marta, amiga argentina de ambos, esteja de férias em algum lugar onde se fale espanhol.

Nas *implicaturas convencionais*, por sua vez, o significado lingüístico das palavras que formam o enunciado contribui diretamente para sua correta interpretação independentemente do contexto conversacional.

Observe-se a ilustração seguinte em que A e B interagem em espanhol a respeito de um esporte no qual o Brasil não tenha tido destaque.

(4)

A: ¿Viste que Brasil perdió el partido?

B: Perdió aun siendo **o melhor do mundo???**

O comentário de B demonstra que, segundo o clichê normalmente atribuído ao Brasil entre os argentinos, os brasileiros consideram-se sempre superiores em tudo e costumam justamente expressá-lo com as palavras “o melhor do mundo”. Ao alternar a

língua para o português e ao empregar a conjunção “aun” – embora - deixa inferir mais fortemente que (5):

(5) O Brasil não é o melhor do mundo.

O processo inferencial griceano procura a intenção informativa do falante. No entanto, Sperber & Wilson criticam tal modelo ao afirmarem que não se justificaria a elevação do modelo inferencial a uma teoria geral da comunicação, já que existem processos de decodificação que não possuem natureza inferencial. Assim como o código desempenha um papel no processo comunicativo mas não consegue explicá-lo completamente, uma teoria inferencial forte da comunicação é inadequada empiricamente.

Não há, entretanto, incompatibilidade total entre o modelo inferencial e o de códigos: podem combinar-se de várias maneiras. A própria comunicação verbal pressupõe processos de codificação e de inferência.

A visão de contexto necessária para a sustentação da teoria dos códigos considera que os falantes devem ter conhecimento mútuo e idêntico. Para recuperar a interpretação dos enunciados ambos não só precisam conhecer os itens da informação como precisam saber que ambos os conhecem. Assim, o contexto é pré-condição para a compreensão: ele é tido como dado, pré-construído. (Silveira & Feltes, 1997).

Contudo, na concepção de Sperber & Wilson, o contexto vai sendo construído a partir daquilo que vai sendo manifesto, ele é selecionado sem ter sido dado *a priori*. Não é condição anterior para que a comunicação seja mais efetiva. O contexto, dessa forma, é definido como o conjunto de premissas empregado para interpretar enunciados. Eles propõem uma noção de implicatura distinta da de Grice, para quem elas partem do que é dito e pressupõem obediência ou violação das máximas conversacionais. Deste ponto de vista, a noção de *implicatura* desdobra-se em premissas e conclusões implicadas que não precisam partir do que é dito.

Os autores dão como exemplo o enunciado de um falante que, avistando ao longe uma igreja, diz ao ouvinte:

(6) Já visitei aquela igreja.

Mesmo sendo possível que o ouvinte nunca tivesse percebido que a construção fosse uma igreja e não um castelo, durante a comunicação tal suposição torna-se manifesta e aceita. A suposição é um conjunto estruturado de conceitos que vão se manifestando no curso do processo comunicativo. O conjunto de suposições, por sua vez, forma o *ambiente cognitivo* e, quando tais suposições passam a ser mutuamente manifestas, tem-se o *ambiente cognitivo mútuo*. No caso de (6), a suposição mutuamente manifesta seria *Aquela construção é uma igreja*.

O princípio da relevância, sustentado por Sperber & Wilson, difere de qualquer outro princípio, máxima, convenção ou pressuposição dentro da Pragmática porque não consiste em algo que deva ser sabido ou aprendido para que a comunicação ocorra. Tampouco é algo que possa ser obedecido ou desobedecido. Trata-se de uma generalização a respeito do comportamento comunicativo humano que tem a capacidade de explicar como a estrutura lingüística e o conhecimento anterior interagem com o objetivo de promover a compreensão verbal.

Tal princípio aplica-se sem exceção: cada ato de comunicação ostensiva comunica a presunção de relevância. O propósito compartilhado por um comunicador genuíno e sua audiência interessada é alcançar a comunicação bem-sucedida, o que implica que a intenção comunicativa do falante seja reconhecida pelos ouvintes.

Ao falante cabe assegurar que o que pretende comunicar esteja de acordo com o princípio em questão para não correr o risco de não ser compreendido pelo ouvinte. Por sua vez, o ouvinte deve encontrar a interpretação que seja consistente com o princípio da relevância para não compreender equivocadamente o enunciado.

Para interessar o ouvinte, o falante deve, dessa forma, tentar produzir efeitos adequados com o menor esforço possível. O ouvinte precisa acreditar que a formulação escolhida pelo falante pretende ser altamente relevante ao tempo em que é a mais facilmente processável.

Como os sujeitos pretendem automaticamente que todo processamento de informação seja o mais eficiente possível, precisam elevar ao grau máximo a relevância da informação processada, fato crucial em qualquer interação humana. Com esse intuito, a intenção comunicativa deve vir acompanhada de algum comportamento que garanta ao interlocutor o interesse em prestar-lhe atenção: a ostensão do falante precisa deixar claro ao ouvinte que aquele pretende comunicar algo importante. Por ostensão pode-se compreender o comportamento de mostrar algo a alguém de forma evidente.

Processar informações envolve um esforço que só será realizado na expectativa de algum tipo de recompensa. Não é plausível chamar a atenção de alguém para um fenômeno a não ser que o mesmo possa parecer suficientemente relevante. Quando há alguma atitude ostensiva parece certo que haverá alguma relevância. Dessa forma, a ostensão precisa vir acompanhada de uma tácita garantia de relevância.

O comportamento ostensivo deixa em evidência os pensamentos de quem o provocou e assim o faz porque implica a garantia de relevância. As pessoas automaticamente dirigem sua atenção àquilo que lhes parece mais relevante por intuïrem que há alguma intenção por trás do ato ostensivo.

Formula-se, desse modo, o princípio da relevância:

(7) Princípio da relevância

Todo ato de comunicação ostensiva comunica a presunção de sua própria relevância ótima.

A comunicação ostensivo-inferencial consiste em tornar manifesta à audiência a intenção de tornar manifesta uma camada básica de informação. Pode, assim, ser descrita em termos de intenções informativa e comunicativa.

A intenção comunicativa do falante corresponde à sua intenção de modificar o ambiente cognitivo da audiência. Os efeitos cognitivos reais de tal modificação são apenas parcialmente previsíveis. Quem comunica forma intenções sobre o sucesso das quais detém

algum controle. Organiza, então, suas intenções de acordo com o controle que supõe deter sobre o ambiente cognitivo e sobre os pensamentos daqueles aos quais se dirige.

Nessa linha de raciocínio, formula-se a noção de intenção informativa ao afirmar-se que o comunicador produz um estímulo pretendendo

(8) Intenção informativa: tornar manifesto ou mais manifesto um conjunto de suposições {I}.

O comunicador precisa, desse modo, ter em mente uma representação do conjunto de suposições {I}, que ele pretende tornar manifesto ou mais manifesto à audiência. Contudo, não é necessário que ele tenha a representação de cada suposição que forma o conjunto.

Se a intenção do comunicador for a de tornar manifestas algumas suposições específicas, suas representações de {I} podem aparecer em forma de uma lista de suposições pertencentes a {I}. Observe-se (9):

(9)

Passageiro: A que horas chega o trem?

Cobrador: Às 5:25.

A intenção informativa do cobrador é a de tornar manifesta ao passageiro a simples suposição de que o trem chega às 5:25.

Por outro lado, é possível que o comunicador tenha uma lista de representações de {I} na qual nenhuma das suposições presentes em {I} esteja listada diretamente. É o caso das formas vagas de comunicação: não se pode desprezar o que é vago ou impreciso, já que os aspectos vagos formam a maior parte dos fenômenos comunicativos.

Sperber & Wilson exemplificam tal possibilidade ao relatarem a cena em que Maria chega à praia e, abrindo uma janela que dá ao mar, respira apreciativa e ostensivamente diante de Pedro. Este relembra uma variedade de coisas agradáveis ligadas a uma estada na

praia porque o respirar dela foi positivo, mas não consegue captar as intenções de Maria além disso. Ele sabe que ela está comunicando algo embora não possa definir exatamente o quê.

Dessa maneira, a intenção informativa de Maria no momento de respirar diante do mar podem ter sido a de que todas as suposições que se tornaram manifestas para ela ao abrir a janela pudessem se tornar manifestas também para Pedro no momento em que ela tem um comportamento ostensivo. Ela não precisa ter pretendido comunicar nenhuma dessas suposições em particular. Talvez ela apenas tenha querido compartilhar com Pedro uma impressão.

Para os autores, uma impressão é mais uma modificação perceptível no ambiente cognitivo derivada de pequenas alterações na manifestação de várias suposições do que uma modificação causada pela manifestação de uma suposição só ou de poucas suposições novas tornadas manifestas de repente.

Por isso, na maior parte dos casos de comunicação humana, o que o comunicador pretende tornar manifesto é, em parte, preciso e, em parte, vago. Pode ter em mente uma caracterização de {I} baseada em uma representação de algumas mas não de todas as suposições de {I}.

Define-se também a noção de intenção comunicativa ao afirmar que a comunicação através da ostensão significa a produção de um certo estímulo com o objetivo de cumprir uma intenção informativa além de também

(10) Intenção comunicativa: tornar mutuamente manifesto para a audiência e para o comunicador o fato de que este tem uma intenção comunicativa.

A partir da ostensão do falante, o ouvinte reconhece as intenções informativa e comunicativa e dá início ao processo inferencial. A comunicação altera o ambiente cognitivo da audiência e do comunicador e a manifestabilidade mútua pode ter pouca importância cognitiva mas é de alta importância social. Modificar o ambiente cognitivo de duas pessoas significa modificar suas possibilidades de interação e de maior comunicação.

Ao tornar sua intenção informativa mutuamente manifesta, o comunicador cria a seguinte situação: torna-se mutuamente manifesto que o cumprimento de sua intenção informativa fica a cargo da audiência. Se as suposições que pretende tornar manifestas tornam-se realmente manifestas, haverá sucesso, se não, se a audiência se recusa a aceitá-las como verdadeiras ou como provavelmente verdadeiras, haverá fracasso na intenção informativa. No caso de o comportamento da audiência tornar mutuamente manifesto que a intenção informativa foi cumprida, o conjunto de suposições {I}, que o comunicador pretendia tornar manifesto à audiência, torna-se mutuamente manifesto.

Existem duas formas de comunicação humana: a comunicação codificada e a comunicação ostensivo-inferencial. Enquanto esta pode ser usada por si só, a primeira apenas é empregada como um meio de fortalecer a comunicação ostensivo-inferencial que se define a seguir:

(11) Comunicação ostensivo-inferencial:

O comunicador produz um estímulo que torna mutuamente manifesto para si mesmo e para a audiência o fato de que ele pretende, através desse estímulo, tornar manifesto ou mais manifesto um conjunto de suposições {I}.

Assim, não está excluída a possibilidade da comunicação não-intencional: um estímulo pode tornar manifesta a intenção de informar ainda que não tenha esse objetivo. Contudo, a maior parte da comunicação humana é intencional por duas razões: primeira, ao produzir evidência direta da intenção informativa, é possível passar mais quantidade de informações e segunda, ao haver comunicação, os homens modificam e aumentam o ambiente cognitivo que compartilham.

O processamento de informações durante a comunicação exige esforço mental por parte do indivíduo em termos de atenção, memória e raciocínio e obtém, como consequência, um efeito cognitivo em termos de alterações no conjunto de suas crenças (Sperber & Wilson, 1991).

Surgem, desse modo, suposições que se tornam mais ou menos manifestas para o falante e o ouvinte e cujo conjunto constitui um ambiente cognitivo. Como o ambiente cognitivo fornece informação mas é apenas um conjunto de suposições mentalmente representado, torna-se necessário que se objetive alterar o ambiente do interlocutor para que haja efetiva comunicação. O conjunto de premissas efetivamente empregado para interpretar enunciados é o que forma o contexto a partir do qual o ouvinte constrói suas suposições sobre o mundo e com o qual os compreende.

Durante a conversação é impossível ter-se certeza sobre aquilo que é manifesto para ambos, já que o ambiente fornece informação para a comunicação mesmo sendo apenas um conjunto de suposições mentalmente representado e considerado como sendo verdadeiro.

Através da comunicação pretende-se, então, alterar o ambiente cognitivo dos interlocutores. Se a comunicação não é simétrica, se falante e ouvinte têm papéis distintos, sem funções equivalentes, a fala orienta-se em dada direção e há algum tipo de reação a esse processo. Assim, a comunicação não é a transmissão de pensamentos nem a troca de conteúdo mas a modificação que um sujeito imprime ao ambiente cognitivo do outro.

O ambiente cognitivo de um indivíduo é um conjunto de suposições ao seu alcance. Dentre as suposições, ele escolherá uma para construir e processar de acordo com uma importante propriedade – *a relevância* - propriedade essa que faz com que o processamento da informação valha a pena. Para que sejam feitas as inferências, é preciso que se façam suposições a partir da comunicação: o falante pode supor que o que disser será relevante para o ouvinte. Assim, a relevância é o mecanismo que explica a seleção do que é importante durante a comunicação. Diante de qualquer modificação no seu ambiente cognitivo, o ouvinte aciona a noção de relevância ao ver que precisa inferir algo do que foi dito.

Comunicar-se implica, então, chamar a atenção de alguém solicitando que faça algum esforço. O ouvinte apenas prestará a atenção desejada pelo falante se considerar que poderá obter informações relevantes. A utilização de um estímulo capaz de interessar a quem o recebe é fundamental no esforço comunicativo, o que significa que cada enunciado dirigido a alguém deverá, automaticamente, conter a presunção de sua própria relevância.

O falante afeta o ambiente cognitivo do ouvinte sem transmitir-lhe nada, apenas dirige-se a ele ostensivamente. Não há deslocamento de nada entre os dois sujeitos que conversam.

Observe-se o seguinte diálogo entre os falantes anteriormente descritos, bilíngües português/espanhol, sendo que A é dominante no português e B é equilíngüe:

(12)

A: ¿Vamos al cine?

B: ¡Bárbaro, pero para ver una película [agüentável]!⁶

A: **(RISOS)** De acuerdo...

Alternar a língua de base da interação, o espanhol, através do recurso da inserção de item lexical em português - *code-switching* intra-sentencial unitário - sem qualquer adaptação à estrutura fonológica do espanhol é a forma encontrada por B, para o qual ambas as línguas possuem a mesma força comunicativa, para que A, cuja língua dominante é o português, preste atenção ao fato de que o filme que pretendem assistir deve ser interessante.

As suposições implicadas pretendidas por B e recuperadas por A permitem, pelo caráter indireto da resposta, que este acesse mais completamente a informação. Por serem bilíngües têm a possibilidade de lançar mão da alternância de código ou *code-switching*, o que implica maior relevância do que se a conversação tivesse ocorrido sempre na mesma língua.

O contexto em que é produzida a interação é construído no momento presente não sendo necessária nenhuma convenção prévia (Yus Ramos, 1998).

Assim, ainda que A e B nunca tenham convencionado que a troca de idioma expressaria outros significados que não os evidentes, A interpretou corretamente as intenções de B, o que se evidencia nos risos e na aceitação do pedido de B.

⁶ Os colchetes indicam que a inserção do elemento de uma língua dentro da estrutura da outra ocorre conscientemente e com entonação de comicidade.

1. 2 – A inferência

Para Sperber & Wilson, o processo da compreensão inferencial é do tipo não-demonstrativo: o papel da inferência na comunicação é o de torná-la mais eficaz, não o de provar algo. Assim sendo, os sujeitos realizam inferências sem o intuito de demonstrar coisas. Constroem hipóteses sobre o que os outros quiseram dizer e corroboram-nas sendo mais ou menos adequados à realidade, pois a comunicação não se dá sobre o preciso nem sobre o exato. Cada informação disponível aos falantes pode ser usada como premissa em seu processo inferencial, processo este que é global por permitir livre acesso a informações conceituais guardadas na memória.

Sabe-se que, mesmo na melhor das circunstâncias, é possível que a comunicação falhe. O ouvinte pode não conseguir decodificar nem deduzir a intenção comunicativa do falante. A solução que tem ao seu alcance é construir uma suposição baseada no comportamento ostensivo do falante, o que faz surgir uma aproximação com o que este pretendeu. A comunicação, portanto, não é perfeita pois não se fazem provas, havendo apenas confirmações.

Para os autores de *Relevance*, a inferência comunicativa, assim, não é lógica porque pode falhar e porque, sendo seu objetivo o de aumentar a cognição, ao ser levantada uma hipótese durante um diálogo, a mesma poderá ser confirmada ou não. Como a cognição humana é dirigida para o aproveitamento máximo daquilo que é relevante, a compreensão verbal ocorre quase instantaneamente. Com o auxílio do falante, fonte principal da informação, o ouvinte escolhe em sua memória conceitual o contexto propício para o entendimento do que está sendo dito, mas não faz todas as deduções possíveis, apenas as mais interessantes ou pertinentes.

Desse modo, os sujeitos realizam inferências com o intuito de produzir, eliminar e reforçar suas crenças, as descrições de mundo que assumem como sendo verdadeiras. Através desse processo cognitivo de inferências espontâneas e naturais é que avança o conhecimento humano.

Sendo a comunicação um jogo de adivinhações que não é acidental, o homem tem à disposição um sistema lógico, sem provas, a serviço da eficiência cognitiva de modo a que a cognição seja cada vez mais desenvolvida. A inferência humana é espontânea e não faz parte de um processo lógico. Assim, a inferência não-demonstrativa pode ser bem ou mal sucedida, eficiente ou ineficiente, mas não pode ser logicamente válida ou inválida porque não consiste em uma dedução lógica.

A formação de hipóteses é, dessa maneira, um processo parcialmente dedutivo que pode ser modelado pela dedução mas não pela dedução lógica; envolve o uso de regras dedutivas sem ser totalmente governada por elas. A confirmação de hipóteses, por sua vez, é um fenômeno cognitivo não-lógico, trata-se de um produto da forma pela qual as suposições são processadas, o que pode ou não ocorrer de maneira dedutiva. Conseqüentemente, durante a conversação existem graus de maior ou menor confirmação, pois o objetivo não é a certeza absoluta mas a maior ou menor aproximação com o que é comunicado.

Segundo Silveira & Feltes (1997), a proposta de Sperber & Wilson é a de descrever e explicar os níveis de compreensão desde a forma lógica, lexical e gramaticalmente determinada, até a forma proposicional da implicatura, a qual é obtida através de um processo pragmático inferencial.

Em tal processo, a forma lógica é o único conteúdo atribuído a uma sentença pela gramática. Para os autores de *Relevance*, uma forma lógica é uma fórmula bem-formada, um conjunto estruturado de constituintes que sofrem operações lógicas formais determinadas por sua estrutura. Mas nada impede que, embora esteja sintaticamente bem formada, seja semanticamente incompleta. Nesse caso, a forma lógica não será proposicional porque não será passível de ser verdadeira ou falsa.

Formas lógicas incompletas desempenham importante papel na cognição. Encontram-se arquivadas na memória sob a forma de esquemas de suposições, que poderão se tornar suposições completas de acordo com informações contextuais. No momento em que uma sentença é pronunciada em linguagem natural, o sistema lingüístico a decodifica imediatamente em sua forma lógica, forma que o ouvinte deverá completar e converter na

proposição que o falante terá pretendido comunicar. O ouvinte não precisa, por conseguinte, de formas completas para poder compreender; tem a possibilidade de deduzir significados, ainda que a proposição seja incompleta.

Mesmo que a proposição não seja completa, o que para a lógica é inviável, muitos significados podem ser derivados dela. Sperber & Wilson sugerem uma visão mista das habilidades dedutivas humanas: na presença de um conjunto de suposições – e na medida das limitações de memória e atenção - o dispositivo dedutivo computa automaticamente o conjunto de implicações não-triviais conforme suas regras dedutivas. As implicações triviais, contrariamente, não são computadas diretamente. Os procedimentos de acesso e checagem da validade das implicações triviais diferem bastante daqueles usados para derivar as não-triviais. Os do primeiro tipo são menos naturais, demoram mais tempo e dão margem a muitos erros.

Assim, existe um dispositivo dedutivo empregado no processamento espontâneo de informação. Sua função é a de analisar e manipular o conteúdo conceitual das suposições. Tal processamento, em circunstâncias normais, envolve a computação de suas implicações não-triviais, nunca das triviais. Dessa forma, quando uma suposição é processada no contexto de outras suposições apenas as implicações não-triviais são computadas, o que implica dizer que as triviais não desempenham papel nenhum no processo comunicativo.

Como foi visto, a inferência não-demonstrativa funciona porque não necessita de processos lógicos de confirmação de suposição, mas sim de restrições na formação e na exploração de suposições.

As suposições advêm basicamente da *percepção*, da *decodificação lingüística*, das *suposições* e dos *esquemas de suposições* armazenados na memória, bem como das *deduções*. A partir de (13), enunciado que apresenta uma imagem sensorial de umidade, suposições de diferentes fontes são plausíveis.

(13) O asfalto está molhado.

Sob condições normais de *percepção*, descrições elementares de estímulos sensoriais tornam-se suposições fortes. Tais suposições costumam estar corretas devido ao fato de que os mecanismos perceptuais humanos são produto do processo evolutivo estando, portanto, bem adaptados para tal tarefa. Aquilo que é conhecido via sentidos tende a merecer mais crédito porque parece ser passível de maior confirmação.

Por sua vez, a *decodificação lingüística* consiste na atribuição de uma forma lógica a um estímulo sensorial do tipo lingüístico.

A força de uma *suposição* é uma outra suposição, o que forma um conjunto indeterminado de suposições cujos valores são intermediários e vagos. Conseqüentemente, cada suposição antiga - fruto do contexto - recebe outra nova para reforçá-la e, ao formar uma rede, permite a dedução de elementos. Aquilo que possibilita que apenas algumas suposições sejam selecionadas pelo ouvinte dentre um conjunto interminável de suposições derivadas do que foi veiculado é justamente o fato de que a dedução final é a mais relevante possível. A escolha é feita levando-se em conta o menor custo de processamento para obter a melhor informação. Assim, quanto maior o número de esquemas na mente, mais econômico será o processamento.

Há dois tipos de suposição: as básicas - em que o sujeito vê algo e faz outra suposição - e as de segunda ordem - em que o sujeito assume a suposição como uma crença. No modelo de Sperber & Wilson, o homem tende a enriquecer suas representações do mundo - a representá-lo melhor e de maneira mais estruturada - e a aumentar a estrutura do seu estoque de suposições porque tende ao conhecimento. A função da inferência, portanto, é a de fortalecer, eliminar ou acrescentar algo em que acreditamos. Desse modo, sem precisar demonstrar a verdade de cada suposição, o homem consegue aumentar a quantidade de informações de que dispõe.

A diferença entre o raciocínio lógico e o espontâneo é que, enquanto no primeiro as deduções são triviais, no segundo, há maior complexidade porque elas são do tipo não-trivial. Por isso, a formação de suposições através da dedução não-trivial é a chave da inferência não-demonstrativa.

Os autores de *Relevance* assumem que existe um conjunto de *regras dedutivas* que surgem espontaneamente durante o processamento de informação. O sistema dedutivo representa uma economia de armazenamento: dado um conjunto de regras dedutivas, as implicações lógicas de qualquer conjunto de suposições serão recuperáveis através de tais regras, o que significa que o sistema em questão não precisará estar arquivado separadamente.

Além disso, possibilita o aumento da capacidade representativa do mundo através da capacidade de ver as conseqüências do acréscimo de novas suposições a uma representação existente, garantindo a acuidade das conclusões deduzidas a partir de premissas precisas. Por último, consiste em uma ferramenta que expõe e elimina inconsistências e inadequações nas representações existentes.

O sistema dedutivo, como nenhum outro, foi desenvolvido com um alto grau de explicitação, o que o faz o melhor dos sistemas inferenciais: a dedução apresenta como vantagem o fato de ser econômica, já que com poucas regras é possível demonstrar infinitas conclusões. Além disso, garante a propagação da verdade porque não se passa de verdades a falsidades e elimina as inconsistências, a redução ao absurdo.

As formas lógicas e as formas proposicionais das suposições compõem-se de constituintes menores usados para inferir. Tais constituintes são os conceitos, o que significa que uma suposição é um conjunto estruturado de conceitos.

Cada conceito consiste em entradas ou endereços na memória com duas funções diferentes: a de armazenar vários tipos de informação e a de constituir a forma lógica necessária às regras dedutivas. Tais funções são complementares porque cada vez que o endereço de um certo conceito surge durante o processamento de uma forma, informações diversas armazenadas naquele endereço da memória podem ser acessadas.

A informação que pode ser armazenada na memória em um certo endereço conceitual pode ser dos seguintes tipos: lógica, enciclopédica e lexical.

(14) Maria é solteira

A entrada lógica de um conceito consiste em um conjunto de regras dedutivas que se aplicam a formas lógicas das quais o conceito é constituinte. Em (14) deduz-se que Maria não é casada.

A entrada enciclopédica contém informação sobre a extensão e/ou sobre a denotação do conceito: sobre os eventos, objetos ou propriedades que ele instancia. O conceito em (14) refere-se a um conjunto, o dos solteiros.

A entrada lexical contém a informação sobre a contraparte lingüística dos conceitos: a palavra ou frase da linguagem natural que o expressa. Ao conceito de solteiro é associada em português a palavra “solteiro” e em inglês a palavra “single”.

Nessa abordagem, a entrada conceitual é um ponto de acesso para a informação lógica, enciclopédica e lingüística que pode ser necessária para processar formas lógicas contidas no endereço.

Como foi dito acima, a entrada lógica é o conjunto de regras dedutivas do tipo premissas e conclusões. Sperber & Wilson afirmam que as únicas regras de dedução que podem aparecer na entrada lógica de um dado conceito são as regras de *eliminação* do mesmo: aplicam-se apenas ao conjunto de premissas nos quais há ocorrência específica de tal conceito e derivam apenas conclusões das quais tal ocorrência foi removida.

Por exemplo, a regra lógica de eliminação do *e* inicia com uma premissa conjunta e finaliza com apenas um constituinte:

(15) Eliminação do *e*

(a) Input: (P e Q)

Output: P

(b) Input: (P e Q)

Output: Q

Aplica-se apenas a premissas que contenham o conceito *e*, e deriva conclusões das quais tal ocorrência foi removida.

A regra do *modus ponendo ponens* toma como input um par de premissas, uma condicional e outra que é o antecedente da condicional, e deriva o conseqüente da condicional:

(16) *Modus ponendo ponens*

Input: (i) P

(ii) (Se P então Q)

Output: Q

Aplica-se apenas a premissas que contenham a ocorrência do conceito *se...então* e deriva conclusões das quais a ocorrência foi removida.

A regra do *modus tollendo ponens* toma com o input um par de premissas, uma disjunção e outra que a nega, e deriva uma outra disjunção.

(17) *Modus tollendo ponens*

(a) Input: (i) (P ou Q)

(ii) (não P)

Output: Q

(b) Input: (i) (P ou Q)

(ii) (não Q)

Output: P

Aplica-se apenas a premissas que contenham uma ocorrência do conceito *ou* e deriva conclusões das quais tal ocorrência foi eliminada.

O segundo tipo de entrada do conjunto é a do tipo enciclopédico, que contém informação sobre os eventos, objetos e /ou propriedades que ele instancia. A entrada enciclopédica para o conceito *Napoleão* contém um conjunto de suposições sobre Napoleão; a entrada enciclopédica para o conceito *gato* contém um conjunto de suposições

sobre gatos. As pessoas têm a habilidade de desenvolver suposições estereotipadas e expectativas a respeito de objetos e eventos freqüentemente encontrados.

Assim, esse tipo de entrada apresenta variação conforme a pessoa e conforme a época, o que possibilita o acréscimo de nova informação a qualquer tempo, contrariamente à entrada lógica. A informação nas entradas enciclopédicas é representacional (consiste em um conjunto de suposições que é passível de sofrer regras dedutivas), enquanto que nas entradas lógicas ela é computacional (consiste em um conjunto de regras dedutivas que se aplicam a suposições nas quais o conceito associado aparece). Tanto o processo representacional como o computacional são necessários para a compreensão, pois constituem processos complementares.

Para que seja possível afirmar que as suposições são processadas dentro de um contexto e que a relevância de uma suposição é analisável em termos da modificação que produz no contexto ao ser processada, é preciso que se faça a distinção entre o conteúdo de uma suposição e seu contexto. Tal distinção reflete-se, assim, nas definições de entradas lógicas e enciclopédicas.

O terceiro tipo de entrada de um conceito é a lexical, contendo informação a respeito do item da linguagem natural com que foi expresso. Nesse nível se encontram as informações sintáticas e fonológicas. Recuperar o conteúdo de um enunciado envolve a capacidade de identificar as palavras que este contém, reconhecer os conceitos a ele associados, bem como aplicar as regras dedutivas ligadas às suas entradas lógicas. Assim, o significado de uma palavra é obtido através do conceito que está associado à mesma.

Os autores da Teoria da Relevância demonstram o esquema do sistema de dedução formal que as pessoas utilizam na inferência espontânea em geral e durante a compreensão de enunciados em particular.

Temos um dispositivo dedutivo que se compõe de memória e da capacidade de ler, escrever e apagar formas lógicas, comparar suas propriedades formais e armazená-las, além de acessar as regras dedutivas contidas nas entradas lógicas dos conceitos. As deduções ocorrem da seguinte forma: um conjunto de suposições que constituem os axiomas - ou teses iniciais - da dedução é colocado na memória do dispositivo. Ele lê cada suposição,

acessa as entradas lógicas de cada conceito constituinte, aplica alguma regra cuja descrição estrutural seja satisfeita por aquela suposição e escreve a suposição resultante na memória como sendo a tese derivada.

As regras de *introdução*, aquelas cujas suposições finais contêm cada conceito presente na suposição inicial mais outro conceito novo, não desempenham nenhum papel no processamento dedutivo espontâneo da informação. As únicas regras disponíveis para tal processamento espontâneo são as de *eliminação*.

Por não acrescentarem nada, por serem triviais e redundantes, as regras de *introdução* do ‘e’, do ‘ou’ e da ‘dupla negação’ nunca ocorrem no processamento espontâneo de informação, o que significa dizer que não são acessíveis diretamente na cognição.

O sujeito não deduz tudo o que seria possível a partir de uma dada suposição porque há um bloqueio cognitivo automático. O raciocínio do dia-a-dia não segue padrões lógicos em que a uma suposição seguem-se outras infinitamente. Se tais regras existissem na cognição humana, não estariam bloqueadas todas as suposições possíveis, o que ocasionaria uma reaplicação indefinida de deduções triviais o tempo todo.

Por exemplo, uma simples suposição P acarreta cada uma das seguintes conclusões:

- (18)(a) (P e Q)
- (b) (P ou Q)
- (c) (não (não P))
- (d) (Se (não P) então Q)
- (e) (Se Q então P)

Nenhum falante produziria (19) na expectativa de que alguma das conclusões em (20) fosse derivada, assim como nenhum ouvinte concluiria nada do que está a seguir:

(19) O Primeiro-Ministro renunciou.

(20) (a) O Primeiro-Ministro renunciou e o Primeiro-Ministro renunciou.

- (b) Ou o Primeiro-Ministro renunciou ou hoje está mais quente.
- (c) Não é verdade que o Primeiro-Ministro renunciou.
- (d) Se o Primeiro-Ministro não renunciou, o tigre será extinto.
- (f) Se for o aniversário da Rainha, o Primeiro-Ministro renunciou.

Tais conclusões não são razoáveis, já que o conteúdo da suposição inicial permanece inalterado exceto pela adição de material arbitrário, material esse que não analisa nem explicita nada.

Por outro lado, regras de *eliminação* são genuinamente interpretativas: as suposições finais explicitam ou analisam as iniciais. Assim, o dispositivo dedutivo humano apenas tem acesso a tais regras e deriva somente conclusões não-triviais, conforme o que se define a seguir:

(21) Implicação lógica não-trivial

Um conjunto de suposições $\{P\}$ implica *lógica e não-trivialmente* uma suposição Q se, e somente se, quando $\{P\}$ é o conjunto de teses iniciais em uma derivação que envolva apenas regras de eliminação, Q pertencer ao conjunto das teses finais.

Em outras palavras, o dispositivo dedutivo humano é um sistema que explicita o conteúdo de qualquer conjunto de suposições a ele submetido.

Como foi descrito, as suposições que chegam à memória do dispositivo dedutivo têm quatro fontes possíveis: podem advir da percepção, da decodificação lingüística, da memória enciclopédica ou podem resultar do processo dedutivo propriamente dito. As suposições provenientes das entradas enciclopédicas são informações velhas, enquanto que as que advêm da percepção ou da decodificação lingüística são informações novas. O efeito que a informação apresentada como nova produz na antiga, que é derivada de uma representação de mundo já existente, é o ponto de análise.

É importante analisar o efeito das deduções nas quais o conjunto de teses iniciais colocado na memória do dispositivo dedutivo é dividido em duas partes, $\{P\}$ e $\{C\}$, onde

{P} é a informação nova e {C}, a informação velha. A dedução baseada na união das premissas {P} e {C} é a *contextualização de {P} no contexto {C}*. A isso Sperber & Wilson chamam a *implicação contextual de {P} em {C}*:

(22) Implicação contextual

Um conjunto de suposições {P} *implica contextualmente* a suposição Q no contexto {C} se, e somente se,

- (i) a união de {P} e {C} implicar não-trivialmente Q,
- (ii) {P} não implicar não-trivialmente Q, e
- (iii) {C} não implicar não-trivialmente Q.

Um conjunto inicial de suposições {P}, ao se relacionar com outro conjunto de suposições contextualizadas {C}, pode produzir uma implicação contextual {Q}. Se um só de tais conjuntos tivesse a possibilidade de implicar {Q}, não haveria uma implicação contextual. Para que exista tal tipo de implicação é necessário que haja uma síntese das informações a partir da interação entre as mesmas.

Assim, a dedução que se baseia na união de uma nova informação {P} com uma informação antiga {C} é uma contextualização de {P} em {C} que pode fazer surgir efeitos contextuais no sentido de acréscimo, fortalecimento ou eliminação de suposições.

Modificar ou acrescentar um contexto significa ter algum efeito sobre o mesmo, embora não qualquer efeito. O acréscimo de nova informação que apenas duplique a antiga não conta, assim como tampouco o faz a adição de nova informação que seja totalmente desconectada da antiga. O efeito que interessa aqui é o resultado da interação crucial entre informação nova e antiga. Um efeito contextual possível de tal interação é a possibilidade de que a informação nova possa dar maior evidência à antiga e, assim, fortalecê-la. Ou, por outro lado, pode fornecer evidência contrária e propiciar o abandono das antigas suposições. Quanto mais informações antigas se juntarem às novas, mais conexões serão possíveis.

Se o único efeito de uma contextualização for acrescentar informação nova ao contexto sem alterá-lo, ela não produz efeito contextual. Para produzir algum efeito contextual, deveria apagar algumas suposições do contexto, modificar a força de algumas suposições no contexto ou ainda derivar implicações contextuais.

Assim, segundo Sperber & Wilson, dentre as suposições que chegam mais espontaneamente à mente, aquelas que são verdadeiras têm mais possibilidade de serem relevantes do que as falsas, fazendo com que, no momento em que a relevância é atingida, ocorra um fortalecimento retroativo das suposições anteriores. Tais habilidades cognitivas humanas fazem parte da natureza, o que significa dizer que resultam da boa adaptação surgida durante a evolução natural.

1.3 – A relevância

À medida que o discurso vai acontecendo, o ouvinte tanto recupera como constrói suposições que, processadas, formam um pano de fundo modificável conforme o processamento de novas informações. Para interpretar uma proposição não basta identificar a suposição expressa, é preciso verificar as conseqüências de acrescentar tal suposição a um conjunto de suposições já processadas. É necessário analisar os efeitos contextuais de tal suposição em um contexto determinado por atos anteriores de compreensão.

A cada passagem do discurso, o ouvinte se depara com diferentes conjuntos de suposições que nunca processou antes e que nunca processará depois.

Para Sperber & Wilson, existem três casos típicos em que uma suposição pode não provocar efeitos contextuais e ser, por conseguinte, irrelevante em dado contexto, por exemplo, aquele que está sendo construído por você durante a leitura desta tese. Explicitam-se os casos a seguir:

(23) No dia 5 de maio de 1881 fez sol em Cabul.

A suposição explicitamente elicitada acima não produz efeitos contextuais em {C} porque, embora traga informação nova, não está relacionada com nenhuma outra informação presente no contexto em questão.

(24) Você está lendo uma tese.

Esta suposição expressa é também irrelevante por ser óbvia e trivial. Sendo certo que é o que está ocorrendo, a leitura da tese, é claro que a força de tal suposição não poderia ser fortalecida.

(25) Você está dormindo.

Esta suposição é inconsistente com todas as suposições que você poderá ter em mente enquanto lê esta tese. É certo que não se dorme enquanto se lê, o que seria contraditório.

Os autores observam que nesses exemplos apenas a suposição explicitamente expressa pela proposição não produz efeitos contextuais e é irrelevante. É perfeitamente possível que o falante opte por expressar uma suposição que seja irrelevante, o que constitui uma ocorrência altamente relevante.

A noção de efeito contextual é essencial na caracterização da relevância porque quanto maiores forem os efeitos contextuais, maior será a relevância.

Produzir efeitos contextuais é condição não apenas necessária para a relevância como também condição suficiente. Observe-se o diálogo abaixo em que dois falantes argentinos conversam. A mora na Argentina e B reside no Brasil, país no qual se encontram durante o diálogo.

(26)

A: Hoy es 9 de Julio. ¿Te gustaría que te regalara una escarapela?

B: No, te agradezco mucho. **Agora eu moro aqui.**

Para detectar a relevância da resposta e da alternância de língua, com o conseqüente emprego de um *code-switching* intersentencial, o ouvinte deve ser capaz de recuperar as premissas em (27) e de derivar alguma coisa como a implicação contextual em (28):

- (27) (a) A “escarapela” é um símbolo pátrio.
 (b) A “escarapela” é usada no peito em datas patrióticas.
 (c) No dia 9 de julho festeja-se a Independência da Argentina.
 (d) Usar uma “escarapela” significa festejar publicamente a data patriótica.
 (e) Quem não mora na Argentina não precisa mostrar em público que festeja a data patriótica.
 (f) Morar no Brasil significa ter passado a falar português.
- (28) O falante argentino que mora no Brasil não precisará usar a “escarapela”.

Parece claro que alguém que não seja capaz de perceber o contexto em (27) nem de derivar a implicação contextual em (28) não verá relevância na resposta. Perceber efeitos contextuais de uma suposição parece ser suficiente para julgá-la relevante. Desse modo, formula-se a seguinte definição:

(29) Relevância

Uma suposição é relevante em um contexto se, e somente se, produz algum efeito contextual no mesmo.

Contudo, a definição acima é insuficiente por duas razões. É necessário considerar os graus de relevância bem como a forma como o contexto é determinável. Se os efeitos contextuais são obtidos mediante algum esforço de processamento mental, significa que, outras coisas sendo iguais, quanto maior for o esforço de processamento, menor será a relevância.

Segundo Silveira & Feltes (1997), todo processamento de informação exige algum dispêndio de energia mental em nível de atenção, memória e raciocínio. O esforço está em

relação comparativa com os benefícios que são alcançados. A mente opera de modo produtivo ou econômico para alcançar o máximo de efeitos contextuais com o mínimo de esforço. Comumente prestamos atenção a estímulos que, em alguma medida, vêm ao encontro de nossos interesses ou que se ajustam às circunstâncias do momento.

A relevância “é disparada”, ocorre espontânea e inconscientemente. O que se pode representar são apenas julgamentos de relevância. Quando ocorrem, são comparativos e intuitivos, nunca quantitativos. Desse modo, é possível dizer que x é fracamente relevante, que y é mais relevante do que x , por exemplo.

Assim, é possível melhorar a definição de relevância adotando um molde comparativo, que envolva graus.

(30) Relevância :

- (i) Uma suposição é relevante no contexto na medida em que há um maior número de efeitos contextuais.
- (ii) Uma suposição é relevante no contexto na medida em que o esforço para processá-la, nesse contexto, é pequeno.

Suponha-se que o diálogo (31) tenha ocorrido em lugar do diálogo (12). Em (31) não há qualquer alternância de sistema lingüístico embora os sujeitos sejam bilíngües e saibam que compartilham o mesmo par de idiomas.

(12)

A: ¿Vamos al cine?

B: ¡Bárbaro, pero para ver una película [agüentável]!

A: **(RISOS)** De acuerdo...

(31)

A: ¿Vamos al cine?

B: Bárbaro, pero para ver una película buena.

A: De acuerdo...

Apesar do menor esforço que A teria despendido no processamento, não poderia ter inferido todas as informações desejadas por B nem obtido os mesmos efeitos contextuais. Note-se que A não ri porque não há motivos para tal: em (12) ele entendeu a intenção de comicidade, ausente em (31). Assim, o esforço extra de processamento em (12) é compensado com um melhor resultado em termos de alterações no ambiente cognitivo do ouvinte.

A noção comparativa pode ser mais bem ilustrada com os exemplos seguintes em que será considerado o contexto que consiste das suposições (32 a-c):

- (32) (a) Noivos devem consultar um médico sobre possíveis riscos de doenças hereditárias para os futuros filhos.
- (b) Duas pessoas com a doença da talassemia devem ser aconselhadas a não terem filhos.
- (c) Susan tem talassemia.

Considerem-se os efeitos que as suposições (33) e (34), igualmente fortes por hipótese, teriam nesse contexto:

(33) Susan, que tem talassemia, se casará com Bill.

(34) Bill, que tem talassemia, se casará com Susan.

Tanto (33) quanto (34) produzem efeitos contextuais em (32) e são, portanto, relevantes pela definição acima. Ambos carregam a implicação contextual (35):

- (35) Susan e Bill devem consultar um médico sobre possíveis riscos de doenças hereditárias para os futuros filhos.

Assim, as duas suposições são relevantes nesse contexto. Contudo, pode-se intuir mais: nesse contexto, (34) é mais relevante do que (33). Vê-se que (34) produz uma implicação contextual que (33) não produz, qual seja:

(36) Susan e Bill devem ser aconselhados a não terem filhos.

Como (33) e (34) têm a mesma estrutura conceitual, permitem que as mesmas regras dedutivas sejam derivadas. Mas o esforço de processamento de ambos não é o mesmo: (34) implica (36), porém (33) não o faz. Desse modo, em (32 a-c), (34) é mais relevante.

Para ilustrar a forma como a relevância relativa é afetada pelo esforço de processamento, compare-se (34) e (37):

(34) Bill, que tem talassemia, se casará com Susan.

(37) Bill, que tem talassemia, se casará com Susan, e o ano de 1967 foi bom para os vinhos franceses.

Quando (34) e (37) são processados no contexto (32 a-c) produzem exatamente os mesmos efeitos contextuais: a informação extra trazida por (37) não tem a menor conexão e não produz, portanto, nenhum efeito contextual. Embora tenha requerido também esforço de processamento e regras dedutivas, (37) é menos relevante do que (34), que alcança os mesmos efeitos com menor esforço.

Os exemplos acima envolveram apenas um tipo de efeito contextual: a implicação contextual. Os seguintes mostrarão diferentes tipos de efeitos que serão atingidos simultaneamente:

Considere-se (38 a-g), em que a força de cada suposição é indicada ao lado:

(38) (a) Peter é mais rico do que Sam. [certa]

- (b) Sam é mais rico do que Bill. [certa]
 (c) Bill é mais rico do que Jim. [certa]
 (d) Jim é mais rico do que Charles. [certa]
 (e) Sam é mais rico do que Sue. [forte]
 (f) Sue é mais rica do que Jim. [muito fraca]
 (g) Sue é mais rica do que Charles. [forte]

Um ouvinte que tenha em mente o contexto (38 a-g) considera tudo o que o falante diz como sendo certo. Suponha-se que o falante possa afirmar tanto (39) como (40) :

- (39) Sue é mais rica do que Jim.
 (40) Sue é mais rica do que Peter.

Intuitivamente, a suposição expressa em (40) é a mais relevante e é aquela que, outras coisas sendo iguais, o falante deverá optar por expressar. A suposição (39) produz apenas dois efeitos contextuais no contexto (38 a-g): primeiramente, aumenta a força de (38f) de *muito fraca* a *certa*, já que é idêntica a (38f) e é *certa*; em segundo lugar, aumenta a força de (38g) de *forte* a *certa*, já que (38g) é implicada por (38d) e (38f), ambas *certas*.

A suposição (40) produz cinco efeitos contextuais. Implica contextualmente (41) e (42):

- (41) Sue é mais rica do que Sam. [certa]
 (42) Sue é mais rica do que Bill. [certa]

A suposição (41), que é *certa*, contradiz a suposição (38e), que é *forte*, e como (41) é mais forte do que (38e), esta é apagada da memória do dispositivo dedutivo, o que constitui um terceiro efeito contextual. Estes dois últimos efeitos são idênticos aos dois únicos efeitos produzidos por (39).

Como (40) produz maiores efeitos contextuais que (39), e ã que ambos requerem exatamente o mesmo esforço de processamento (descontando-se o esforço extra que é necessário para implementar os efeitos contextuais propriamente), (40) deve ser mais relevante do que (39).

Suponha-se, agora, que o ouvinte aceite as suposições expressas por (39) e (40) como sendo apenas *fracas*. Assim, (39) deverá ser mais relevante do que (40), contrariando o caso anterior. Como o ouvinte acreditava muito fracamente que Sue era mais rica do que Jim, deverá ter fortalecido sua crença de *muito fraca* a *fraca* a partir de (39). Dessa forma, (39) passa a ter alguma relevância. Por outro lado, o ouvinte não acreditará em (40) porque contradiz sua firme convicção de que Sam é mais rico do que Sue, o que causa o apagamento de (40), que não terá a menor relevância. Pode, portanto, ocorrer que uma afirmação exagerada seja irrelevante, ao passo que uma afirmação modesta e aceitável alcance alguma relevância quando confirma suposições já existentes.

Contudo, o próprio fato de a afirmação ser exagerada pode torná-la relevante. O ouvinte pode não acreditar em (40) mas supor que o falante deva ter algum grau de crença no fato de que Sue é rica. Sendo assim, poderá fortalecer suas próprias suposições (38f) e (38g). O contexto (38 a-g) poderá ser enriquecido, o que fará com que a relevância seja atingida não com base na suposição (40) mas sim na suposição (43):

(43) O falante acredita em (40).

Ainda que o ouvinte aceite as afirmações do falante considerando-as *fracas*, observe-se (44):

(44) Sue é mais rica do que Peter ou é mais rica do que Jim.

A suposição expressa em (44) terá o mesmo efeito contextual que (39): fortalecer (38f) de *muito fraca* a *fraca*. Entretanto, alcançará tal efeito com um maior custo de processamento: vários passos dedutivos serão necessários para rejeitar a primeira parte de

(44), que é idêntica a (40), e aceitar como sendo *fraca* a segunda parte de (44), idêntica a (39). Após o esforço inicial, o processamento de (44) será o mesmo de (39), o que torna (44) menos relevante do que (39).

Normalmente, é possível prever qual informação produzirá os maiores efeitos contextuais. Sabe-se que suposições mais fortes produzem efeitos contextuais maiores. Processar mais informação no mesmo contexto ou a mesma informação em um contexto mais amplo envolve um maior esforço. As pessoas levam em conta tais habilidades comparativas no momento de maximizar a relevância da informação que devem processar. A relevância, que é uma questão de esforço-efeito, é uma propriedade que não precisa ser representada. Não constitui uma entidade, mas um processo de aferição, uma relação. Contudo, no caso de ser representada, deve sê-lo em termos de juízos comparativos como *irrelevante, fracamente relevante, muito relevante*.

Conforme Sperber & Wilson, o contexto necessário para interpretar enunciados é restringido pela organização da memória enciclopédica do ouvinte, assim como pelas suas habilidades perceptuais e cognitivas e pela atividade mental na qual está engajado naquele momento.

Dessa forma, o contexto não é definido previamente mas selecionado no momento da interpretação dos enunciados em questão. Tal seleção ocorre, justamente, em virtude da busca da relevância no processamento da informação.

Para que haja uma relevância ótima é preciso que o contexto escolhido seja produtivo ao permitir o maior número possível de efeitos contextuais com o mínimo de esforço despendido.

Como vimos, cada vez que alguém seleciona um contexto para interpretar um enunciado o faz limitado pela organização de sua memória enciclopédica, por suas habilidades perceptuais, por outras habilidades cognitivas, assim como pela atividade mental do momento. Como a seleção do contexto é parte do processo interpretativo, a pessoa guia-se pela busca da relevância no processamento das informações. Se os efeitos contextuais forem alcançados com um mínimo de esforço, a informação terá sido otimamente processada.

Silveira & Feltes (1997) esclarecem que não há suposições relevantes em si mesmas. Assim, para serem consideradas relevantes é preciso que as situações determinadas de comunicação entre falantes específicos sejam levadas em conta. Existe, então, uma noção de “*Relevância para um indivíduo*” segundo a qual o sujeito direciona sua atenção a um conjunto determinado de estímulos e suposições, de modo a construir um contexto mais produtivo através do seu julgamento comparativo de relevância.

Como foi dito, toda nova informação é relevante em qualquer contexto no qual contradiga ou elimine crenças existentes produzindo efeitos contextuais. E quanto maior for o número de efeitos contextuais, mais relevante será considerada.

Ao final de cada processo dedutivo, o indivíduo dispõe de um conjunto particular de contextos acessíveis. Tal conjunto é ordenado da seguinte forma: cada contexto contém um ou mais contextos menores, e cada um destes está contido em um ou mais contextos maiores. O conjunto de contextos acessíveis organiza-se pela relação de inclusão. Aquilo que está no inicial também se encontra nos demais.

O contexto inicial mínimo é dado imediatamente; aqueles que apenas incluem-no como sendo uma sub-parte podem ser acessados em apenas um passo, o que os torna os mais acessíveis de todos. Contextos que incluem o inicial e uma extensão podem ser acessados em dois passos, o que os torna mais acessíveis do que outros que precisem de três passos, por exemplo.

Assim como processar um item de informação em um contexto envolve algum esforço, acessar um contexto também exige esforço; quanto menos acessível for o contexto, maior o esforço que será preciso despender para acessá-lo e vice-versa.

Consideremos uma nova suposição A. Ela pode se relevante em algum, todos ou nenhum dos contextos acessíveis a um indivíduo em certo momento conforme alguns, todos ou nenhum desses contextos contiverem ou implicarem algum elemento de A. No mínimo seis situações podem ser observadas em um caso assim:

(45) (a) A já está contida em (ou implicada por) um contexto inicial, com força máxima. Dessa forma, não há {C}, apenas {P}, o que impede que haja {Q}. Nenhuma

implicação contextual é produzida, sendo a suposição irrelevante nesse contexto, assim como nos outros acessíveis a partir do inicial.

(b) A não está contida em (ou implicada por) nenhum dos contextos acessíveis, deixando de produzir também qualquer efeito contextual. Mais uma vez, a suposição é irrelevante em todos os contextos acessíveis.

(c) A está contida em (ou implicada por) um contexto inicial, bem como nos demais contextos acessíveis mas sem a força máxima. Um fortalecimento da suposição A pode assegurar sua relevância em todos os contextos acessíveis. Justifica-se assim uma extensão do contexto porque A produz mais efeitos nos estendidos do que no inicial e porque o ganho em efeitos contextuais não é excedido pelo esforço de processamento necessário para processar A em um contexto estendido.

(d) A não está contida em (ou implicada por) nenhum dos contextos acessíveis, mas produz algumas implicações contextuais no contexto inicial. Assim, A é relevante em todos os contextos nos quais ela retém algumas dessas implicações, o que faz com que ampliar o contexto se justifique porque há produção de maiores efeitos contextuais, e o acréscimo nesses efeitos não é excedido pelo acréscimo no esforço de processamento.

O falante diz algo que, acrescido ao que o ouvinte sabe, faz surgir um conhecimento novo, do tipo aprendizagem.

(e) A não está contida em (ou implicada por) nenhum dos contextos; não produz nenhum efeito no contexto inicial embora os produza em alguma das extensões. Assim, A é relevante em alguns dos contextos acessíveis sempre e quando haja extensão dos contextos, os quais devem seguir o padrão de (c) e (d).

O ouvinte precisa acessar algum contexto em que o que o falante está dizendo tenha alguma relevância, como no caso em que, ao ouvir uma falácia, o ouvinte lembra de uma aula de Lógica.

(f) A não está contida em (ou implicada por) um contexto inicial mas sim em alguns dos demais, com força máxima. Produz efeitos contextuais em contextos onde não está contida, sendo, então, relevante em alguns dos contextos ampliados como um lembrete. O lembrete apenas tem relevância em contextos que não contenham a informação em questão porque sua função é a de tornar a informação acessível a um baixo custo de processamento, o que não seria possível se houvesse sucessivas ampliações de contextos.

A, então, vale se o contexto futuro for chamado, não tem relação com o contexto inicial, não tem relação com o presente.

A partir do que foi exposto, pode-se dar uma definição classificatória do que seja a relevância para um indivíduo:

(46) Relevância para um indivíduo (classificatória)

Uma suposição é relevante para um indivíduo em um determinado tempo se, e somente se, for relevante em um ou mais contextos acessíveis para ele naquele momento.

As pessoas procuram automaticamente a relevância máxima, o que envolve a seleção do melhor contexto possível para processar as suposições. O melhor contexto será aquele que equilibrar o esforço de processamento com o efeito alcançado. Quando ocorre tal equilíbrio, pode-se afirmar que a suposição foi otimamente processada. Observe-se a definição seguinte:

(47) Relevância para um indivíduo (comparativa)

(i) Uma suposição é relevante para um indivíduo na medida em que os efeitos contextuais produzidos ao ser otimamente processada são amplos.

(ii) Uma suposição é relevante para um indivíduo na medida em que o esforço requerido para processá-la otimamente é pequeno.

Tentei até aqui ilustrar a noção de relevância para um indivíduo de modo a descrever e explicar a compreensão verbal e outros processos cognitivos. O ouvinte não detecta simplesmente a suposição expressa por uma proposição; não a detecta apenas a partir do ambiente: emprega um processo cognitivo complexo que requer esforço mental. Do mesmo modo, o falante não pode apresentar diretamente uma suposição ao público, o que ele faz é apresentar um estímulo e esperar que a percepção do mesmo por parte da audiência conduza à modificação de seu ambiente cognitivo e produza algum processo cognitivo.

Quem ouve o estímulo o reconhece primeiramente como um fenômeno no meio de outros, como apenas uma característica perceptível no ambiente físico. Torna-se identificável como um estímulo quando é reconhecido como um fenômeno que objetiva alcançar efeitos cognitivos.

Em que fenômenos a pessoa presta atenção e por quê? Por que ela faz algumas suposições em vez de outras?

Existem fenômenos que chamam mais a atenção do ser humano e há suposições que podem ocorrer ou não ocorrer conforme o ambiente cognitivo em que se encontrem especificamente. Barulhos, cheiros, clarões de luz são mais passíveis de serem observados.

Imaginemos um indivíduo, que normalmente não presta atenção aos odores naturais da casa, sentindo um cheiro diferente. É provável que faça a seguinte suposição:

(48) Há cheiro de gás na casa.

É mais provável que a pessoa derive a suposição (49) do que a suposição (50), ambas sendo implicações contextuais de (48).

(49) Há algum escapamento de gás na casa.

(50) A companhia de gás não está fazendo greve.

O ambiente cognitivo de um indivíduo é o conjunto de todos os fatos que lhe são manifestos. Um fenômeno pode afetar esse ambiente fazendo com que certos fatos se tornem mais manifestos. Dessa forma, ele poderá representá-los como suposições fortes e usá-los para derivar mais suposições que não correspondam a fatos reais mas que sejam manifestos para ele mesmo assim. Um fenômeno pode tornar manifestas muitas suposições. Contudo, não significa que o indivíduo construa suposições a partir de quaisquer fenômenos que lhe chamem a atenção. Alguns serão filtrados em nível perceptual, orientados pela relevância como em (48). Outros, como o (49), serão representados conceitualmente e processados no contexto enciclopédico, também segundo a relevância. Isso não ocorre em (50) porque o esforço de processamento requerido não terá compensação em efeitos conceituais ricos, o que significaria pensar em alguma solução para impedir o escapamento de gás.

Sperber & Wilson afirmam que a noção de relevância não pode ser caracterizada apenas como uma propriedade de suposições presentes na mente mas também como sendo uma propriedade de fenômenos presentes no ambiente, o que significa que pode ser estendida a fenômenos da seguinte maneira:

(51) Relevância de um fenômeno (definição classificatória)

Um fenômeno é relevante para um indivíduo se, e somente se, as suposições que são tornadas manifestas forem relevantes para ele.

É preciso que se leve em conta, não somente o esforço necessário para acessar o contexto e processar a suposição dentro do mesmo, mas também o esforço requerido para construir a suposição. A construção e o processamento de diferentes suposições envolvem diferentes efeitos e quantidade de esforços, o que implica diferentes graus de relevância. Assim, a relevância de um fenômeno para um indivíduo é a relevância alcançada quando o fenômeno for processado otimamente:

(52) Relevância de um fenômeno: (definição comparativa)

- (i) Um fenômeno é relevante para um indivíduo na medida em que os efeitos contextuais alcançados quando ele é otimamente processado são amplos.
- (ii) Um fenômeno é relevante para um indivíduo na medida em que o esforço requerido para processá-lo otimamente é pequeno.

Para produzir efeitos contextuais específicos no ambiente cognitivo do ouvinte é preciso que haja estímulos que, processados otimamente, produzam apenas o efeito desejado. Na conversação, os enunciados devem, então, constituir estímulos ostensivos que atraiam a atenção do ouvinte e que, ao mesmo tempo, revelem as intenções do falante. Para tal, na comunicação através de estímulos ostensivos ambos os participantes devem ser ativos, já que o falante deve demonstrar que o estímulo é relevante, ao passo que o ouvinte precisa apresentar adequado comportamento cognitivo ao prestar atenção. Dessa forma, o falante envolve-se na ostensão enquanto que o ouvinte encarrega-se de fazer as inferências necessárias para compreender o que foi comunicado.

Um comunicador ostensivo comunica necessariamente que o estímulo escolhido é relevante para a audiência. Assim, todo ato de comunicação ostensiva carrega a presunção de relevância: o falante dá a entender que escolheu estímulos que exigem pouco esforço de processamento por parte do ouvinte enquanto que este, por sua vez, considera que o falante escolheu o estímulo mais relevante para revelar suas intenções. Observe-se a seguinte definição:

(53) Presunção de Relevância Ótima

- (i) O conjunto de suposições {I}, que o comunicador pretende tornar manifesto ao destinatário, é relevante o suficiente para merecer que a audiência processe o estímulo ostensivo.

(ii) O estímulo ostensivo é o mais relevante que o comunicador poderia ter usado para comunicar {I}.

Em (54) os mesmos falantes bilíngües anteriormente descritos alternam de idioma ao se referirem a um local onde se fala espanhol.

(54)

A: E aí? O que queres fazer nas férias?

B: Ainda não pensei nisso, **podríamos irnos a Buenos Aires.**

A: **Me encantaría.**

B produz um *code-switching* intra-sentencial segmental sem modificação na fluência do discurso e sem qualquer pausa ou hesitação demasiada. Tal alternância parece ser motivada pelo ambiente mencionado, local onde, obviamente, fala-se espanhol.

A alternância de código facilita o reconhecimento por parte de A do estímulo ostensivo produzido por B, bem como auxilia a processá-lo com a garantia de que B encontrou a maneira mais relevante de passar-lhe as informações desejadas. Comprova-se que B obteve o efeito pretendido no momento em que A também alterna de idioma acatando a troca e demonstrando ter reconhecido a intencionalidade da informação.

Evidentemente, A reconheceu a ostensão e, por meio de inferências, buscou captar, de acordo com o princípio da relevância, o que B quis comunicar.

Como todo ato de comunicação ostensiva comunica a presunção de sua relevância ótima, o corolário do Princípio da Relevância é o seguinte:

(55) Princípio da Relevância

(i) aplica-se a todas as formas de comunicação ostensiva;

(ii) os indivíduos cujo ambiente cognitivo o comunicador está tentando modificar são os destinatários do ato de comunicação;

(iii) não garante que a comunicação, apesar de tudo, seja sempre bem-sucedida.

Toda informação deve criar a presunção de que o comunicador pretende alcançar efeitos contextuais adequados sem exigir esforço demasiado do ouvinte no sentido de compreender sua intenção. Assim, a informação terá consistência com o princípio da relevância se o falante acreditar que ela será tipicamente relevante para o ouvinte enquanto que o que garante ao ouvinte que haverá relevância no que está sendo comunicado é a existência de uma atitude ostensiva.

Desse modo, aquilo que possibilita a seleção da interpretação adequada para o enunciado em detrimento de outras também compatíveis com a decodificação lingüística do mesmo é a consistência com o princípio da relevância.

Assim, é justamente a consistência com o princípio da relevância o que garante a seleção de apenas uma interpretação para o enunciado, entre as múltiplas possíveis, mais ou menos acessíveis, todas compatíveis com a decodificação lingüística do mesmo. Essa interpretação é a primeira a ser julgada consistente com o princípio da relevância e é a única que o ouvinte deverá escolher porque a interpretação é governada por tal critério.

1.4 - Explicaturas e Implicaturas

Conforme Silveira & Feltes (1997), o modelo inferencial griceano parte do que foi dito para gerar as implicaturas conversacionais, mas não explica a seleção do contexto. A Teoria da Relevância deixa de ter um caráter normativo e avança descritiva e explanatoriamente contribuindo com evidências do comportamento cognitivo humano.

Sperber & Wilson criam a noção de *explicatura* seguindo a analogia com a palavra *implicatura*. A seguir serão expostas suas idéias.

Um enunciado consiste na modificação perceptível do ambiente físico. Ao fazê-lo, torna manifesta uma variedade de suposições. Suponha-se que Maria pronuncie os sons em (56).

(56) [vajfikafrijw]

Fica manifesto para Pedro um conjunto de suposições {A} que pode incluir, entre outras, as suposições (57a-e):

(57) (a) Alguém produziu um som.

(b) Há alguém na casa.

(c) Maria está em casa.

(d) Maria falou.

(e) Maria está resfriada.

Se alguma das suposições acima for relevante para Pedro, o comportamento de Maria terá sido relevante ao torná-las manifestas. Porém, as propriedades lingüísticas dos enunciados não terão contribuído para a relevância. Um ruído da garganta teria produzido o mesmo efeito sem necessidade de processamento lingüístico.

O conjunto {A} de suposições tornadas manifestas pelo comportamento de Maria também inclui (58):

(58) Maria produziu a sentença “Vai ficar frio”.

Em condições normais, (58) será construída automaticamente. O estímulo fonético na língua do ouvinte é analisado como sendo a estrutura lingüística determinada: [vajfikafrijw] corresponde a “Vai ficar frio”. O estímulo lingüístico desencadeia um processo automático de processamento: o sistema de decodificação lingüística assemelha-se ao da audição e ao da visão. Contudo, a comunicação verbal nunca é alcançada meramente pela decodificação automática de sinais lingüísticos. O falante não é reconhecido apenas como alguém que fala, nem como alguém que comunica falando, mas como alguém que diz algo a outra pessoa.

De acordo com a Teoria da Relevância, a interpretação correta por parte do ouvinte de um estímulo ostensivo é a primeira interpretação acessível consistente com o princípio da relevância.

O comportamento de Maria pode tornar manifesta a suposição (59):

(59) Maria disse a Pedro “Vai ficar frio”.

Como dizer algo a alguém é um caso de comunicação ostensiva, o conjunto {A} de suposições que Maria tornou manifesto inclui (60):

(60) Existe um conjunto de suposições {I} que Maria pretende tornar manifesto a Pedro ao lhe dizer “Vai ficar frio”.

A tarefa do ouvinte pode ser descrita de duas formas. A primeira é a de que o ouvinte deve encontrar em {A} uma suposição mutuamente manifesta da forma (61):

(61) O falante pretende tornar {I} manifesto.

Suponha-se, entretanto, que o falante atinja não apenas sua intenção comunicativa mas também sua intenção informativa, o que conseguirá se o ouvinte, além de ouvi-lo, acreditar nele. Então {I}, o conjunto de suposições comunicado pelo enunciado, será um subconjunto de {A}, o conjunto de suposições manifestas pelo enunciado.

A tarefa do ouvinte pode ser, assim, descrita de uma segunda maneira: ele deve decidir quais suposições em {A} fariam parte do conjunto {I} se o falante for confiável. Deve decidir quais suposições tornadas manifestas pelo enunciado são também manifestas pelo falante.

O conjunto {I} pode incluir suposições tais como (62 a-e):

- (62) (a) O enunciado de Maria é otimamente relevante para Pedro.
 (b) Maria disse que o jantar vai ficar frio.
 (c) Maria acredita que o jantar vai ficar frio logo.
 (d) O jantar vai ficar frio logo.
 (e) Maria quer que Pedro venha jantar agora mesmo.

A tarefa do ouvinte envolve várias subtarefas inferenciais. A primeira é a de outorgar ao enunciado uma única forma proposicional: a seleção de uma das representações semânticas fornecidas pela gramática. De acordo com o que o ouvinte supuser que o falante pretendeu dizer, sua interpretação variará. Poderá optar por alguma das suposições acima.

No entanto, a complexidade de tal tarefa costuma ser subestimada e explicada como sendo apenas questão de escolher um sentido e uma referência dentre um conjunto limitado de alternativas.

No caso de Pedro decidir que “Vai ficar frio” aplica-se ao jantar, terá optado pela forma proposicional expressa por Maria em (62 d):

- (62) (d) O jantar vai ficar frio logo.

Além da presunção de relevância propriamente dita, o ouvinte é capaz de identificar mais um constituinte de {I}: a suposição de que o falante expressou a forma proposicional de um modo particular, por exemplo, declarativo. Isso é mutuamente manifesto para ambos, o que significa que (62 b) é membro de {I}.

- (62) (b) Maria disse que o jantar vai ficar frio.

Mesmo que o ouvinte reconheça (62 b), poderá não identificar a atitude proposicional de Maria, o que o impedirá de identificar o que ela quer comunicar além de (62 b). Afirmar P envolve mais do que comunicar que se acredita em P. Dessa forma, Maria

poderá ter comunicado que acredita que o jantar vai ficar frio. Suponha-se que (62 c) seja membro de {I}:

(62) (c) Maria acredita que o jantar vai ficar frio logo.

O falante que comunica que acredita em P não comunica automaticamente que P. Pode ser mutuamente manifesto o fato de que Pedro acredita que o jantar vai ficar quente até ele terminar o que está fazendo. Maria não poderá ter pretendido relevância ao tornar manifesto que o jantar vai ficar frio logo apenas dizendo que acredita nisso.

Suponha-se que Pedro decida que Maria pretende comunicar, tanto que acredita que o jantar vai ficar frio logo, como que o jantar vai ficar mesmo frio logo. Pedro pode inferir (62 d) a partir de (62 c):

(62) (d) O jantar vai ficar frio logo.

A partir de (62 d), infere-se que (62e):

(62) (e) Maria quer que Pedro venha jantar agora mesmo.

É mutuamente manifesto que é a implicação contextual (62 e) que torna o enunciado suficientemente relevante para que Pedro o processe. Assim, (62 e) é membro de {I} e (62 e) é comunicado pelo enunciado de Maria.

Note-se, contudo, a grande diferença entre a maneira pela qual foram identificados (62 b-d) por um lado, e (62 e), pelo outro. As suposições (62 b-d) incluem como subpartes uma das formas lógicas do enunciado. São construídas inferencialmente pelo uso de informação contextual para completar e enriquecer a forma lógica em forma proposicional. Desenvolvem a forma lógica. Por sua vez, (62 e) não é o desenvolvimento de uma forma lógica de um enunciado: constrói-se com base na informação contextual e ao desenvolver esquemas de suposições presentes na memória enciclopédica.

Além disso, a decisão do falante em ser mais ou menos explícito depende de seu acesso às fontes contextuais do ouvinte.

A memória enciclopédica de Pedro pode conter um esquema de “jantar em casa” que inclua o esquema de suposições (63):

(63) Maria quer que Pedro venha jantar na hora *t*. (*t* = hora em que o jantar ainda está quente).

Assim, a diferença entre (62 b-d) e (62 e) centraliza-se na diferença entre comunicação explícita e implícita. Define-se, desse modo, a explicitude.

(64) Explicitude

Uma suposição comunicada por um enunciado *U* é *explícita* se, e somente se, for um desenvolvimento de uma forma lógica codificada pelo enunciado *U*.

Toda suposição comunicada de forma não-explícita, o é implicitamente e se trata de uma *implicatura*. Estímulos ostensivos que não codifiquem formas lógicas apenas terão implicaturas. Uma *explicatura* é a combinação de traços codificados lingüisticamente e de traços conceituais inferidos contextualmente. A forma lógica é a base para a construção da representação proposicional completa, que é alcançada por meio de um processo dedutivo, envolvendo informação contextual.

Quanto menor for a contribuição dos traços contextuais, maior será a explicitude da explicatura e vice-versa. A explicitude é, ao mesmo tempo, classificatória e comparativa: uma suposição comunicada ou será uma implicatura ou será uma explicatura, sendo que a explicatura pode ser mais ou menos explícita.

Tradicionalmente, o conteúdo explícito de um enunciado é um conjunto de suposições decodificadas, ao passo que o conteúdo implícito é um conjunto de suposições inferidas. Para Sperber & Wilson, tal definição não pode ser assim exposta, já que afirmam

que nenhuma suposição é decodificada simplesmente e que a identificação do significado de qualquer suposição requer um elemento inferencial.

Segundo tais autores, a distinção feita por Grice entre o dito (explícito) e a implicatura é problemática, já que não considera o enriquecimento da forma lógica, o que apresenta-se como necessário para interpretar enunciados. Tampouco se dedica às atitudes proposicionais nem aos graus de explicitude.

Sperber & Wilson consideram, portanto, que a combinação de características conceituais contextualmente inferidas e lingüisticamente decodificadas constitui a explicatura do enunciado, que pode ser inferida do contexto, da forma proposicional do enunciado e da atitude proposicional expressa pelo falante.

1.5 - Uma dimensão descritiva e interpretativa do uso da linguagem

Identificar estímulos ostensivos envolve examinar sua forma lógica e conjuntos estruturados de conceitos. Como foi visto, os conceitos dão acesso a entradas enciclopédicas, e a forma lógica pode ser usada como esquema de suposições. Dado o princípio da relevância, e a suposição de que do ponto de vista do esforço, o estímulo é o melhor que o falante poderia ter escolhido, o ouvinte de um ato de comunicação é autorizado a assumir que, para recuperar a interpretação desejada, deverá empregar o esquema de suposições sugerido pela forma lógica e pelas entradas enciclopédicas tornadas acessíveis por seus conceitos constituintes.

Qualquer representação reconhecível pode ser empregada para chamar a atenção da audiência para conceitos e esquemas de suposições que não sejam instanciados no ambiente perceptível imediatamente. Em condições apropriadas, qualquer fenômeno natural ou artificial pode ser empregado como representação de outro fenômeno ao qual se assemelhe em alguns aspectos.

Enunciados podem ser usados como representações de outra forma: não em virtude de imitarem fenômenos como o gesto de dirigir para mostrar que se quer partir, mas em virtude de terem uma forma proposicional parecida a algo no mundo real.

Wilson & Sperber (1998) afirmam que o papel da semelhança na comunicação é raramente levado em consideração. No entanto, a interpretação de qualquer enunciado, sem exceção, explora uma relação de semelhança: semelhança entre o enunciado e um pensamento. Assim, todo enunciado é usado para representar um pensamento do falante.

Observe-se o seguinte diálogo em que Pedro perdeu a carteira na França e Maria procura por ela:

(65)

Pedro: Que língua usaste para falar com o porteiro?

Maria: **Bonjour, comment allez-vous, bien, merci, et vous?**

Maria comunica que falou francês, não através da afirmação mas pela imitação do fato que quer tornar manifesto. O enunciado é produzido porque se parece ao fenômeno de alguém falando francês com o porteiro, embora a forma proposicional não descreva o fenômeno. Trata-se de um caso de verdadeira comunicação lingüística.

Observe-se agora o diálogo (66):

(66)

Pedro: E o que foi que ele disse?

Maria: **Je l'ai cherché partout!**

De novo ela não comunica a forma proposicional do enunciado, usa este enunciado porque é uma citação direta, que tem uma estrutura lingüística que inclui a estrutura semântica. Quando a citação é usada para deixar manifesta a estrutura semântica passa a pertencer ao domínio da própria comunicação verbal.

Citações diretas são os exemplos mais óbvios de enunciados usados para representar não o que eles descrevem mas aquilo com o qual se parecem.

Considere-se uma outra versão do diálogo de Pedro e Maria:

(67)

Pedro: E o que foi que ele disse?

Maria: Eu a procurei por toda parte.

O enunciado de Maria é uma tradução do enunciado do porteiro, novamente representa aquilo com o que se parece: parece-se ao enunciado do porteiro por ter a mesma estrutura semântica.

Observe-se agora:

(68)

Pedro: E o que foi que ele disse?

Maria: Que procurou a carteira por toda parte. Mas não acredito nele.

A primeira parte do enunciado é uma representação daquele do porteiro mas sem ser uma citação direta nem uma tradução. Os enunciados têm diferentes estruturas semânticas: o porteiro usou a primeira pessoa para referir-se a ele mesmo e um pronome de terceira pessoa para referir-se à carteira de Pedro. O que ambos têm em comum é a forma proposicional.

Suponha-se agora que, em vez da simples frase “Je l’ai cherché partout!”, o porteiro tenha falado longamente sem, contudo, ter pronunciado nenhuma frase similar:

(69)

Pedro: E o que foi que ele disse?

Maria: Que procurou a carteira por toda parte.

Mais uma vez, o enunciado de Maria representa aquilo com que se parece: a fala do porteiro. Não somente as estruturas linguísticas são diferentes, mas as estruturas semânticas e as formas proposicionais diferem. Contudo, se o resumo de Maria for fiel, as formas proposicionais, ainda que diferentes, devem ser parecidas: devem compartilhar algumas

propriedades lógicas e ter, por exemplo, implicações contextuais idênticas em alguns contextos.

Qualquer representação com uma forma proposicional, qualquer enunciado, pode ser usado para representar coisas de duas formas. Se representar algum estado de coisas em virtude de sua forma proposicional ser condizente com esse estado de coisas, trata-se de uma representação descritiva. Por outra parte, se representar outra representação também com uma forma proposicional, um pensamento por exemplo, em virtude da semelhança entre duas formas proposicionais, trata-se de uma representação interpretativa.

Até que ponto devem ser parecidas duas formas proposicionais se uma é a representação da outra? Variará conforme o caso mas sempre de acordo com o princípio da relevância. Deve haver um nível mínimo de semelhança abaixo do qual não há interpretação possível, mas não há um ponto máximo de semelhança acima do qual a semelhança é substituída pela identidade e a interpretação, pela reprodução. Quando uma representação é usada para representar outra que tem a mesma forma proposicional, como em (68), trata-se apenas de um caso limitado de interpretação.

O único uso interpretativo de enunciados geralmente reconhecido é o que reporta a fala ou o pensamento: quando um enunciado é utilizado para reportar outro enunciado, como nos diálogos acima, ou um pensamento, como em (70):

(70) Não nos daremos ao trabalho de procurar a polícia, ele acha, então poderá ficar com a carteira.

O enunciado de Maria, com a exceção do parêntese “ele acha”, serve para reportar um pensamento que ela atribui ao porteiro.

Reportar a fala ou o pensamento não são os únicos usos interpretativos da linguagem. Enunciados podem ser usados interpretativamente para representar tipos de enunciados ou de pensamentos que devem ser considerados por suas propriedades intrínsecas e não por poderem ser atribuídos a Pedro, a Maria, ao porteiro, à opinião pública.

Sperber & Wilson vêem a comunicação verbal como algo que envolve o falante que produz o enunciado como uma interpretação pública de um de seus pensamentos e o ouvinte que constrói uma interpretação mental desse enunciado e, portanto, do pensamento original.

Um enunciado é uma expressão interpretativa de um pensamento do falante a partir do qual o ouvinte faz uma suposição interpretativa a respeito da intenção informativa do falante. A proximidade da interpretação em relação ao pensamento do falante será determinada de acordo com o princípio da relevância.

O princípio da relevância permite derivar inferências não-demonstrativas ricas e precisas sobre a intenção comunicativa do comunicador. Com tal princípio, apenas é necessário que o estímulo ostensivo inicie o processo inferencial.

Qualquer representação mental, assim como as representações de formas proposicionais, pode ser usada descritiva ou interpretativamente.

Quando usada descritivamente, pode ser a descrição de um estado de coisas no mundo real ou de um estado de coisas desejável. Quando usada interpretativamente, por sua vez, pode ser uma interpretação de algum pensamento ou enunciado atribuído a alguém ou pode ser a interpretação de algum pensamento que seja ou fosse desejável de alguma forma.

Assim, qualquer enunciado envolve pelo menos duas relações: primeira, entre a forma proposicional e o pensamento do falante e, segunda, uma das quatro relações possíveis entre o pensamento e o que ele representa. Daí a existência de metáforas, ironias, frases interrogativas, exclamativas, etc.

Os ouvintes abordam geralmente os enunciados sem idéias pré-concebidas quanto ao seu caráter literal, aproximativo ou metafórico. Apenas antecipam uma semelhança de conteúdo entre o que é expresso pelo enunciado e o pensamento que o falante quer transmitir. Tal antecipação deriva de uma antecipação mais fundamental: a antecipação de relevância.

O princípio da relevância basta para explicar como a informação contextual pode interagir com um enunciado lingüisticamente subdeterminado quanto ao seu grau de

literalidade, de aproximação ou de metaforicidade e, ainda assim, determinar uma interpretação completa.

Selecionamos, dentre as propriedades de representação aquelas que são suscetíveis de serem também propriedades do objeto representado: ao receber uma fotografia de um jardim, ninguém comete o erro de crer que a superfície é brilhante e ocupa um decímetro quadrado.

Assim, a partilha de certas propriedades salientes basta para que exista alguma semelhança entre a representação e o objeto representado, o que significa que a literalidade é somente um caso limite de semelhança máxima.

Wilson & Sperber (1998) asseguram que o princípio da relevância não concede nenhum privilégio à expressão literal e não implica que uma semelhança fraca entre o pensamento e a expressão seja menos aceitável do que uma semelhança forte. Quando uma semelhança, não sendo evidente, é reconhecida graças ao contexto particular onde é evocada, obtém-se um efeito e um prazer particulares. O esforço suplementar de descoberta e construção conduz a um efeito de outra ordem: comunica algo sobre a própria comunicação. Assim, uma metáfora criativa e bem-sucedida revela e comunica uma certa comunhão de pensamento entre os interlocutores.

Os autores consideram que a interpretação de qualquer enunciado, sem exceção, explora uma relação de semelhança entre o enunciado e um pensamento. As metáforas só exploram de maneira particularmente criativa esta relação de semelhança presente na interpretação de todo enunciado.

1. 6 – A revisão no posfácio da segunda edição de *Relevance* (Sperber & Wilson, 1995)

No posfácio da segunda edição de *Relevance*, publicada em 1995, Sperber & Wilson revisam alguns aspectos da teoria e apresentam um segundo princípio da relevância.

O primeiro princípio da relevância é de tipo cognitivo e corresponde ao que segue:

(71) A cognição humana tende a orientar-se para a maximização da relevância.

O segundo princípio da relevância é de tipo comunicativo e define-se a seguir:

(72) Todo ato de comunicação ostensiva comunica a presunção de sua própria relevância ótima.

1.6.1– O primeiro princípio da relevância

A relevância é uma propriedade dos *inputs* do processo cognitivo. Pode ser a propriedade de estímulos, que são *inputs* dos processos perceptuais ou a propriedade de suposições, que são *inputs* dos processos inferenciais. Os estímulos encontram-se no ambiente externo ao organismo; as suposições, que são o *output* dos processos cognitivos da percepção, da lembrança, da imaginação e da inferência, são internas ao organismo. Os recursos cognitivos tendem a auxiliar no processamento dos *inputs* mais relevantes oriundos tanto de fontes externas quanto de fontes internas.

Sperber & Wilson afirmam que a cognição é uma função biológica, sendo que os mecanismos cognitivos são adaptações resultantes do processo de seleção natural. Assim, a cognição humana tende a orientar-se para a maximização cumulativa dos *inputs* que processa.

Do mesmo modo como os mecanismos biológicos com função estável evoluíram paulatinamente em direção a um equilíbrio entre o custo e o benefício, os mecanismos cognitivos orientaram-se em direção a uma maior eficiência.

Os autores assumem o fato de que a tendência à maximização da relevância deve ser suficientemente forte como para guiar as interações entre os homens. O segundo princípio da relevância, de caráter comunicativo, apóia-se, portanto, no primeiro pela suposição de que o comportamento cognitivo da outra pessoa é suficientemente previsível para possibilitar a comunicação.

Embora a função de um sistema cognitivo seja provocar conhecimento e não crenças falsas, um sistema reflexivo deve levar em conta o fato de que algumas crenças

provavelmente sejam falsas mesmo que não perceba quais. Deve considerar, portanto, que a informação que conduz a falsas crenças é totalmente irrelevante. Nesse sentido, um sistema cognitivo reflexivo que se comunica com outros deve considerar apenas a informação verdadeira como sendo relevante.

Observe-se (73):

(73) Sou casada.

A falante, que não é casada na realidade, mente porque deseja que a audiência pense que não é solteira. De fato, ela não acredita que sua informação seja relevante para o ouvinte; acredita que possa *parecer-lhe* relevante, já que teria tido relevância se tivesse sido verdade.

Conseqüentemente, a informação relevante é a informação que vale a pena obter. Informações falsas não valem o esforço porque se distanciam da eficiência cognitiva.

Os efeitos contextuais para um indivíduo que se comunica são efeitos cognitivos provocados por mudanças em suas crenças pessoais. Se a pessoa puder optar, não estará interessada em efeitos contextuais em si mesmos, preferirá aqueles que contribuam com seus objetivos cognitivos.

Define-se um efeito cognitivo como um efeito contextual que ocorre dentro de um sistema cognitivo como um indivíduo, por exemplo. Por sua vez, um efeito cognitivo positivo é um efeito cognitivo que contribui positivamente para a excelência das funções cognitivas.

A partir do exposto acima, substitui-se a definição de Relevância para um indivíduo, apresentada em (46) por outra, exposta em (74).

(46) Relevância para um indivíduo (classificatória)

Uma suposição é relevante para um indivíduo em um determinado tempo se, e somente se, for relevante em um ou mais contextos acessíveis para ele naquele momento.

(74) Relevância para um indivíduo (classificatória)

Uma suposição é relevante para um indivíduo em um determinado tempo se, e somente se, provocar algum efeito cognitivo positivo em um ou mais dos contextos acessíveis nesse momento.

Nos mesmos moldes, substitui-se (47) por (75):

(47) Relevância para um indivíduo (comparativa)

- (i) Uma suposição é relevante para um indivíduo na medida em que os efeitos contextuais produzidos ao ser otimamente processada são amplos.
- (ii) Uma suposição é relevante para um indivíduo na medida em que o esforço requerido para processá-la otimamente é pequeno.

(75) Relevância para um indivíduo (comparativa)

- (i) Uma suposição é relevante para um indivíduo na medida em que os efeitos cognitivos positivos produzidos ao ser otimamente processada são amplos.
- (ii) Uma suposição é relevante para um indivíduo na medida em que o esforço requerido para alcançar otimamente tais efeitos cognitivos positivos é pequeno.

As definições (51) e (52) de relevância de um fenômeno para um indivíduo devem ser, por conseguinte, modificadas no mesmo sentido.

Sperber & Wilson (1995) caracterizam a noção de efeito cognitivo como sendo um progresso no conhecimento em sentido bastante geral. A cognição humana, sistema evoluído e adaptado, exibe a competência de seu design essencialmente através da tendência a direcionar seus recursos no processamento dos inputs disponíveis para a maximização dos efeitos cognitivos esperados. Assim, o segundo princípio da relevância mostrará ser uma consequência valiosa do primeiro.

1.6.2 - O segundo princípio da relevância

Conforme foi exposto acima, o segundo princípio da relevância, de tipo comunicativo, postula que todo ato de comunicação ostensiva comunica a presunção de sua própria relevância ótima.

Em princípio, qualquer estímulo de um conjunto de estímulos pode comunicar o que o falante pretende. Ele poderá produzir qualquer um, não terá preferências por nenhum, exceto no referente àquele que será mais efetivo para alcançar seu objetivo comunicativo. Tais estímulos poderão diferir em termos do esforço exigido ao ouvinte, dos efeitos alcançados ou tanto do esforço como do efeito. Dessa forma, o falante deverá escolher o estímulo que pareça ser o mais relevante para o ouvinte para que sua comunicação seja bem-sucedida. Parecerá, então, estar optando pelo mais relevante, o que em condições reais tende a ocorrer.

Observe-se o caso de um falante que tem à disposição a capacidade de produzir qualquer informação em (76 a-c). Seria razoável que escolhesse aquela que fosse mais relevante para o ouvinte; a que tornasse, apesar do esforço, mais manifesta sua intenção comunicativa. Suponhamos que Maria queira comunicar ao marido, Pedro, com quem se comunica em duas línguas, que estará fora de casa até as 23 horas. Pode informá-lo de sua ausência usando qualquer das frases seguintes:

(76) (a) Volto às 23 horas.

(b) Volto às 23 horas, vou à faculdade.

(c) Volto às 23 horas, vou à faculdade, **voy a hablar con mi profesor.**

Certamente, processar (76 c) exigirá de Pedro mais esforço do que (76 b) ou (76 a). Contudo, Maria poderá optar por dar-lhe a informação mais longa e complexa, inclusive alternando de idioma, se considerar que a informação extra produzirá algum efeito cognitivo em Pedro. Se Pedro não estiver interessado no local aonde Maria irá, ela poderá escolher (76 a); se Pedro tiver interesse no local onde Maria estará até tarde, ela optará por

(76 b), enquanto que, se ele der importância ao local e à razão da ausência da esposa até tão tarde, ela deverá escolher (76 c). Note-se que, além de dar as três informações que ele considera relevantes, o *code-switching* intra-sentencial oferece a possibilidade de que ele infira que o professor com quem ela falará é o de espanhol.

As opções que Maria tem a seu alcance são maneiras racionais de maximizar as chances de ter sucesso naquilo que realmente lhe interessa manifestar: o fato de que voltará para casa às 23 horas.

Por outro lado, a escolha do estímulo ostensivo por parte do falante está limitada por suas preferências e por suas habilidades. Assim, do ponto de vista do esforço, um estímulo que demandaria pouco esforço do ouvinte pode não ser imaginado pelo falante em dado momento. Do ponto de vista do efeito, as limitações das capacidades do falante podem ser significativas: o ouvinte poderia achar alguma informação mais relevante do que a que o falante está oferecendo.

Sperber & Wilson (1995) substituem, portanto, a definição (53) pela (77).

(53) Presunção de Relevância Ótima

- (i) Um fenômeno é relevante para um indivíduo na medida em que os efeitos contextuais alcançados ao ser otimamente processado são amplos.
- (ii) Um fenômeno é relevante para um indivíduo na medida em que o esforço requerido para processá-lo otimamente é pequeno.

(77) Presunção de Relevância Ótima (Revisada)

- (i) O estímulo ostensivo é suficientemente relevante quando vale o esforço de processamento por parte do ouvinte.
- (ii) O estímulo ostensivo é o mais relevante em conformidade com as habilidades e preferências do falante.

Tal substituição significa que o ouvinte pode pretender que o grau de relevância seja suficientemente alto para ter a garantia de que obterá aquilo que espera do estímulo. Por sua

vez, o grau de relevância deve ser o mais alto que o falante for capaz de alcançar através de seus meios e de acordo com seus objetivos.

O princípio e a presunção da relevância ótima não são objetivos a serem perseguidos nem regras que o comunicador deva seguir. O segundo princípio da relevância tem o caráter descritivo a respeito do conteúdo de determinado ato de comunicação ostensiva. Ele pretende que parte de tal conteúdo seja uma presunção de que o ato comunicativo é relevante para a audiência.

Um comunicador racional deve desejar que ambas as cláusulas da presunção de relevância se manifestem. Quando o comunicador torna mutuamente manifesto para si e para a audiência o fato de que está tentando comunicar um estímulo, torna também mutuamente manifesto que pretende tornar manifesta, por sua vez, a presunção de relevância.

Mostrei até aqui que Sperber & Wilson consideram inadequado o modelo de comunicação verbal em que as línguas naturais são tratadas como códigos. Tampouco concebem o processo de comunicação oral como sendo aquele em que os falantes codificam pensamentos em linguagem, articulando-os, produzindo sons e ondas que são detectadas pelo aparelho auditivo dos ouvintes. Estes, por sua vez, decodificam os sons segundo seu sistema lingüístico, colocando-os ao lado de significados, o que faz resultar a recuperação do pensamento dos falantes.

A comunicação verbal não é uma questão de simples decodificação, envolve o componente inferencial, que é necessário porque o significado conferido pelo falante ultrapassa o meramente dito. A intenção do falante em relação ao ouvinte deverá ser inferida, já que não existe correspondência perfeita entre o que se ouve e o que se quis comunicar.

Os autores apontam a necessidade de uma teoria da comunicação mais ampla do que uma teoria apenas lingüística. Como alternativa, eles propõem a Teoria da Relevância, um modelo inferencial que tem como condição básica o princípio da relevância e cujo objeto é a comunicação humana, que é uma troca de coisas vagas, de dúvidas.

Descrevi também os elementos principais que constituem a Teoria da Relevância e seus desdobramentos dentro de uma Pragmática Cognitiva que considera que cada enunciado do falante cria uma expectativa de relevância e será efetivamente relevante se produzir efeitos contextuais no ambiente cognitivo do ouvinte.

A relevância dependerá, não apenas desses efeitos, como também do esforço de processamento empregado para atingi-los. É nesse jogo de equilíbrio entre esforço e efeito que acontece a comunicação humana, a qual se orienta irreversivelmente pelo princípio da relevância.

Tendo resenhado a obra *Relevance* de Sperber & Wilson de maneira abreviada neste capítulo, farei, no próximo, um contraste à teoria, verificando algumas de suas críticas e analisando alguns aspectos que atinjam pontos destacados até o momento neste trabalho.

CAPÍTULO 2 – A Teoria da Relevância e seus críticos

A Teoria da Relevância, modelada há quinze anos, em 1986, vem, desde então, recebendo muitos comentários. Isso significa que possui alto potencial para gerar reações positivas e negativas a vários dos fenômenos de que trata. Tal atributo é animador para qualquer construto teórico que se pretenda capaz de proporcionar uma melhor compreensão da comunicação humana.

Se no capítulo anterior resenhei brevemente a Teoria da Relevância, neste segundo capítulo farei um levantamento de algumas críticas feitas a tal modelo. Verificarei alguns contrastes e analisarei aspectos que atinjam pontos ressaltados no capítulo I, o que poderá constituir uma contribuição direta à discussão teórica.

Tomando por base o número especial da revista *Behavioral and Brain Sciences* editado em 1987 e dedicado à Teoria da Relevância, examinarei diversos autores que dialogam com Sperber & Wilson mostrando-lhes limitações e sugerindo mudanças no seu modelo.

É interessante salientar que a edição desse periódico científico, a de número 10, contém um *précis* da obra *Relevance*, escrito pelos próprios autores, além das respostas que são dadas a cada um dos comentários feitos.

Para fins deste trabalho, analisarei alguns pontos destacados por Millikan, Pettit, Gibbs, Davies, Bach & Harnish, Macnamara, McCawley, Russell, Wilks, Morgan & Green e Levinson.

2.1 - A comunicação sob análise

Sperber & Wilson argumentam em *Relevance* que o tradicional modelo de código da comunicação, segundo o qual as mensagens são simplesmente produzidas, recebidas e decodificadas, deve ser substituído pelo modelo inferencial, através do qual considera-se a apreciação inferencial do ouvinte a partir da intenção comunicativa do falante.

Ambos os modelos de comunicação não são incompatíveis uma vez que, embora independentes, modelos de código e modelos inferenciais combinam-se para estudar a linguagem. O processo de comunicação codificado serve como fonte de hipóteses e evidências para o segundo processo comunicativo, o inferencial. Como a compreensão define-se como um processo de identificação da intenção informativa do falante, a decodificação lingüística não pertence propriamente à compreensão, mas fornece o principal *input* para o processo comunicativo.

Na opinião de Millikan (1987), os autores de *Relevance* exageram no valor dado à inferência no relativo às intenções do falante. Ela considera que a comunicação exitosa é produto de uma transferência direta de crenças.

Sperber & Wilson (1987) explicam que há transferência direta de crenças no caso de pessoas agindo em pânico no meio de uma multidão, por exemplo, mas que não é isso o que ocorre durante a comunicação verbal. Esta acontece mediante estímulos ostensivos, mediante enunciados que requerem atenção para serem compreendidos e que exigem algo além da decodificação pura. Evidentemente, a compreensão acontece através da inferência.

Pettit (1987) também acusa Sperber & Wilson de enfatizarem demasiadamente o papel da inferência no processo e na interpretação de enunciados. Segundo tal autor, eles exageram na demarcação entre a interpretação de primeiro nível e as interpretações nos outros dois níveis, subestimando, ao mesmo tempo, a distinção entre as interpretações entre o segundo e o terceiro nível, que são, assim, praticamente desconsideradas.

No primeiro caso, a distinção confunde-se com a diferenciação entre os processos de decodificação e inferência, o que não é satisfatório, já que o processo decodificador é também inferencial. Começa a partir de premissas ou sinais sonoros emitidos e chega à conclusão de que determinada mensagem foi pretendida.

Os autores de *Relevance* contrariam tais afirmações argumentando que os processos de decodificação lingüística que se encontram presentes no processo inferencial mais amplo não são inferenciais porque não constituem operações de preservação da verdade, enquanto que as operações levadas a cabo pelo dispositivo dedutivo são propriamente inferenciais.

Contrariamente ao que postula o modelo de código, Sperber & Wilson afirmam que não há certeza absoluta de que a interpretação pretendida será captada pelo ouvinte, o que implica a existência de riscos na compreensão.

A interpretação de enunciados, segundo Wilson (1994), não é apenas uma questão de decodificação mas sim um processo falível de formação e da avaliação de hipóteses. Não há, portanto, nenhuma garantia de que a interpretação que satisfaz a expectativa de relevância do ouvinte seja aquela pretendida pelo falante. Por causa de erros na memória e nos sistemas perceptuais, o ouvinte pode não cogitar uma hipótese que o falante tenha acreditado que seria altamente saliente ou, por outro lado, notar alguma hipótese que o falante não tenha cogitado. Erros na compreensão podem ocorrer. O objetivo de uma teoria da comunicação é identificar os princípios subjacentes às escolhas (falíveis) do ouvinte.

2.1.1 – Críticas à manifestabilidade mútua

Na opinião de Gibbs (1987), a afirmação de Sperber & Wilson no sentido de que o conhecimento mútuo entre falante e ouvinte gera problemas insolúveis não leva em conta que a abordagem da manifestabilidade mútua sofre do mesmo tipo de problemas.

A noção introduzida por Sperber & Wilson acaba produzindo o mesmo grau de recursividade que a tradicional idéia do conhecimento mútuo.

Sendo difícil estabelecer algum conhecimento ou crença como mutuamente conhecidos, é certo que também será difícil reconhecer que alguns ambientes cognitivos são mutuamente manifestos. Além disso, Sperber & Wilson reconhecem que a noção de que algo está manifesto é mais fraca do que a idéia de que algo é realmente sabido ou assumido anteriormente, o que implica que algo pode ser manifesto sem, contudo, ser sabido. Desse modo, a distinção entre conhecimento e manifestabilidade é uma mera distinção entre conhecimento consciente e tácito.

Gibbs apresenta, então, um exemplo segundo o qual o conhecimento mútuo é imprescindível para que o sarcasmo do falante seja entendido pelos ouvintes. Em uma reunião social o falante cumprimenta uma senhora dizendo “Seu vestido é perfeito”,

entretanto, pretende que os demais ouvintes percebam que se trata de sarcasmo. Para que eles entendam o comentário sarcástico, é preciso que compartilhem uma crença em particular: a de que a senhora está vestida inadequadamente para a ocasião. Assim, o sarcasmo só é possível se falantes e ouvintes compartilharem pressuposições sobre seus conhecimentos e sobre suas crenças.

Sperber & Wilson (1987) respondem a Gibbs afirmando que é impossível que as pessoas detenham uma infinidade de crenças explicitamente representadas na mente. Além disso, as infinitas crenças que formariam o conhecimento mútuo não são inferíveis de forma demonstrativa a partir de um conjunto finito de premissas, o que significa que não podem ser consideradas como crenças tácitas ou virtuais.

O que as pessoas são capazes de inferir de maneira não-demonstrativa a partir de suas crenças representadas explicitamente não é um conjunto de crenças tácitas mas sim um conjunto de suposições manifestas para elas. Assim, “manifesto” não equivale a “acreditado” nem a “sabido”.

Por outro lado, o que Gibbs apresenta como exemplo de conhecimento mútuo, nada mais é do que manifestabilidade mútua. A objeção de Sperber & Wilson a análises que pressupõem o conhecimento mútuo não afirma que elas não funcionem mas sim afirma que tal pressuposição é falsa. A manifestabilidade mútua é o que permite uma coordenação suficiente para que a boa comunicação ocorra.

Ao questionamento de como o falante antecipa, sem o conhecimento mútuo, os processos de pensamento dos ouvintes, Sperber & Wilson respondem que não apenas durante a comunicação as pessoas precisam antecipar os pensamentos umas das outras; fazem-no durante qualquer forma de interação.

A acessibilidade afeta a relevância, cuja busca e maximização são objetivos do pensamento, e é também afetada pelos pensamentos imediatamente anteriores, o que faz com que as predições sejam mais fáceis de alcançar durante uma comunicação em que o comunicador saiba o que a audiência está esperando dele.

A antecipação por parte do comunicador sobre os processos de pensamento da audiência não precisa ser perfeita: a comunicação ainda será bem-sucedida se a audiência for capaz de reconhecer as antecipações erradas do comunicador.

Davies (1987) sugere que a noção de conhecimento mútuo seja substituída pela idéia de “mútua ausência de dúvida”. Dessa forma, os sujeitos que se comunicam não precisam de razões para acreditar na existência de um código comum e do conhecimento mútuo, o que é considerado garantido na ausência de razões para duvidar disso.

Sperber & Wilson (1987) contestam o anterior perguntando o seguinte: se as pessoas não conseguem concordar nem mesmo sobre a hipótese do conhecimento mútuo, como fariam para compartilhar sua ausência de dúvidas?

2.1.2 – Questionamentos à comunicação ostensiva

Bach & Harnish (1987) perguntam-se se Sperber & Wilson acreditam que seja necessária a compreensão por parte do ouvinte durante a comunicação ostensiva, afirmando que estes nada mencionam sobre o fato. Em *Relevance* apenas existem referências à intenção informativa mutuamente manifesta mas não ao reconhecimento do falante dessa intenção.

Criticam Sperber & Wilson porque estes consideram que uma suposição é manifesta para alguém meramente porque ele será capaz de representá-la e de aceitar tal representação como verdadeira, o que significa que é possível que esse pensamento nunca ocorra e nunca desempenhe nenhum papel em seu pensamento.

Sperber & Wilson contrapõem-se às críticas acima afirmando que, justamente, a definição de comunicação ostensiva é superior a todas as outras e justificam-no através de dois exemplos.

O primeiro exemplo ilustra a noção de que a associação entre compreensão e sucesso na comunicação não é evidente e o segundo demonstra que existe um ganho positivo na dissociação das duas idéias.

Considere-se um jardim botânico onde cada planta possui uma placa indicando seu nome. Cada placa é um estímulo ostensivo que propicia um ato de comunicação. Se a comunicação supõe a compreensão, cada placa que não for lida pelos visitantes implicará falha na comunicação. Se a manifestabilidade, em vez da compreensão, for a condição para o sucesso comunicativo, apenas as placas ilegíveis ou escondidas serão consideradas falhas na comunicação. Todas as placas que modifiquem o ambiente cognitivo dos visitantes fazendo-os capazes de reconhecer que alguém tentou informar o nome de cada planta constituem casos de sucesso na comunicação. Assim, não é óbvio do ponto de vista intuitivo que em todos os casos a comunicação bem-sucedida tenha implicado compreensão.

Observe-se, por outro lado, um exemplo comum de comunicação verbal:

(78) (a) Pedro: Tu dirigirias um Mercedes?

(b) Maria: Não dirigiria NENHUM carro caro.

Sperber & Wilson argumentam que (78 b) não apenas implica fortemente (79) mas também implica fracamente (80).

(79) Maria não dirigiria um Mercedes.

(80) Maria não dirigiria um Jaguar.

Implicaturas mais fracas como (80) não precisam ser compreendidas para que haja comunicação: ao ouvir a resposta de Maria, Pedro pode não pensar em (80). Mesmo assim, pode se perguntar mais adiante se Maria dirigiria um Jaguar e perceber que ela já lhe comunicou que não o faria.

Uma definição de comunicação segundo a qual o ouvinte deva mentalmente representar toda suposição comunicada a ele é incompatível com a noção de implicatura fraca ilustrada em (80). Conseqüentemente, Sperber & Wilson consideram que esta é uma razão forte para que a compreensão não seja condição necessária para a comunicação bem-

sucedida. Não negam que a compreensão desempenhe um papel essencial na comunicação comum mas acreditam que nem toda suposição comunicada em um ato comunicativo precise atingir a compreensão do ouvinte.

2.2 - A inferência examinada

Segundo Macnamara (1987), Sperber & Wilson comportam-se como se não tivessem nenhuma obrigação de considerar a existência da Lógica formal, como se imaginassem que a Lógica formal não mantém nenhuma relação íntima com a lógica do raciocínio cotidiano. Entretanto, o único acesso que um lógico formal possui para chegar às verdades lógicas acontece através desses processos mentais que guiam a intuição lógica. Os lógicos formais guiam-se por tais intuições, já que o raciocínio do dia-a-dia abarca tudo aquilo de que trata a Lógica e muito mais.

Os autores confirmam não terem realmente maiores compromissos com a Lógica formal pois ela não é seu tópico de estudo. Reafirmam, no entanto, a idéia de que a inferência espontânea desempenha importante papel na investigação de todas as formas de inferência. O dispositivo dedutivo, por monitorar contradições, e apesar de sua capacidade gerativa incompleta, produz intuições de validade ou invalidade lógica para inferências que não consegue realizar por si mesmo.

Macnamara (1987) ainda acusa Sperber & Wilson de comporem um dispositivo dedutivo particular no qual existem regras de eliminação mas não existem regras de introdução.

Exemplifica sua dúvida da seguinte forma:

Supondo-se *João é alto* e *Maria é baixa*, a regra da introdução do *e* permite a inferência de *João é alto e Maria é baixa*.

Supondo-se a última sentença, as regras de eliminação do *e* permitem a inferência *João é alto*.

Pergunta-se como é possível que as regras de eliminação funcionem sem a existência das de introdução. Indaga-se sobre o quê as regras de eliminação eliminam se

não há regras de introdução. Afirmam que não haveria sentenças com *e* se não houvesse algum tipo de regra de introdução do *e*.

Na sua opinião, parece que eles resolvem a questão a partir de uma regra sintática que diz que se *p* e *q* são sentenças bem formadas, infere-se *p e q*. Tal regra precisa ser acompanhada de uma regra semântica que especifique as condições sob as quais *p e q* é verdadeiro. Ainda assim, as regras sintáticas e semânticas precisam de uma regra de introdução do *e*.

O problema das deduções *ad infinitum* propiciadas pela dedução a partir de *p* de (*p&p*) e de (*p & (p&p)*) parece ter sido resolvido por Sperber & Wilson, que deixam de lado tudo o que se precise eliminar, o que é falho, já que apenas resolvem a questão à força enviando a perigosa capacidade gerativa para ser explicada pela sintaxe.

Os autores de *Relevance* respondem que as regras de eliminação funcionam em qualquer conjunto de suposições submetido ao dispositivo dedutivo. A dedução inconsciente não é a única fonte de suposições factuais: a percepção, a decodificação lingüística, as suposições e os esquemas de suposições armazenados na memória, além do raciocínio consciente, são fontes que não são afetadas pelo banimento das regras de introdução.

O dispositivo dedutivo opera nas representações conceituais em virtude de suas estruturas lógicas e dos conceitos contidos. O conceito é o endereço na memória que permite acessar três tipos de entradas: a lógica, a enciclopédica e a lexical.

Contrariamente aos semânticos que consideram que as propriedades semânticas da palavra estão especificadas na entrada lexical, eles as fornecem na entrada lógica presente no mesmo endereço; assim, o significado da palavra aparece através do conceito associado.

Sperber & Wilson interessam-se pela inferência não-demonstrativa, através da qual não se pretende demonstrar nada, já que a verdade das premissas apenas torna provável a verdade da conclusão. Os processos inferenciais estão baseados nas representações mentais prévias dos indivíduos e nas suas suposições factuais a respeito do mundo. Cada nova suposição inferida combina-se com outra pré-existente de forma a modificar e aprimorar a representação geral do mundo que todos temos.

Nem todas as suposições atingem o mesmo nível de importância para nós; muitas informações somente são processadas no primeiro nível, enquanto que outras atingem o segundo nível de processamento por serem mais capazes de atingirem a relevância.

A exatidão de nossa representação de mundo depende, não apenas das suposições em que acreditamos, mas também do grau de nossa confiança nelas. Existe uma grande ligação entre a força das suposições e a probabilidade de que se tornem verdadeiras.

Uma das fontes das suposições que guardamos na mente, o esquema de suposições, é particularmente importante para o processamento das informações e para a identificação de implicaturas, que são suposições contextuais e implicações que o ouvinte precisa recuperar para ter a certeza de que o falante observou o princípio da relevância.

A implicatura que o falante pretende comunicar é a que fornece o maior número de efeitos contextuais ou cognitivos em troca de esforço de processamento. Assim, a implicatura não se liga necessariamente ao significado lingüístico e pode ser mais ou menos forte conforme a previsibilidade dos efeitos contextuais. Observe-se o exemplo já mencionado em (78):

(78) (a) Pedro: Tu dirigirias um Mercedes?

(b) Maria: Não dirigiria NENHUM carro caro.

A explicatura em (78 b) não responde à pergunta de Pedro mas possibilita imediato acesso à informação enciclopédica a respeito de carros caros, o que faz surgir (81):

(81) O Mercedes é um carro caro.

Se (78 b) for produzida em um contexto que contenha a suposição (81), a implicação contextual (82) será produzida muito provavelmente:

(82) Maria não dirigiria um Mercedes.

Como se supõe que a resposta em (78 b) é intencional, conclui-se que (82) não é apenas uma implicatura de (78 b) mas “a” implicatura que Maria pretendeu comunicar.

A dedução é fundamental no modelo de Sperber & Wilson, os quais entendem o dispositivo cognitivo como uma operação de acréscimo de novas informações {P} a informações antigas {C}, em uma operação denominada “contextualização”. A formação espontânea e inconsciente de suposições através da dedução é a chave do processo da inferência não-demonstrativa. A habilidade de fazer deduções oferece à mente a capacidade de extrair mais informação de informações já conhecidas.

2.3 - A relevância sob avaliação

A noção de relevância recebeu várias críticas como a de McCawley (1987), que afirma não estar convencido nem de que se trate de um conceito unitário nem de que tal conceito corresponda à noção intuitiva de “relevância”. Em sua opinião a riqueza da inferência e a complexidade do processamento constituem dimensões independentes e Sperber & Wilson não conseguem demonstrar claramente como seria sua ligação.

Os autores de *Relevance* explicam que o conceito de relevância tem utilidade teórica e não impõe uma ligação arbitrária entre efeito e esforço. Argumentam nesse sentido através de dois exemplos: Pedro tem dois objetivos, bronzear-se e descansar. Poderia ficar em casa ou poderia tomar sol correndo na praia. Neste caso haveria pouca justificativa teórica para ligar ambos os objetivos sob o mesmo conceito. Por outra parte, Maria tem também dois objetivos: impressionar uma tia convidando-a a um bom restaurante e gastar o mínimo de dinheiro. Seus dois objetivos ligam-se e podem ser descritos como um só: obter o maior valor possível do dinheiro dentro de certas limitações.

Quando um custo é contraído para a obtenção de um benefício, ou um esforço para a obtenção de um efeito, não há nada de arbitrário em ligá-los sob um conceito unitário de eficiência, porque, evidentemente, a relevância é um tipo de eficiência.

McCawley (1987) também preferiria que a definição de relevância fosse relativa a propósitos, objetivos, questões, tópicos, interesses, o que o faz criticar a noção de relevância ligada ao contexto para um indivíduo.

Sperber & Wilson (1987) afirmam que, dada uma definição de relevância em um contexto e um método de construção de contexto, não há razões para que suposições a respeito dos objetivos e propósitos de um indivíduo ou de participantes de uma conversação, não formem parte do contexto e produzam efeitos contextuais da forma habitual. Tais suposições deverão ser particularmente ricas em efeitos contextuais, já que propósitos e objetivos implicam planos de ação. Não há incompatibilidade entre o trabalho desenvolvido em *Relevance* e a importância normalmente atribuída a propósitos e objetivos.

A ilustração do que afirmam é a seguinte: pessoas que lêem um texto que parece incoerente na primeira leitura, compreendem-no finalmente quando lhes é informado qual o assunto de que trata. Segundo a Teoria da Relevância, a simples menção do tópico favorece o acesso à parte da informação enciclopédica a respeito do mesmo, dentro de cujo contexto a passagem se torna relevante e, conseqüentemente, inteligível. Nesse sentido, é possível que existam textos que permaneçam incompreensíveis por falta de informação enciclopédica, ainda que o tópico tenha sido esclarecido.

É altamente provável, contudo, que a compreensão ocorra quando a informação enciclopédica é facilmente acessível ainda que não se mencione o tópico do texto. Assim, os tópicos são derivativos no sentido de que seu papel restringe-se a facilitar o acesso aos contextos, que desempenham o papel decisivo em todo ato de comunicação.

Russell (1987) faz quatro comentários críticos a respeito do papel do esforço de processamento dentro da Teoria da Relevância. Considera, em primeiro lugar, que a noção de esforço é definida de maneira flexível demais, o que a torna inadequada teoricamente para um sistema pragmático real. Em segundo lugar, afirma que os métodos propostos para acessar o esforço são introduzidos *ad hoc* para racionalizar a interpretação desejada. Em terceiro lugar, acredita que parece improvável que tão pouco esforço possa desempenhar papel importante, exceto em situações muito particulares. E, em último lugar, argumenta

que colocar toda a carga no princípio do esforço significa abrir mão da explicação de aspectos teóricos, passando a responsabilidade aos estudiosos da organização da memória.

Como resposta, Sperber & Wilson (1987) consideram tais comentários inconsistentes. Ironizam o fato de terem sido acusados de passar o trabalho à responsabilidade alheia e de, ao mesmo tempo, trabalharem mal. Quanto ao fato de que sua proposta sirva para racionalizar interpretações desejadas, argumentam que isso significa que ela é pertinente.

Além disso, reiteram que o princípio do esforço, que não se restringe à seleção de contextos, é consistente com todos os resultados experimentais que conhecem.

O falante que pretende obter ótima relevância deve tentar, por um lado, atingir efeitos contextuais adequados e, por outro lado, não impingir esforços injustificáveis ao ouvinte.

Alguns fatores acessíveis independentemente podem afetar a relevância de várias maneiras. A falta de efeitos contextuais acarreta a falta de relevância. Quanto mais fortes forem as suposições, maiores serão os efeitos contextuais. Quanto mais freqüente e/ou recente for o uso, menor será o esforço de processamento. Processar mais informação no mesmo contexto, ou a mesma informação em um contexto mais amplo ou menos acessível, envolve grande quantidade de esforço. Maiores efeitos, para o mesmo esforço ou para menos esforço, acarretam maior relevância; menos esforço, para o mesmo efeito ou para maiores efeitos, acarreta também maior relevância. Tais fatores atingem a organização do sistema cognitivo: afetam o indivíduo no momento de decidir como comandar seus recursos de processamento, o falante decide o que deve dizer e como deve dizê-lo, organizando a seleção de contextos e a focalização da atenção, assim como a organização da memória, por exemplo.

Bach & Harnish (1987) acreditam que Sperber & Wilson tratam a noção de esforço de processamento como sendo uma noção mensurável, embora não esclareçam suficientemente como isso acontece. Davies (1987) pergunta-se, inclusive, se o princípio da relevância pode ser explicado com base na suposição de que os seres humanos sejam processadores de informação naturalmente eficientes.

Charolles (apud Yus Ramos, 1998) apresenta três modos alternativos de mensurar tal esforço, a saber:

- (a) determinar o tempo gasto durante o processamento;
- (b) medir o número de passos inferenciais requeridos para acessar a implicação;
- (c) analisar as variações nos estados neuro-químicos da mente humana.

Os autores de *Relevance* argumentam que toda teoria psicológica envolve a noção de esforço em duas suposições:

1. performances mentais envolvem algum esforço de processamento;
2. quanto maior for o esforço requerido, menor a probabilidade de que sejam levadas a termo com sucesso.

Afirmam que, lamentavelmente, não existe uma forma de medição do esforço de processamento, embora formas comparativas sejam perfeitamente suficientes.

2.3.1 – O princípio da relevância em debate

Na opinião de Wilks (1987), Sperber & Wilson não explicam suficientemente a noção de crenças alheias e de suas conseqüências na comunicação, desconsiderando que a relevância deve estar referida sempre a alguém. O paradigma dentro do qual a Teoria da Relevância foi modelada não leva em consideração a quem pertencem as crenças daqueles que se comunicam.

A crítica de Wilks recupera um exemplo citado em *Relevance* e o define como sendo um exemplo vivido por um transeunte visivelmente insano.

O contexto do diálogo original é o seguinte:

Um voluntário de uma instituição de caridade pede uma contribuição aos transeuntes, os quais deverão dar dinheiro em troca de uma bandeirinha de papel com o símbolo da *Royal National Lifeboat Institution*.

(83)

Vendedor: Gostaria de comprar uma bandeirinha da *Royal National Lifeboat Institution*?

Transeunte: Não, obrigado. Costumo passar as férias com minha irmã em Birmingham.

Para detectar a relevância da resposta do transeunte, o vendedor deve ser capaz de formar as premissas em (84) e derivar a implicação contextual em (85):

(84)

- (a) Birmingham encontra-se no continente.
- (b) A *Royal National Lifeboat Institution* é uma instituição de caridade.
- (c) Comprar a bandeirinha significa contribuir para a caridade.
- (d) Alguém que passe as férias no continente não precisa dos serviços de uma instituição ligada ao mar.
- (e) Alguém que não precise dos serviços de uma instituição ligada ao mar não precisará contribuir com essa instituição de caridade.

(85) O transeunte não precisará contribuir com a *Royal National Lifeboat Institution*.

Para Sperber & Wilson é necessário que o vendedor tenha condições de recriar um contexto como em (84) para derivar a implicação contextual em (85) de modo a compreender a relevância da resposta em (83).

Wilks argumenta que nada precisa necessariamente acontecer do modo exato como Sperber & Wilson apresentam as inferências.

O ouvinte pode atribuir um conjunto de crenças radicalmente diferente daquele apresentado em (84), derivando, mesmo assim, (85) e conseguindo “ver a relevância” da observação do transeunte insano. A parte final do que foi afirmado no exemplo é,

conseqüentemente, falsa, já que outro exemplo como em (83') pode ser perfeitamente plausível:

(84')

- (a) *A Royal National Lifeboat Institution* é uma instituição de caridade que oferece férias baratas a pessoas pobres de terceira idade.
- (b) O transeunte tem a aparência de uma pessoa pobre e velha.
- (c) Alguém que já organizou suas férias não precisa de nenhuma instituição de caridade que as organize.
- (d) Alguém que não precisa de serviços de caridade não precisa contribuir com instituições de caridade.

Wilks argumenta que não interessa que a crença em (84'a) seja falsa, como a (84 e), já que atribuir crenças na comunicação não pode significar que atribuamos aos outros apenas as crenças que nós temos. Se assim fosse, a comunicação entraria rapidamente em colapso e não poderíamos nos comunicar com aqueles que tivessem crenças políticas ou lingüísticas opostas às nossas.

(84'b) possui uma qualidade especial: parece ser uma crença do ouvinte a respeito do falante e não o contrário. Essa proposição, então, poderia ser uma construção inferencial inapropriada do ouvinte, caso ele acreditasse que o falante não tivesse consciência de sua própria aparência.

Sperber & Wilson não parecem interessados em definir o “ambiente mental” no qual as inferências devem acontecer, o que, para Wilks, constitui um grave problema. Eles não consideram que as inferências serão feitas por alguém em particular, que poderá derivar coisas distintas daquilo que eles apresentam no exemplo acima. Optam por colocar um conjunto “objetivo” de premissas, as que eles consideram como sendo as corretas. Contudo, outras interpretações podem ser derivadas além das descritas em (84) e em (84'):

(84'')

- (a) Pessoas que passam as férias com parentes normalmente acabam por matá-los.
- (b) *A Royal National Lifeboat Institution* é uma instituição de caridade.
- (c) Pessoas que não contribuem para instituições de caridade também matam seus parentes.

A seqüência acima não só conduz à implicação contextual (85) mas também à (85'')

(85'') O transeunte provavelmente matará sua irmã, se já não o tiver feito.

Através do enunciado acima, Wilks pretende refutar a mais importante pretensão de Sperber & Wilson: a de que, em igualdade de condições, uma suposição que produza um maior número de efeitos contextuais (isto é, um maior número de conseqüências não-triviais) tem maior relevância. Se (84') é menos complexo e precisa de menos esforço processual do que (84), embora autorize a mesma conseqüência (85), a segunda parte da pretensão dos autores de *Relevance* está destruída.

Sperber & Wilson (1987) argumentam que o exemplo, tirado da vida real, do transeunte que não é insano embora seja frio, é deturpado por Wilks para ilustrar que relevância e efeitos contextuais estão ligados.

Apesar de bastante implausível, o exemplo poderia ser altamente relevante se fosse verídico. Através dele o autor pretende demonstrar que a interpretação mais relevante não é necessariamente a correta. Contudo, Sperber & Wilson não o negam, pelo contrário, o afirmam em *Relevance*, o que não invalida, evidentemente, a Teoria da Relevância.

Para eles, Wilks confunde-se ao atribuir-lhes a idéia de que o critério da máxima relevância advoga que a interpretação correta de um estímulo ostensivo é aquela mais relevante.

A idéia principal de *Relevance* é a de que os objetivos da cognição e da comunicação humanas estão ligados mas são distintos. O elo entre a cognição e a

comunicação é, justamente, a relevância. Os processos cognitivos dirigem-se à relevância máxima, enquanto que na comunicação ostensivo-inferencial a relevância objetivada não é a máxima mas a ótima.

O argumento é o seguinte: primeiramente, existe um princípio da relevância segundo o qual o estímulo ostensivo comunica a presunção de sua relevância ótima. Em segundo lugar, um estímulo ostensivo é otimamente relevante para um ouvinte se, e somente se, seus efeitos contextuais forem suficientes para valer o esforço de sua atenção e o fizerem processá-lo sem esforço demasiado. Em terceiro lugar, uma hipótese a respeito da intenção informativa do falante tem consistência com o princípio da relevância se, e somente se, ele puder esperar que tal estímulo seja otimamente relevante para o ouvinte. Finalmente, a primeira hipótese testada e considerada consistente com o princípio da relevância será a única hipótese realmente consistente com o princípio da relevância e será a que o ouvinte escolherá. O fato de que cada estímulo ostensivo tenha, ao menos, uma interpretação consistente com o princípio da relevância é o que permite que a comunicação, na maioria das ocasiões, seja bem-sucedida.

Quanto à acusação de Wilks a respeito do fato de que eles não aceitam que as inferências sejam realizadas por indivíduos particulares, Sperber & Wilson enfatizam que foram os primeiros na literatura a criar e desenvolver o conceito de relevância para *um indivíduo*, noção que é essencial para a teoria como um todo.

Conforme Sperber & Wilson, cada ato de comunicação ostensiva comunica a presunção de sua ótima relevância e, de acordo com essa presunção, o estímulo ostensivo será o mais relevante que o comunicador poderia ter usado para comunicar {I}.

Porém, Bach & Harnish (1987) questionam tal posição afirmando que para os autores acima não parece ser necessária a relevância do “quê” é comunicado. Se a primeira interpretação que ocorre ao ouvinte é exatamente aquela que o falante pretendeu comunicar, se o ouvinte pára de inferir após a primeira idéia que lhe vem à mente, como seria possível comunicar uma coisa através da comunicação de outra?

Assim, para tais críticos, não se explica a forma pela qual o ouvinte pode modificar, acrescentar ou substituir a primeira suposição que lhe ocorre, ainda que tenha consistência com o princípio da relevância.

Contudo, para Sperber & Wilson (1987), o ouvinte não precisa comparar todas as interpretações possíveis de um enunciado antes de selecionar uma. Eles não afirmam que o ouvinte parará na primeira interpretação que lhe vier à mente mas sim na primeira que seja consistente com o princípio da relevância. Não precisará modificar nada, já que terá encontrado a resposta correta.

O objetivo geral da Teoria da Relevância é o de identificar os mecanismos subjacentes na psicologia humana que explicam como as pessoas se intercomunicam. Conforme Wilson (1994), há quatro suposições preliminares que embasam esse objetivo, a saber:

- (a) todo enunciado possui uma variedade de interpretações possíveis, todas compatíveis com a informação que é codificada linguisticamente;
- (b) nem todas essas interpretações se apresentam simultaneamente ao ouvinte; algumas requerem maior esforço;
- (c) os ouvintes estão equipados com um único critério geral para avaliar as interpretações;
- (d) tal critério é suficientemente poderoso para excluir todas as interpretações que não estejam de acordo com ele, o que libera o ouvinte de seguir tentando interpretar.

Assim, a tarefa do ouvinte durante a comunicação é a de construir uma hipótese interpretativa sobre as intenções do falante no momento em que este produz um estímulo. Para tal, o falante tentará imaginar as possíveis implicações de seus estímulos para que o significado que pretende comunicar seja selecionado pelo ouvinte.

Morgan & Green (1987) consideram que, para Sperber & Wilson, o silêncio não poderia ser um estímulo ostensivo na comunicação ostensivo-inferencial. Criticam tal

posição argumentando que permanecer silencioso quando se deveria falar pode ser altamente eloqüente e apresentam o seguinte exemplo:

(86)

David: E Deus? Deus desafia explicações e tu acreditas nele.

Maddy:

David: Oh, não! Não digas isso!

Quando Maddy “responde” sem dizer nada, David fica tão afetado pelo que ela comunica sobre não acreditar em Deus, que lhe pede que ela não fale. Tais silêncios são significativos justamente porque não satisfazem o comportamento esperado no contexto. Mas de que forma permanecer em silêncio poderia ser o estímulo ostensivo mais relevante que Maddy poderia ter usado? Ela saberia que para David seria muito mais fácil interpretar diretamente o enunciado “Não acredito em Deus” do que ter que inferi-lo do seu silêncio. Contudo, não falar produziu efeitos contextuais do tipo “Não quero que te sintas mal se te disser claramente que não acredito em Deus”. Será que esses efeitos valem o esforço de não ter que interpretar a resposta direta?

Sperber & Wilson (1987) afirmam considerar o silêncio como um estímulo ostensivo e argumentam que, para atingir uma interpretação consistente com o princípio da relevância, o ouvinte deve encontrar na resposta silenciosa alguns efeitos contextuais que não poderiam ter sido produzidos por uma resposta direta. Efeitos, por exemplo, relativos à atitude do falante em relação a ele, a dúvidas sobre sua opinião ou sobre o que deveria dizer. Qualquer elemento indireto em uma resposta encoraja o ouvinte a procurar por efeitos contextuais adicionais para equilibrar o esforço extra que lhe custou processá-la.

Morgan & Green também apresentam um exemplo segundo o qual A diz a B “Tu acreditas em mim, não é?” e B, olhando diretamente nos olhos de A, não responde. Desse modo, A sabe, a partir do fato de que B não respondeu, que a resposta é “Não”.

Para Sperber & Wilson (1987), A não pára de interpretar quando atinge a idéia de que B recusa-se a acreditar nele. Não o faz porque a interpretação não é consistente com o

princípio da relevância: algum esforço foi deixado injustificado. O ouvinte poderia considerar que outra resposta não vale o esforço de ser processada e parar de considerar outras interpretações. Contudo, estaria manifesto para ele que sua interpretação é incompleta.

Considere-se nesse sentido um ato de fala indireto como o de Maria que volta das compras e diz a Pedro “Esqueci de comprar manteiga mas estou cansada demais para sair de novo” querendo implicar que ele deveria ir comprar a manteiga. Por que não parar na proposição expressa? Existem circunstâncias nas quais tal interpretação não seria consistente como princípio da relevância e nas quais Maria não poderia esperar que seu enunciado e sua conseqüente interpretação fossem suficientemente relevantes para Pedro.

Se o falante pretendesse uma interpretação mais rica do que a primeira consistente com o princípio da relevância deveria ter eliminado a possibilidade de tal interpretação de alguma forma para não ser entendido erroneamente ou apenas parcialmente entendido.

Quando existe uma série de interpretações cada vez mais ricas de um certo estímulo, a correta deve ser a mais pobre consistente com o princípio da relevância por ser a única que o comunicador pode ter racionalmente pretendido comunicar através de tal estímulo, embora possa ter desejado comunicar mais. Assim, ainda que o ouvinte possa querer, em vários casos, computar interpretações mais relevantes do que a primeira consistente com o princípio da relevância considerando mais implicações, não há fundamento racional para fazer isso. Existe uma limitação substancial nas interpretações. Se o ouvinte acha uma interpretação consistente com o princípio da relevância e ela poderia ser a correta, então, ela é a correta.

Sperber & Wilson (1987) citam o exemplo que apresentam em *Relevance*: um prisioneiro com as mãos amarradas e impedido de falar despede-se de seu amigo através de um sorriso. O amigo precisa decidir se o prisioneiro pretendeu comunicar-lhe algo a mais do que um triste adeus e, se pretendeu, o que foi.

Todas as interpretações que lhe ocorrem contêm o triste adeus como possibilidade: ele pode ter certeza de que isso, ao menos, lhe foi comunicado. Se raciocinar mais poderá ver que o prisioneiro não poderia passar mais intenções informativas ainda que o desejasse.

Se duas interpretações diferentes vierem à mente do amigo e ambas forem consistentes com o princípio da relevância, ele não terá condições de decidir qual era a verdadeira intenção informativa e a comunicação terá, então, falhado. Eis um dos poucos casos em que uma ambigüidade é percebida conscientemente durante o próprio processo de compreensão.

No caso em que o comunicador estiver errado sobre sua presunção de relevância, o ouvinte precisará despende mais esforço de processamento. Para ser consistente com o princípio da relevância, uma interpretação não precisa ser, na verdade, otimamente relevante para o ouvinte; apenas precisa que o comunicador tenha pensado que ela seria assim. Contrariamente, a primeira interpretação poderá ser relevante de uma forma que o comunicador não tinha pretendido, o que não a fará consistente com o princípio da relevância. Em todos os casos, a tarefa do ouvinte é encontrar a interpretação que seja consistente com o princípio da relevância e que esteja de acordo com o que o comunicador tenha considerado otimamente relevante. Tal tarefa será mais fácil se o ouvinte confiar no comunicador e assumir que a interpretação pretendida é realmente a primeira otimamente relevante que lhe vem à mente.

Assim, diante da interpretação de frases ambíguas, o ouvinte tende a ampliar os contextos porque fazer isso significa aumentar o número de efeitos contextuais relevantes apesar do esforço suplementar. Como ele não parará diante da primeira interpretação, mas sim diante da primeira que tenha consistência com o princípio da relevância, sua recompensa será maior, ainda que tenha realizado um esforço também maior. Contudo, corre o risco de não obter nenhum ganho se, mesmo ampliando o contexto e despendendo mais esforço de processamento, não resultar nada de relevante.

2.4 - Explicaturas e Implicaturas em questão

Em *Relevance* Sperber & Wilson apresentam casos prototípicos de premissas implicadas e afirmam que a dedução é a chave para compreender a inferência não-demonstrativa, inclusive a implicatura. Mas, segundo Levinson (1987), como as premissas implicadas não podem ser deduzidas, a própria implicatura prototípica da relevância não

pode ser explicada. A “acessibilidade” tampouco resolve problemas quando a premissa implicada não é uma suposição do ouvinte. Tais idéias são exemplificadas em (87).

(87)

A: Tu dirigirias um Zordia?

B: Não dirigiria NENHUM carro caro.

Premissa implicada: O Zordia é um carro caro.

O erro consiste em introduzir premissas implicadas como se fossem suposições contextuais. A relevância “real” deveria levar em conta os objetivos do falante em vez de maximizar a informação pela relevância definida em *Relevance*.

Sperber & Wilson (1987) esclarecem que as premissas implicadas não podem ser deduzidas e nem sempre podem ser recuperadas, já que é possível que contenham informação nova para o ouvinte.

Distinguem as noções de recuperabilidade e de acessibilidade. A informação é recuperável se estiver explicitamente representada na memória. Contudo, uma informação que não for recuperável pode, mesmo assim, ser acessada do ambiente, através da percepção; da memória, através da dedução, da inferência não-demonstrativa ou do desenvolvimento de esquemas de suposições. Também é possível acessá-la quando existirem evidências de que a suposição corresponde a uma determinada forma já conhecida. Por exemplo, dada a suposição da forma *Se P então Q*, é razoável perguntar-se se há evidências para uma suposição da forma *P*; dada uma suposição da forma *Todos os F são G*, o falante pretenderá que o ouvinte considere se detém a forma *x é F*.

Observe-se o exemplo de Levinson em (87):

(87)

(a) Pedro: Tu dirigirias um Zordia?

(b) Maria: Não dirigiria NENHUM carro caro.

Ouvindo a resposta de Maria, é razoável que Pedro se pergunte se possui alguma evidência para a suposição em (88):

(88) O Zórdia é um carro caro.

Suponha-se que antes da fala de Maria ele não tivesse nenhuma evidência desse fato. O enunciado de Maria fornece a ele tal evidência. O enunciado de Maria será consistente com o princípio da relevância apenas se (88) for acrescentado ao contexto como uma suposição com um certo grau de força. Maria deve ter pretendido que Pedro use tal suposição pelo menos com esse grau de força. Assim, o que Maria disse fornece evidência indireta de que ela acredita em (88), e, se ele confiar nela, passará também a acreditar em (88).

Levinson (1987) acusa os autores de *Relevance* de deixarem obscura a distinção entre explicatura e implicatura, já que o único critério oferecido é o de que as explicaturas devem conter a representação semântica codificada ou forma lógica como uma subparte.

Sperber & Wilson (1987) reforçam a definição de “explicitude” afirmando que “uma suposição comunicada através de um enunciado U será *explícita* se, e somente se, for o desenvolvimento de uma forma lógica codificada por Y”.

Assim, reiteram que cunharam o termo “explicatura” como referência a uma suposição explicitamente comunicada e redefiniram a “implicatura” como a suposição comunicada de maneira não-explicita.

Para esclarecer as dúvidas de Levinson, eles apresentam o seguinte exemplo em que (89 b) comunica explicitamente (90) ao mesmo tempo em que comunica implicitamente (91):

(89)(a) Maria: Quem comprou este carro?

(b) Pedro: João.

(90) João comprou este carro.

(91) João fez algo tolo.

(91) contém a forma lógica de (89 b) e, mesmo assim, não está explícito. O critério empregado deve ser o do desenvolvimento da forma lógica, não meramente sua implicatura. Dessa maneira, (91) só é acessível pelas vias da inferência, enquanto que (90), a verdadeira explicatura de (89 b), resulta do desenvolvimento inferencial da decodificação da forma lógica de (89 b).

2.5 – Discussão sobre o uso interpretativo da linguagem

A presunção da relevância ótima não acarreta a pressuposição de verdade literal. McCawley (1987) sugere que Sperber & Wilson adotem uma máxima de verdade. Contudo, os autores de *Relevance* consideram que tal máxima seria forte demais porque implicaria analisar a metáfora, a ironia, a fala solta, o discurso indireto, por exemplo, como desvios da norma ou da interpretação favorecida.

Eles afirmam que a presunção da relevância acarreta algo muito mais fraco do que a presunção da verdade literal. Os enunciados propõem-se a ser interpretações otimamente relevantes dos pensamentos, esperanças, crenças, desejos, medos e fantasias dos falantes. Tal enunciado pode ser otimamente relevante sem ser literalmente verdadeiro: pode representar, não uma crença do falante, mas uma crença atribuída a outra pessoa (como na ironia e no discurso indireto); pode parecer-se, em vez de reproduzir literalmente a crença que reproduz (como na metáfora e na fala solta).

Desse ponto de vista, a verdade literal é apenas uma forma de atingir a relevância ótima, adequada apenas em algumas ocasiões. Não é preciso nenhuma máxima para explicar isso e sua existência não dificulta a explicação da metáfora e da ironia.

A metáfora e a ironia baseiam-se na noção de semelhança, ou uso interpretativo, que também lança luz sobre o problema da expressão das atitudes proposicionais.

Como todo objeto no mundo pode ser usado para representar qualquer outro objeto que se lhe assemelhe, os enunciados podem ser empregados por sua semelhança interpretativa com os pensamentos do falante, que podem, por sua vez, ser representações

interpretativas de pensamentos atribuídos a outras pessoas. A diferença entre assertivas literais e não-literais é meramente uma diferença de grau de semelhança entre a proposição expressa pelo enunciado e o pensamento do falante; a diferença entre enunciados literais e irônicos é apenas uma diferença entre enunciados atributivos e não-atributivos. A noção de uso interpretativo explica tais fenômenos adequadamente.

Na opinião de Gibbs (1987), Sperber & Wilson sugerem que durante a interpretação de enunciados existe uma ligação entre a maximização de implicações contextuais e a minimização do esforço de processamento. Os ouvintes presumivelmente derivam a proposição literal de um enunciado antes de escolher o contexto no qual ela seja vista como a mais relevante.

O ouvinte considera o conhecimento anterior mas não é necessário que o conhecimento seja mutuamente conhecido. Este tipo de modelo de processamento prediz que entender enunciados cujo significado literal difira da sua interpretação pretendida requer esforço extra de processamento. Mas a evidência psicolinguística indica fortemente que não é verdade. O ouvinte não precisa analisar o significado literal de vários tipos de enunciados figurativos, tais como atos de fala indiretos, metáfora, sarcasmo ou expressões idiomáticas, antes de determinar suas verdadeiras interpretações.

Assim, se as pessoas não analisam automaticamente os significados literais dos enunciados, Sperber & Wilson estão equivocados ao afirmarem que as inferências conversacionais (significados expressos) podem ser determinadas através de uma suposição contextual que faça com que a proposição (significado literal) seja mais relevante.

Sperber & Wilson (1987) contrapõem-se à acusação de Gibbs afirmando que o modelo criado por eles não prediz que uma interpretação literal requer menos esforço de processamento; prediz justamente o contrário.

Uma interpretação literal (no caso de “dizer que”) é aquela em que o falante garante a verdade da proposição expressa literalmente. No processo de compreensão, o ouvinte começa a computar as implicações contextuais antes de que a sentença tenha sido completamente pronunciada, parando quando um conjunto de implicações permita identificar uma interpretação consistente com o princípio da relevância. Se aceitar aquela

interpretação como verdadeira, torna manifestas todas as implicações, analíticas ou contextuais, da proposição expressa. Trata-se da interpretação literal; se, contrariamente, não o fizer, a interpretação não é literal.

Na maioria dos casos, a interpretação a que se chega não carrega todas as implicações da proposição expressa, apenas um subconjunto. As implicações da proposição expressa que não foram implicadas pela interpretação a que se chegou não precisarão ter sido rejeitadas: não terão sido nem consideradas.

Todo enunciado é interpretativo porque representa os pensamentos do falante. Contudo, um enunciado é descritivo quando o falante pensa nele como sendo descritivo e é interpretativo quando o falante assim o considera.

A metáfora e a ironia, exploradas constantemente na comunicação verbal e não-verbal, são formas especiais de representação por semelhança.

O que diferencia, por exemplo, a ironia de enunciados regulares não é o tipo de interpretatividade envolvido, mas a presença ou ausência de certo tipo de atitude. Na ironia, o falante dissocia-se da opinião emitida, pois ela procede sempre de uma evocação do pensamento alheio.

Wilson & Sperber (1998) apresentam um exemplo em que Maria diz a Pedro que “a sopa está sem sal”. Em circunstâncias ordinárias, a primeira hipótese que vem à mente de Pedro é a de que Maria está representando, por meio deste enunciado, seu próprio pensamento. Ele constrói as implicações daquilo que ela expressa no primeiro contexto que lhe ocorre e na ordem que lhe vem à mente. Ele compreende, por exemplo, que Maria gostaria que a sopa estivesse mais salgada, que desejaria que ele lhe passasse o sal, etc. Se estas implicações tornam a interpretação suficientemente relevante para ele de uma maneira que ela possa prever, esta interpretação é, então, consistente com o princípio da relevância e Pedro terá obtido a interpretação correta.

Os autores reiteram que a primeira interpretação consistente com o princípio da relevância é a única que lhe é consistente. Assim, a forma geral da demonstração é a seguinte: se Maria tivesse querido transmitir uma outra interpretação que não a primeira

que parecerá aceitável ao seu ouvinte, teria podido e devido encontrar um meio de poupá-lo do esforço de construir, examinar e rejeitar esta primeira interpretação.

Suponha-se que a sopa que estão tomando esteja salgada demais. É então manifesto que Maria não pensa que esteja faltando sal. Ao dizer “a sopa está sem sal”, não pode querer representar literalmente seu próprio pensamento. Se, além disso, Pedro, servindo a sopa, tiver avisado Maria dizendo “eu talvez não a tenha salgado o suficiente”, a hipótese mais acessível é a de que o enunciado dela faz eco ao aviso anterior para sublinhar retrospectivamente a falsidade.

Esta evocação irônica pode conter para Pedro efeitos cognitivos suficientes para merecer sua atenção, efeitos que Maria pôde prever e deve, certamente, ter desejado. De maneira geral, um enunciado é interpretado como representando, em virtude de uma semelhança de conteúdo, o pensamento de um terceiro quando esta interpretação é a primeira – e logo a única – que seja consistente com o princípio da relevância.

Descrevi neste capítulo comentários feitos à Teoria da Relevância no relativo a aspectos da comunicação, do conhecimento mútuo, da comunicação ostensiva, da inferência, da relevância, das explicaturas e implicaturas e do uso interpretativo da linguagem.

Embora não tenha apresentado todas as críticas que constam do *précis* de maneira exaustiva, nem tampouco estendido o estudo a outros autores ali não representados, procurei destacar alguns elementos pertinentes a este trabalho juntamente com as respostas dadas pelos autores de *Relevance* aos pontos criticados.

CAPÍTULO 3 – A Teoria da Relevância e a conversação bilíngüe

Após ter resenhado a Teoria da Relevância no primeiro capítulo e apresentado críticas ao modelo no segundo, farei, neste último capítulo, uma análise da utilização desse construto. Tentarei dar uma contribuição à discussão crítica, assim como ao objeto indireto de minha investigação: a conversação bilíngüe.

É importante ressaltar que não abordarei a multiplicidade de aspectos que poderiam ser tratados dentro do tema do bilingüismo em geral e da conversação bilíngüe em particular.

Limitar-me-ei a examinar a conexão existente entre a alternância de uma língua para outra durante interações entre falantes bilíngües que reconheçam compartilhar o mesmo par de idiomas e o princípio da relevância.

Assim, deixarei de lado diversos temas que não tenham relação direta com a inferência que o ouvinte bilíngüe precisa realizar quando se depara com uma troca súbita de código lingüístico. Abordarei, outrossim, dois fenômenos interligados, o *code-switching* e a interlíngua.

3.1 - Aspectos da conversação bilíngüe

Em toda interação que ocorra entre falantes que reconheçam compartilhar um mesmo par de línguas ocorrerão fenômenos exclusivos da conversação bilíngüe.

Sempre que um falante bilíngüe entrar em contato com um ouvinte que detenha suas mesmas línguas demonstrará uma habilidade especial: a de escolher variantes lingüísticas ou fazer opções estilísticas conforme a situação social, o interlocutor ou o meio oral ou escrito em um dos idiomas que domina. Além disso, o usuário de mais de uma língua terá a capacidade de variar seu discurso, alternando-as na presença de sujeitos que as compartilhem, em qualquer grau.

O bilíngüe apresenta, portanto, um comportamento lingüístico próprio no momento em que interage com um interlocutor que domine seu mesmo par de línguas: a ampla utilização do *code-switching* e/ou da interlíngua.

Esses fenômenos lingüísticos têm sido estudados e descritos pelos pesquisadores do bilingüismo como naturais e inerentes à condição de falante de mais de um idioma. Trata-se de uma estratégia de adaptação comunicativa altamente desejável e benéfica do ponto de vista pragmático, constituindo um comportamento de ativação-desativação de uma ou de outra língua conforme os elementos particulares a cada situação interativa.

Assim, como tal alternância ocorre em praticamente todas as ocasiões em que há conversação entre falantes sabedores que o parceiro detém suas mesmas línguas, constitui recurso comunicativo da maior importância.

Conforme a classificação de Auer (1999), o termo *code-switching* reserva-se para os casos em que a justaposição dos dois códigos é percebida e interpretada como um ato localmente significativo pelos participantes. Contrapõe-se, assim, ao *code-mixing*, também denominado *language mixing* (mistura de códigos ou de línguas), em que a justaposição dos códigos tem significação para os participantes em sentido mais global, sendo um padrão recorrente de comunicação.

Durante a mistura de códigos é difícil determinar qual a língua de base da conversação, já que a mescla passa a ser o padrão de interação. Embora saibam que há mais de um idioma sendo utilizado, os falantes alternam-nos tão freqüentemente que essa alternância passa a ser a forma não-marcada de conversação. Trata-se de um fenômeno transitório e intermediário entre o *code-switching* e a fusão de letos⁷.

Por outro lado, o *code-switching* ocorre em um contexto em que os falantes orientam sua preferência por uma língua de cada vez e durante o qual é possível identificar a língua de base que vem sendo empregada na interação até o momento em que ocorre a alternância. Embora os bilíngües que alternam de língua possam ser altamente proficientes em ambos os sistemas, não é necessário o equilíbrio perfeito: também é possível alternar no

⁷ Por fusão de letos entende-se uma variedade mesclada estabilizada, ocasionada pela mistura de códigos, decorrente, por sua vez, da alternância de códigos (Auer, 1999).

sentido que está sendo descrito quando se tem um conhecimento limitado de uma das línguas.

O *code-switching* relaciona-se diretamente às preferências e competências divergentes dos participantes. Ao pressupor a liberdade dos falantes individuais, apresenta-se como um dispositivo empregado de forma criativa pelos bilíngües.

Considerando o bilingüismo em seu sentido amplo, os sujeitos que tomam contato com uma língua que não seja a sua em situações artificiais durante o ensino formal em escolas, assim como os adultos que passam a conviver em ambientes naturais em que a língua é diferente da sua, apresentam um desempenho lingüístico diferenciado daquele do nativo.

Uma segunda língua⁸ pode ser aprendida em um país onde ela é falada, o que constitui o ambiente ou meio endolíngüe. Por outro lado, pode ser aprendida em um país onde se fala uma outra (que pode ou não ser a primeira língua de quem a aprende), caso do meio ou ambiente exolíngüe.

No primeiro caso, o sujeito tem contato na sua vida cotidiana com a língua de forma paralela à intervenção pedagógica. A exposição informal acontece através da mídia, das conversações na rua, de maneiras diversas que o impregnam de modo determinante. Como consequência, surgem micro-sistemas lingüísticos intermediários que não são, na maioria das vezes, organizados conscientemente.

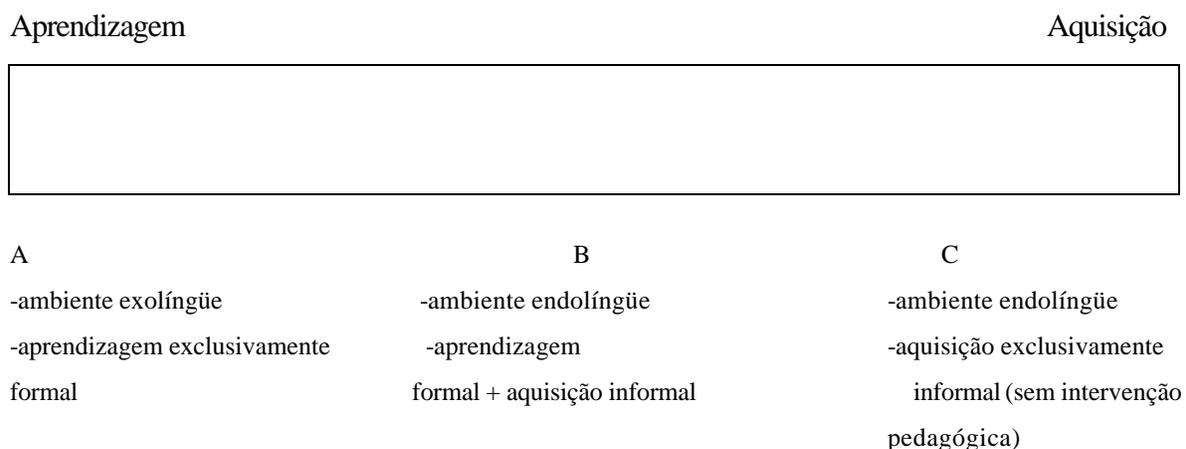
No segundo caso, o contato com a outra língua está geralmente circunscrito à intervenção pedagógica, caso em que o professor representa o universo estrangeiro, situação que o coloca em desigualdade em relação ao professor que ensina em ambiente endolíngüe.

Levando em conta tais diferenças, Dabène et al. (1990) sugerem a substituição da clássica distinção da didática das línguas entre aprendizagem formal em ambientes

⁸ **Segunda língua** contrapõe-se a **primeira língua, língua um (L1) ou língua materna (LM)**. O conceito de **segunda língua** engloba, assim, o de **língua estrangeira** – LE - (adquirida em ambientes onde não é a L1) e o **de língua dois** - L2 - (adquirida em ambientes onde é a L1), que não se confundem. Considero neste trabalho, portanto, a dicotomia 1ª língua (= L1 **ou** LM) *versus* 2ª língua (= LE e L2).

institucionais (“artificial”) e a aquisição informal em ambiente social (“natural”) por uma representação sob a forma de *continuum*.

Os tipos citados acima constituem os pólos extremos e a aprendizagem em ambiente endolíngüe constitui o ponto médio. Em uma extremidade encontra-se a formalidade e na outra, a informalidade, conforme o esquema abaixo.



Pode-se posicionar cada situação de aprendizagem em um ponto do *continuum*. Por exemplo, o caso de um adulto que, tendo passado algum tempo em um país estrangeiro e tendo aprendido a língua de forma natural, precisa de aulas de reforço dessa língua na volta a seu país de origem estaria situado entre B e C.

O caso de uma criança francesa aprendendo outra língua européia em sala de aula estaria próximo de A, enquanto que o de uma criança quebequense aprendendo inglês estaria entre A e B.

O caso de um tailandês aprendendo francês em seu país estaria situado na extremidade A; o imigrante turco na Alemanha estaria posicionado na extremidade C por conta de seus contatos na sociedade alemã.

As orientações metodológicas variam conforme a posição de cada situação no *continuum*, o que ocasiona a possibilidade de aproveitamento do *input* extraclasse e da validação imediata da produção lingüística.

Assim, em situação de aprendizado em ambiente exolíngua ou em contato endolíngua com uma nova língua, o falante depara-se, segundo Selinker (1972), com três sistemas lingüísticos: o da sua língua materna, o da língua alvo – que pretende dominar – e aquele que é por ele produzido na tentativa de imitar o anterior.

A estratégia adaptativa empregada pelo falante que pretende falar uma língua na qual tem proficiência limitada constitui a interlíngua.

Os dois fenômenos lingüísticos que interessam a este trabalho – o *code-switching* e a interlíngua – costumam ser descritos e explicados apenas no referente às motivações que impõem o falante bilíngua a produzi-los.

A maneira através da qual o ouvinte bilíngua realiza inferências e compreende o que o falante pretendeu significar ao fornecer-lhe as informações em mais de um sistema lingüístico não é analisada comumente. A Teoria da Relevância de Sperber & Wilson pode auxiliar no redimensionamento do papel do ouvinte bilíngua em seu processo inferencial de significado.

Assim, a reinterpretação de aspectos pragmáticos da conversação bilíngua à luz da Teoria da Relevância possibilita reafirmar seu potencial teórico-explicativo corroborando talvez a pretensão dos autores no sentido de que a idéia de baixo custo e alto benefício explica muitos fatos ocorridos na comunicação em linguagem natural.

3.1.1 O *code-switching*⁹

Grosjean (1982) afirma que o indivíduo bilíngua decide em primeiro lugar qual será a língua de base a ser utilizada quando o interlocutor é também detentor de suas línguas e, em segundo lugar, se utilizará ou prescindirá do *code-switching*.

Nesse sentido, os falantes bilíngües fazem escolhas durante a conversação pesando as vantagens e desvantagens de uma ou outra língua. Calculam as conseqüências de uma opção lingüística determinada e realizam o *code-switching* quando percebem, no início ou

⁹ Utilizo o termo *code-switching* em concordância com a definição de Auer (1999).

durante a interação, que, empregando mais de um idioma, poderão obter maiores recompensas comunicativas. Cada sujeito bilíngüe atribui funções a cada código e, de acordo com diferentes parâmetros, pratica com o parceiro uma negociação contínua que permite o emprego do *code-switching*, conforme Myers-Scotton (1993).

Conseqüentemente, lançar mão de elementos de uma e outra língua no mesmo ato comunicativo constitui uma estratégia comunicativa que é sinal de uma competência pragmática compartilhada por bilíngües ao transmitirem informação.

A alternância de códigos durante a conversação bilíngüe não se realiza de forma casual, a passagem de um idioma para o outro segue regras estritas e obedece a restrições contextuais rígidas. Hamers & Blanc (1989) afirmam que as regras gramaticais de nenhuma das línguas são violadas durante o *code-switching*. Para Sankoff & Poplack (1981) há dois tipos de restrições lingüísticas atuantes na alternância: a do “morfema livre”, segundo a qual uma alternância não pode ocorrer entre um morfema preso e uma forma lexical a menos que esta seja integrada fonologicamente à língua à qual pertence tal morfema e a da “equivalência”, segundo a qual a ordem dos constituintes da sentença em posição imediatamente adjacente e a ambos os lados da alternância deve ser gramatical para as duas línguas simultaneamente.

O *code-switching* pode ser classificado em intra-sentencial, intersentencial e entre enunciados conforme Dabène & Moore (1995).

O *intra-sentencial* ocorre quando, dentro de uma mesma sentença, o falante realiza a alternância entre os dois sistemas de que dispõe fazendo inserções, tanto sob a forma unitária (apenas um elemento da frase é afetado), quanto sob a forma segmental (segmentos de uma língua se alternam com partes da outra dentro da mesma frase deixando ambas inalteradas). O caso mais freqüente é o da inserção no discurso de palavra de outra língua. Tal inserção pode ocorrer com perfeita adaptação à estrutura e à pronúncia da língua na qual se desenrola a conversação, porém, contrariamente, o item ou o segmento podem não sofrer nenhuma espécie de adaptação à língua de base, sendo pronunciados exatamente como no original.

Em (92) veremos um exemplo de *code-switching* intra-sentencial unitário *sem* adaptação à língua de base. O enunciado é produzido em espanhol com a inserção de item lexical em português, o qual é pronunciado nessa língua.

(92) Creo que voy a preparar un poquito de **mingau**.

A palavra “papilla”, correspondente ao “mingau”, pode não ter a mesma força comunicativa no caso acima. Suponha-se que o falante argentino, falando espanhol com uma criança brasileira bilíngüe a quem não costuma alimentar, pretenda, mediante a alternância lingüística, persuadi-la a comer algo que ela esteja acostumada a comer com os familiares brasileiros.

No exemplo (93) apresenta-se um caso de *code-switching* intra-sentencial unitário *com* adaptação à língua de base. Calcada na expressão do português “abrir um bocão”, surge uma maneira equivalente de dizer o mesmo em espanhol.

(93) La beba acaba de abrir un gran **[bocón]**, está comiendo toda su comida.

Embora **bocón* seja impossível em espanhol, poderá aparecer em circunstâncias em que se queira, por exemplo, provocar algum efeito cômico no ouvinte: neste caso, uma criança também bilíngüe que precisa ser convencida a comer.

Em (94) vê-se um caso de *code-switching* intra-sentencial segmental. Tratando-se da letra do tango argentino *Cambalache*, o falante o reproduz em espanhol até o momento em que, dirigindo-se ao interlocutor bilíngüe, alterna de língua para deixar claro o fim da canção.

(94) Que el mundo fue y será una porquería ya lo sé, en el trescientos diez y en el dos mil también, larilará, **sei lá e aí segue**.

O *intersentencial* acontece no momento em que as línguas se alternam de uma sentença a outra. Tal alternância não ocorre dentro do mesmo turno da conversação, mas em turnos próximos e dentro do mesmo tópico de conversação, o que significa que uma sentença é produzida em uma língua e a seguinte, correspondente ao próximo turno do mesmo falante, na outra.

Em (95) dois falantes bilíngües conversam em português até o momento em que a referência a um local onde se fala espanhol determina a alternância.

(95)

A: Não vejo a hora de terminar este trabalho...

B: E aí, pra onde pensas ir quando tiveres terminado tudo?

A: **¡Me voy a Buenos Aires por una semana a de scansar!**

O *code-switching entre enunciados* implica alternar para a outra língua após um período bastante longo de uso da primeira. Ocorre no curso de um mesmo diálogo, quando a primeira frase pronunciada na língua de base da interação encontra-se relativamente distante da primeira frase pronunciada no outro sistema.

Em (96) há um exemplo de *code-switching* entre enunciados. Saindo de um restaurante, dois bilíngües falam espanhol em ambiente brasileiro até o momento em que a presença de um guardador de carros os faz alternar de código.

(96)

A: ¡Me pareció muy buena la comida!

B: A mí también me encantó todo y los precios no son demasiado caros.

A: Bueno, creo que podemos volver siempre, ¿no te parece?

B: Sí, por supuesto, volvemos el fin de semana que viene.

A: **Olha o guardador ali. Tens alguma moeda?**

B: **Não sei, acho que sim, vou ver aqui na carteira.**

A: **Dá um real pro cara.**

B: Certo.

O *code-switching* após longos enunciados em uma só língua pode servir de estratégia de contextualização para o início de um novo tópico de conversação. Os falantes bilíngües lançam mão da alternância assim como poderiam empregar algum outro tipo de estratégia compartilhada com os monolíngües, que demonstram que algo novo surge na conversação através de mudança na postura, no olhar, no aumento ou na diminuição do volume da voz, no aumento ou na diminuição da velocidade da conversação.

Às vezes o bilíngüe é redundante: além de utilizar o *code-switching*, ele ainda emprega alguma das estratégias descritas acima para assinalar que um tópico acabou e que outro começará.

Observe-se o diálogo seguinte em que os falantes são bilíngües e durante o qual A alterna de língua após uma conversação relativamente longa. Ao fazê-lo, baixa o volume de voz.

(97)

A: ¿A qué hora te parece que llegan los chicos?

B: No sé, supongo que a eso de las siete. ¿Por qué?

A: Tendría que haberles preparado la torta.

B: ¿Y no te alcanza el tiempo ahora para preparársela?

A: Creo que no, tendría que haber empezado más temprano.

B: Mmm...

A: **Será que amanhã vão fazer a gincana no colégio?**

B: **Não te ouvi.**

A: **Será que vai ter festa no colégio amanhã?**

B: **Espero que não, parece que vai chover.**

Em minha dissertação de mestrado chego à conclusão de que o fator motivador em sentido amplo de todo *code-switching* é o desejo - consciente ou não - de marcar o discurso

seguindo a necessidade imediata de expressar a idéia da maneira mais significativa. A alternância de línguas durante a conversação bilíngüe obedece a diversas motivações, a saber: lingüísticas, sociolingüísticas, estilísticas, cognitivas, emocionais, ambientais, de disponibilidade na memória, de solidariedade com o interlocutor, de demonstração de poder, de lealdade a uma cultura, de manutenção de código, de mudança de tópico, de realização de digressões, de comicidade e de preferência pessoal por um dos idiomas. (Mozzillo de Moura, 1997)

Assim, a passagem da língua na qual se está falando para aquela que não está sendo utilizada no momento deriva do desejo de marcar a idéia que se pretende expressar. Tal passagem não ocorre de forma arbitrária; durante a conversação os bilíngües buscam fins claramente comunicativos e criam, por via de consequência, significados específicos (Gumperz, 1970).

3.1.2 - A interlíngua

Enquanto o monolingüismo caracteriza-se por envolver apenas um sistema lingüístico, a interlíngua inclui padrões de ambos os sistemas em contato, o da língua materna mais o da língua alvo, aquela que se pretende dominar.

A tendência natural do falante é a de utilizar sons e estruturas de que dispõe no seu sistema lingüístico, simplificando inconscientemente aquilo que lhe parece de uma complexidade superior à de sua língua materna.

O uso de tal estratégia implica, portanto, processos de simplificação, redução, supergeneralização, transferência, omissão, substituição, reestruturação, além do emprego de fórmulas lingüísticas prontas.

A maior característica da interlíngua é a de possibilitar a adaptação do aprendiz durante o processo de encaminhamento ao nível máximo de seu desempenho na língua alvo. Alguns aspectos de sua interlíngua permanecerão, enquanto que outros desaparecerão, já que se trata de um processo dinâmico, mutável e permeável.

Por via de consequência, a interlíngua representa o repertório usual do falante que tenciona aproximar-se de outra língua. Embora imperfeita do ponto de vista normativo, trata-se da variedade lingüística do aprendiz, que passa por uma série de transições durante o processo de aquisição de uma segunda língua.

O sucesso no aprendizado de uma segunda língua dependerá da capacidade pessoal de organizar o material lingüístico dentro da interlíngua em direção à língua que se pretende adquirir. É importante ressaltar que pouquíssimos aprendizes em situação exolíngüe, ou mesmo adultos em situação de imersão lingüística em meio endolíngüe, conseguem atingir o nível de falante nativo.

Segundo Selinker (1972), normalmente existe um momento em que o aprendiz de uma segunda língua considera que a conhece suficientemente para fins de comunicação. Dessa forma, deixa de aprender e passa a apresentar o fenômeno da fossilização. Alguns param de aprender a língua alvo como um todo, outros o fazem apenas em alguns aspectos. A competência do falante de interlíngua, assim, fossiliza-se em determinado ponto do *continuum* em direção à língua alvo.

O que marca o falante de interlíngua como sendo um não-nativo são, geralmente, os aspectos da entonação e do ritmo, que podem influir decisivamente na fluência discursiva. O “sotaque” é, assim, o principal elemento identificador do usuário da interlíngua, ainda que tenha atingido um alto nível.

Pinker (1994) confirma que a maior parte dos adultos nunca atinge o domínio de outra língua especialmente no referente à fonologia, pois seu desenvolvimento fossiliza-se em padrões permanentes de erro que nenhum ensino ou correção conseguem desfazer.

Embora haja grandes diferenças individuais causadas pelas atitudes e pela maior ou menor quantidade de esforço, quantidade de exposição, qualidade de ensino e aptidão pessoal, os adultos geralmente precisam empregar exercitação consciente para obterem sucesso no domínio gramatical.

Em suma, a aquisição de uma segunda língua ocorre naturalmente até a puberdade, havendo decréscimo a partir desse período. Mudanças maturacionais no cérebro, assim

como o declínio na velocidade metabólica e no número de neurônios podem ser os responsáveis pelo período crítico lingüístico.

A explicação, segundo Pinker (1994), residiria no fato de que a seleção natural, ao desenhar organismos, deve ter sido orientada pelo princípio do custo-benefício. Dessa forma, a aquisição da linguagem deve ter se processado como a de outras funções biológicas: não há razões físicas para que o circuito da aquisição da linguagem siga funcionando perfeitamente uma vez que tenha(m) sido adquirida(s) a(s) língua(s) necessária(s) durante a infância.

Metabolicamente o cérebro consome um quinto do oxigênio do corpo, bem como calorias e fosfolípidios. O tecido neuronal que deixa de ser empregado ativamente pode, assim, ser reciclado para outras funções mais vitais do que ficar adquirindo outras línguas com a perfeição de um nativo durante toda a vida.

A seguir, formulo uma taxionomia de falantes bilíngües conforme a idade de aquisição de ambos os sistemas lingüísticos e conforme a forma de aquisição da condição de bilíngüe, assim como o resultado mais comum em termos de equilíbrio no desempenho nas duas línguas.

Tipo de bilíngüe	Idade de aquisição	Forma de aquisição	Resultado mais comum
1) Bilíngüe precoce simultâneo	Línguas A e B antes dos 3 anos.	a) exposição a ambas as línguas desde o nascimento ou b) exposição à língua A após a língua B.	Eqüilingüismo. ¹⁰
2) Bilíngüe precoce sucessivo	Língua B adquirida entre 3 e 10 anos, aproximadamente.	a) situações informais (mudança de comunidade lingüística, por exemplo.) ou b) situações formais (educação intencional).	Eqüilingüismo possível se houver contato prolongado com falantes nativos.
3) Bilíngüe adolescente	Língua B adquirida entre 11 e 17 anos, aproximadamente.	a) situações informais (mudança de comunidade lingüística, por exemplo.) ou b) situações formais (educação intencional).	Raro eqüilingüismo. Pode haver um bom equilíbrio, um alto nível de interlíngua.
4) Bilíngüe adulto	Língua B adquirida após os 18 anos, aproximadamente.	a) situações informais (mudança de comunidade lingüística, por exemplo.) ou b) situações formais (educação intencional).	Raríssimos casos de eqüilingüismo (pessoas superdotadas lingüisticamente que conseguem desativar a língua A até o ponto em que os eqüilíngües o fazem).

¹⁰ Bilíngüismo equilibrado, situação em que o falante passa por nativo de ambos os idiomas.

O aprendiz de uma outra língua não atinge patamares próximos ao de um nativo sem antes ter passado por estágios de desenvolvimento: vai se apropriando de uma interlíngua que é permeável, dinâmica, mutável e, no entanto, sistemática.

Conseqüentemente, a interlíngua apresenta graus, o que significa que o bilíngüe incipiente pode ir se apropriando paulatinamente dos elementos lingüístico-pragmáticos da língua alvo para ir se aproximando cada vez mais da mesma.

Erros de pronúncia, de entonação, de ritmo, de escolha lexical, morfológicos, sintáticos, semânticos e pragmáticos podem ir diminuindo à medida que o sujeito tem mais e mais contato com o novo idioma. Como vimos, a idade inicial da exposição e o tempo de exposição, além de fatores de personalidade como a memória, a motivação, a atitude em relação à língua e à cultura que ela veicula, a capacidade de inferir regras gramaticais e a tolerância ao novo podem influir no avanço dentro da interlíngua em direção à segunda língua.

Durán (1994) resume as propriedades estruturais da interlíngua como sendo um sistema morfológicamente simples, com uma ordem e com palavras mais ou menos fixas, com um sistema simples de pronomes pessoais, com um pequeno número de funções gramaticais, quase sem uso de copulativos, com ausência de um sistema de artigos.

Sendo uma língua transitória, apresenta um modelo incorreto em vários aspectos, o que é normal pois sua função fundamental é ser um sistema de comunicação eficaz. Assim, pressupõe-se que o aprendiz detenha uma parte da segunda língua a cada momento de seu aprendizado, já que a interlíngua vai sendo construída pouco a pouco.

Exemplos de produção que não correspondem à norma da língua alvo podem ser os seguintes:

(98) Je suis *mangeant* – o falante de português que fala francês como interlíngua pode transferir o uso da forma “comendo” diretamente, ignorando a diferença entre gerúndio e participio presente. Pode não saber que, nesse caso, deveria dizer “Je suis en train de manger”;

(99) Il a sorti de sa maison - o falante de português que fala francês como interlíngua pode desconhecer a necessidade de utilizar o verbo auxiliar “être” com o verbo “sortir” no passado composto e usa o “avoir”, ter-haver, por influência da língua materna. Assim, não produz a forma correta : “Il est sorti de sa maison”;

(100) Ø was a nice day – o falante de português que fala inglês como interlíngua pode, nos moldes da sua própria língua, omitir o sujeito da oração e não produzir “It was a nice day”;

(101) What did he intended to do? – o falante de português que fala inglês como interlíngua pode fazer uma supergeneralização e estender o passado até o verbo principal colocando o morfema –ed;

(102) El trabajo es para ustedes haceren. – o falante de português que fala espanhol como interlíngua pode conjugar o infinitivo, ignorando que essa formulação é inexistente em espanhol e que deve empregar o Modo Subjuntivo: “el trabajo es para que lo hagan ustedes”;

(103) Pedro es lo hijo de María - o falante de português que fala espanhol como interlíngua pode empregar o artigo neutro “lo” em lugar do artigo definido “el” por parecer mais próximo do seu correspondente em português.

O falante de interlíngua emprega naturalmente estratégias que facilitam o desenvolvimento da habilidade metalingüística, da flexibilidade cognitiva, da elaboração conceitual, do pensamento divergente do convencional e do pluralismo de visões.

A sala de aula de língua estrangeira é, portanto, um local privilegiado onde a interlíngua se desenvolve e evolui, o que implica dizer que tanto o professor como os alunos devem ter em mente que tal fenômeno é esperado e altamente aceitável do ponto de vista da construção do saber lingüístico.

A seguir, veremos exemplos de conversações em interlíngua sob a forma de pequenas vinhetas. Salvo nos casos em que o professor seja nativo da língua que ensina, ele também é falante de interlíngua em um grau mais elevado que o do aluno.

(104) Em uma aula de francês de nível inicial em ambiente brasileiro um diálogo como o seguinte é plausível:

Professor: Alors, **João**, tu peux lire ce que tu viens d'écrire?

Aluno: Oui, je peux mais je crois **que não vou saber**.

O professor alterna para o português no momento de dirigir-se ao aluno, pois pronuncia seu nome na língua original. Por outro lado, o aluno, além de alternar visivelmente para sua língua materna, produzindo um *code-switching* do tipo intra-sentencial segmental, também emprega a interlíngua na primeira parte da sua fala, no momento em que, em vez de dizer "je peux le faire", omite a segunda parte do enunciado e, seguindo a regra do português, dá a resposta completa apenas com o verbo.

(105) Em uma aula de francês de nível intermediário, é possível que um diálogo assim ocorra entre alunos brasileiros:

A: Écoute, si tu voulais que je te passe un coup de fil, tu aurais dû me donner de l'argent pour acheter des jetons!

B: C'est quoi ça un jeton?

A: C'est une espèce de pièce qu'on utilise en France.

B: Comme si c'était une fiche pour mettre dans le téléphone?

A: Voilà!

Embora os alunos conversem fluentemente em francês, um deles pede explicação ao outro a respeito de um item lexical não compreendido. Após a explicação vaga, ele demonstra ter captado a idéia e tenta certificar-se em interlíngua, empregando a palavra

fiche e o restante da construção calcada na língua materna de ambos. Tal estratégia é bem sucedida pois o interlocutor dá sinais evidentes de que chegaram à efetiva comunicação.

De acordo com Moita Lopes (1996), o conceito de interlíngua pode ser aplicado à produção geral de um grupo de alunos em sala de aula de língua estrangeira, o que permite que o professor tire conclusões a respeito do processo de aprendizagem dos alunos. O exame da interlíngua do grupo possibilita a análise dos níveis lingüísticos que apresentam áreas mais problemáticas, bem como dos aspectos que precisam ser mais estudados, por exemplo. Dessa forma, consciente da complexidade dos processos que ocorrem durante a aprendizagem de uma língua alvo, o professor pode orientar melhor seu trabalho em direção a um ensino mais eficaz.

Conforme Kramersch (1991), a língua materna convive com a segunda língua de distintas formas na sala de aula: pode ter como função comunicar qualquer mensagem importante por parte do professor ou, por parte dos alunos, pode funcionar como código para reclamações, comentários ou pedidos. Além dessas funções, os alunos podem empregar sua língua materna como forma de contrabalançar a autoridade do professor que lhes impõe um discurso estrangeiro.

Entretanto, quando a comunicação é sentida como uma negociação de sentidos entre os membros do grupo, as deficiências lexicais na segunda língua podem ser compensadas com o uso de empréstimos da primeira, o que constitui uma estratégia de produção necessária ao emprego lingüístico interativo.

O aprendiz de uma segunda língua dispõe de uma competência estratégica ou capacidade de compensar deficiências de cunho lingüístico, sociolingüístico e discursivo. Ao desconhecer regras gramaticais determinadas ou certas convenções sócio-culturais, ou ao não conseguir captar perfeitamente todas as intenções de falante em dado discurso, o sujeito lança mão de estratégias que lhe permitam ter acesso à interação, ainda que de maneira imperfeita.

Tal competência fará possível adaptar os diversos aspectos de sua competência de comunicação às mudanças inesperadas nas relações sociais e interpessoais entre seus

interlocutores. Assim, poderá ter flexibilidade para negociar suas diferentes funções dentro dos grupos em que atuará com a segunda língua.

As estratégias interativas de que dispõe o aprendiz de uma outra língua derivam, segundo Tarone (1983), do esforço mútuo entre dois interlocutores que querem se entender em situações em que as estruturas semânticas necessárias não são compartilhadas. As condições que possibilitam o surgimento dessas estratégias são as seguintes:

- a) o falante deseja comunicar uma significação X ao ouvinte;
- b) o falante acredita que a estrutura lingüística ou sociolingüística necessária para comunicar tal significação não lhe é acessível ou não é compartilhada pelo ouvinte;
- c) o falante decide evitar o problema (não comunicar a significação X) ou tentar comunicar X através de outros meios. O falante deixa de procurar alternativas no momento em que compreende que a significação é compartilhada.

Assim, as alternativas à disposição do falante podem ser as seguintes:

1) paráfrase:

- a) aproximação (“os meninos e as meninas” por “as crianças”)
- b) invenção de neologismos (“ledor” por “leitor”)
- c) circunlocução (“uma pequena cadeira de madeira para descansar as pernas” em vez de “banqueta”)

2) empréstimos:

- a) tradução literal (“lugar do fogo” por “fireplace”)
- b) *code-switching* ou inserção de elementos da língua materna (“há duas **candles** na chaminé”)
- c) adaptação de palavra da língua materna à segunda língua (“hay una **coruja** en el árbol”)
- d) pedido de assistência (“como se diz? como se chama?”)
- e) mímica (bater as mãos para aplaudir)

3) evitação:

O falante evita falar de coisas das quais desconheça as estruturas lingüísticas, ficando em silêncio ou mudando de tópico. Poderá se abster de falar em “poluição” se não conseguir pronunciar o “ão”, por exemplo. Também poderá evitar certas formas gramaticais, empregando formas semelhantes sintáticas (para não usar o Modo Subjuntivo o aprendiz responderá “querem comer” à pergunta “o que os pássaros desejam que a mãe faça?”) e/ou lexicais.

As estratégias descritas acima são comuns a crianças e a adultos em contato com uma segunda língua em ambiente exolíngüe ou em meio endolíngüe, ainda que seu emprego particular varie conforme os indivíduos e os contextos lingüísticos.

Parece legítimo considerar que o emprego da alternância lingüística, longe de representar uma solução de facilidade, enriquece a gama de possibilidades discursivas, além de favorecer o desenvolvimento de interações mais diversificadas e mais complexas, o que reforça a eficácia comunicativa e o potencial de aquisição da segunda língua (Castelloti, 2001).

O espaço bilíngüe dentro da sala de aula de segunda língua vai se formando paulatinamente com um primeiro tipo de alternância: a que acontece em voz mais baixa funcionando com sinal de convivência entre os não-nativos diante de um novo sistema lingüístico.

O recurso à língua materna intervém nas interações de duas maneiras: existem as “alternâncias-trampolim” e as “alternâncias-descanso”. As primeiras são mais eficazes para a progressão da aprendizagem e aparecem marcadas discursivamente por hesitações, pausas e comentários metalingüísticos cujo fim é o de atrair a atenção justamente para a alternância. As segundas são mais eficazes para a progressão da comunicação, têm um caráter mais fluido e estão centradas na construção de sentido.

Tais alternâncias contribuem para a compreensão da segunda língua e para o aparecimento de um falar bilíngüe constituído de um repertório mais rico do ponto de vista

lingüístico. Esse tipo de falar não se compõe nem pela adjunção nem pela superposição das capacidades discursivas múltiplas dos falantes.

A língua materna, sistema interiorizado pelo aprendiz, aparece como um elemento determinante na construção da evolução da interlíngua. Em vez de obstáculo, é fonte primeira e referência para possibilitar a abordagem e o domínio de outras línguas.

Na construção da interlíngua entram, não apenas a língua materna e a língua alvo, mas também as outras línguas que o aprendiz tenha adquirido ou esteja adquirindo simultaneamente. Seu impacto, seu estágio de desenvolvimento, seus aspectos idiossincráticos dependem de variáveis individuais, sociais e didáticas.

Embora as características da interlíngua correspondam às características das línguas naturais (sistematicidade, variabilidade e inteligibilidade), existem, como já foi dito, traços específicos ligados a seu aspecto de rápida evolução (simplificação, permeabilidade, instabilidade, fossilização, regressão).

A interlíngua evolui, portanto, mediante um processo de complexidade progressiva que se apóia sobre uma simplificação e uma reestruturação do sistema interiorizado da primeira.

A evolução da interlíngua depende, assim, de dois fatores principais: do grau de distância entre a língua a ser aprendida e a primeira, e, por outra parte, da experiência lingüística, social e intelectual na área da aprendizagem de línguas. Se a língua primeira constitui um ponto de apoio, é a partir de dados disponíveis da segunda língua que as hipóteses sucessivas serão elaboradas e testadas no confronto com as produções nessa língua, o que permite o avanço no domínio lingüístico.

A interlíngua é, então, um processo eminentemente interativo em cujo seio as línguas em questão mantêm relações de imbricação e de interdependência que contribuem para construir novas competências, testadas e reafirmadas pelo aprendiz no contexto mais ou menos facilitador para a aquisição/aprendizagem.

Para Durán (1994), tanto o *code-switching* como a interlíngua têm como função facilitar o pensamento e a comunicação, o que significa dizer que são comportamentos

lingüísticos que enriquecem o ambiente multilíngüe ao criarem novas idéias, imagens e pontos de vista diferentes daqueles normalmente considerados como aceitáveis e ideais.

3.2 - Reinterpretação do *code-switching* e da interlíngua a partir do princípio da relevância

Através do estipulado pela Teoria da Relevância, tem-se a possibilidade de analisar o modo pelo qual o ouvinte bilíngüe identifica a intenção comunicativa do falante no momento em que este produz um enunciado em interlíngua ou realiza um *code-switching*, seja intra-sentencial, seja intersentencial ou ainda entre enunciados, e interage em um processo comunicativo altamente dependente de inferências.

Tendo em vista o fato de que a teoria em questão pretende ter potencialidade explicativa para dar conta de uma ampla gama de fenômenos ou problemas relacionados à comunicação, tenciono aproximar exemplos apresentados nesse modelo com fenômenos típicos da conversação entre bilíngües que compartilham o mesmo par de línguas: o *code-switching* e a interlíngua.

Considerando-se que tais fenômenos encontram-se presentes em praticamente qualquer conversação levada a cabo por falantes do mesmo par de idiomas, é perfeitamente possível que a alternância ocorra de acordo com os princípios descritos pela Teoria da Relevância e que o falante opte por um ou outro de maneira a tornar a sua informação o mais relevante possível.

Assim, o que permite ao ouvinte fazer inferências a respeito do que foi comunicado é, justamente, aquilo implicado pela súbita troca de língua, pelo abandono da língua de base, pela inserção de unidades ou de segmentos, pela alternância a cada novo turno ou após longos enunciados.

O impacto sofrido ao ouvir os enunciados na outra língua o faz inferir que algo a mais está sendo comunicado. O mero fato de mudar de língua abruptamente, modificando as características formais da conversação, é suficiente para autorizar uma inferência de que algo a mais está sendo comunicado.

3.2.1 – O modelo inferencial na comunicação bilíngüe

Como a comunicação verbal não se organiza apenas com a codificação-decodificação, mas envolve um componente inferencial crucial, o ouvinte precisa lançar mão da inferência para poder ir além do puramente dito.

Primeiramente, a comunicação possui um aspecto meta-representacional: o falante tem uma intenção em relação ao ouvinte: tenta que este a reconheça em seguida, já que o reconhecimento de tal intenção é suficiente para a compreensão. Assim, o ouvinte deve inferir a intenção do falante a partir de certas palavras juntamente com outras informações disponíveis contextualmente.

Em segundo lugar, raramente o enunciado proferido pelo falante contém todos os aspectos de significado. O ouvinte precisa realizar inferências até mesmo para recuperar o conteúdo proposicional do que o falante quis dizer.

Este segundo aspecto é que não é considerado suficientemente nas descrições feitas às conversações travadas em mais de uma língua. Embora seja reconhecido o fato de que existem motivações impelindo o bilíngüe a alternar, não se calcula o modo como o ouvinte infere o que lhe foi transmitido através da mudança de sistema.

Como vimos, a informação pode ser transmitida de duas formas diferentes. Uma maneira é o fornecimento de evidência direta, como no caso em que Maria, pretendendo informar a Pedro sobre o fato de que está com dor de garganta, fala com voz rouca. Isto, entretanto, não pode ser considerado como sendo comunicação porque falta um elemento: a intenção de passar a informação.

Se Maria quiser comunicar a Pedro de que teve dor de garganta no último Natal, precisará fornecer evidência direta de que deseja informar-lhe algo. Poderá fazê-lo dizendo “Tive dor de garganta no último Natal” e, se Pedro acreditar que ela é sincera, o fato de que ela tenha querido dar-lhe informações sobre a dor fornece evidência conclusiva, ainda que indireta sobre o fato. A outra maneira de transmitir informação, portanto, é claramente uma forma de comunicação inferencial durante a qual o ouvinte infere a intenção comunicativa a partir de evidências fornecidas para esse fim específico.

A descrição da comunicação em termos de intenções e de inferências leva em conta o falante que pretende que o ouvinte reconheça sua intenção de informar algo e o ouvinte que tenta reconhecer o que lhe foi informado. A idéia de que a comunicação explora a habilidade humana de atribuir intenções aos outros pode ser confirmada com o exemplo seguinte, diálogo entre dois bilíngües que costumam falar tanto em português como em espanhol entre si:

(106)

Pedro: ¿Querés que te ayude? ¿Necesitás algo?

Maria: Mmm, no.

Pedro: ¿Estás segura? ¿No querés que te dé ideas?

Maria: **Quero trabalhar.**

Para que se compreenda o sentido de (106), deve-se considerar a existência de duas possibilidades interpretativas baseadas no contexto da comunicação: ou Maria quer ajuda ou, pelo contrário, não a deseja. No primeiro caso, ela poderia estar pedindo a Pedro que lhe desse idéias para o trabalho que está fazendo e, no segundo caso, poderia, justamente, estar dizendo a Pedro que não quer sua ajuda.

Tais interpretações não derivam apenas do *output* da decodificação lingüística. As implicaturas são comunicadas pela evidência do fato de que o falante pretendeu fornecê-las.

Uma análise restrita apenas ao nível do que foi propriamente dito não explica a razão pela qual Maria alternou de língua durante a conversação. Assim, é necessário que Pedro realize um processo de raciocínio para conseguir captar o que lhe foi realmente comunicado.

O fato de que haja havido uma alternância lingüística não foi aleatória: se Maria tivesse respondido em espanhol, a resposta teria sido mais branda do que foi na realidade. Assim, seria explicável uma continuação do seguinte tipo:

(107)

Pedro: ¿Querés que te ayude? ¿Necesitás algo?

Maria: Mmm, no.

Pedro: ¿Estás segura? ¿No querés que te dé ideas?

Maria: Quiero trabajar.

Pedro: Pero cualquier cosa llamame, estoy acá.

O emprego do *code-switching* obteve efeito cognitivo relevante e Pedro, tendo compreendido a recusa de Maria, não seguiu tentando:

(108)

Maria: **Quero trabalhar.**

Pedro: **Já entendi, não incomodo mais.**

Wilson & Sperber (1993) reafirmam que a decodificação não é a única fonte de input para a compreensão inferencial. Exemplificam tal afirmação com o caso de Pedro que percebe o sotaque estrangeiro de Maria e, imediatamente, toma uma decisão a respeito do local de onde ela é oriunda: a Escócia.

Tal informação não está codificada no enunciado da pessoa estrangeira, que não precisa estar se referindo a nada que seja específico da Escócia. Contudo, o nativo pode observar o fato e derivar inferências que interagem com as informações lingüisticamente codificadas. Pedro chega à conclusão de que Maria é escocesa, não a partir de informações contidas no que ela disse concretamente, nem tampouco a partir de roupas típicas que ela esteja usando nem do uísque que ela possa estar bebendo.

No caso específico de uma interação entre um nativo e um não-nativo que detenha um nível alto de interlíngua, que se aproxime bastante da língua que não é a sua mas na qual estejam conversando, é possível que se derivem inferências a partir de aspectos não diretamente associados a elementos lingüísticos.

Veja-se o caso seguinte em que um brasileiro com alto nível de espanhol como interlíngua conversa na Argentina com um nativo.

(109)

Não-nativo: ¿Viste lo que pasó ayer acá en Buenos Aires?

Nativo: ¿A qué te estás refiriendo?

Não-nativo: La bolsa de valores cerró en baja.

Nativo: Ay, bueno, chocolate por la noticia.

Não-nativo: ¿Cómo chocolate?

Nativo: No sos argentino, ¿no?

Não-nativo: Soy de Brasil. ¿Cómo te diste cuenta?

Embora o não-nativo não tenha cometido nenhum desvio à norma do espanhol, algo em seu comportamento fez com que o nativo inferisse que ele não pertence à cultura sobre a qual estão tratando. O hiato existente entre o que foi falado e o que foi compreendido só é possível de ser preenchido através de inferências. Se ele não conhece a expressão “chocolate por la noticia” para significar “é como sempre, eu já sabia”, certamente não pode ser oriundo do Rio da Prata.

A interpretação de enunciados, segundo Wilson (1994), não é apenas uma questão de decodificação mas sim um processo falível de formação e de avaliação de hipóteses.

Não há, portanto, nenhuma garantia de que a interpretação que satisfaz a expectativa de relevância do ouvinte seja aquela pretendida pelo falante. Erros na compreensão podem ocorrer, especialmente no caso de falantes que não pertençam à mesma cultura.

3.2.2 – O ambiente cognitivo e a manifestabilidade mútua entre bilíngües

No referente à informação compartilhada envolvida na comunicação, a noção de ambiente cognitivo é introduzida como sendo um conjunto de fatos manifestos para um indivíduo. Ser manifesto significa ser perceptível ou inferível. Assim, como vimos, o

ambiente cognitivo de uma pessoa consiste não apenas nos fatos de que está ciente mas também no conjunto de fatos que é capaz de reconhecer em determinado espaço e lugar.

Fatos e suposições podem ser mais ou menos fortemente manifestos e quando os ambientes cognitivos de várias pessoas se interseccionam formam um ambiente cognitivo que elas compartilham. O ambiente cognitivo compartilhado onde está manifesto que as pessoas o compartilham forma o ambiente cognitivo mútuo. Nesse ambiente cognitivo mútuo, cada suposição manifesta é, então, mutuamente manifesta.

As pessoas fazem representações diferentes sobre a realidade que as cerca. Tais representações, os ambientes cognitivos, são criadas através da adição de novos fatos e suposições que são manifestos para o indivíduo.

Durante o processo da comunicação não se tem certeza absoluta do que é mutuamente manifesto entre falante e ouvinte. Os participantes precisam descobrir as características do ambiente cognitivo uns dos outros. Exemplo disso é o diálogo em (110) levado a cabo por dois bilíngües português /espanhol, sendo que A é brasileiro e B é argentino:

(110)

B: Hoje à noite tem jogo de futebol.

A: Queres que o Brasil ganhe o jogo?

B: **Soy argentino.**

A: Já vi tudo então!

A partir da resposta de B na língua que não estava sendo empregada na conversação, é permitido a A realizar as suposições ou implicaturas seguintes:

- (111) (a) Brasil e Argentina são tradicionais adversários no futebol.
 (b) Ser argentino significa ser adversário do Brasil.
 (c) Argentinos não torcem pelo Brasil.
 (d) B não torcerá pelo Brasil.

Observe-se, por outro lado, o diálogo em (112):

(112)

B: Hoje à noite tem jogo de futebol.

A: Queres que o Brasil ganhe o jogo?

B: Sou argentino.

A: E daí?

Embora sendo possível derivar as mesmas inferências de (111) a partir de (112), se a resposta tivesse sido dita em português, língua de A, já se perceberia algum tipo de relação afetiva que permitiria inferir alguma possibilidade de que viesse a torcer pelo Brasil, país onde mora. Por isso, a reação de A deixa em aberto a questão.

Vê-se que a alternância de língua permitiu inferir mais fortemente que B não torcerá definitivamente pelo Brasil em nenhuma circunstância.

Como a comunicação pretende alterar os ambientes cognitivos de falantes e ouvintes, o contexto necessário para isso é o conjunto de premissas cujo objetivo é o de interpretar enunciados. A noção de implicatura desdobra-se em premissas e conclusões implicadas que não precisam partir do que foi dito.

Seria possível, por exemplo, que B quisesse fazer com que A pensasse que gosta de comer carne por ser argentino. Não é provável, contudo, já que isso não deriva fortemente do enunciado nesse contexto de futebol. Essa suposição não deverá ter sido pretendida por B, o que não a faz mutuamente manifesta para ambos.

Além disso, o caráter indireto da resposta permite que A acesse em sua memória enciclopédica várias informações sobre B, que formariam parte de um cálculo dedutivo para concluir, por exemplo, (113 b) e (113 d), o que não teria ocorrido se ele tivesse dito simplesmente “Não”.

(113) (a) Argentinos são muito patriotas. (premissa implicada)

- (b) B é muito patriota. (conclusão implicada)
- (c) Argentinos gostam de futebol. (premissa implicada)
- (d) B gosta de futebol. (conclusão implicada)

Assim, nos moldes de Silveira & Feltes (1997), conclui-se que existem três tipos de suposições, a saber:

- (a) as fortemente implicadas, claramente pretendidas por B e necessariamente recuperadas por A, como em (111 a-d);
- (b) as fracamente implicadas, menos pretendidas por B, muito mais da responsabilidade de A em acessá-las como em (113 a-d);
- (c) e as não comunicadas através do enunciado por não serem mutuamente manifestas para A e para B, como no caso de gostar de comer carne.

3.3.3- A comunicação ostensivo-inferencial em mais de um sistema lingüístico

Vimos que a intenção comunicativa do falante consiste na intenção de modificar diretamente não os pensamentos mas o ambiente cognitivo do ouvinte. A mera transmissão de informação pode alterar o ambiente cognitivo, mas a verdadeira comunicação acontece em um ambiente cognitivo mútuo para o falante e o ouvinte.

Produzir uma modificação no ambiente mútuo de duas pessoas significa modificar suas possibilidades de interação e de futura comunicação. Contudo, a comunicação ostensivo-inferencial pode, incidentalmente, não ser intencional.

Enquanto um enunciado está sendo proferido, várias suposições estão sendo tornadas manifestas. O ouvinte tem a expectativa de que algumas possam ser relevantes para ele. Nem todas, no entanto, são comunicadas ostensivamente.

Nos exemplos seguintes, veremos possibilidades de transmissão de informação durante uma conversa de Maria com Pedro.

(a) Maria fala com Pedro: algo em sua voz ou no seu jeito autoriza-o a pensar que ela está triste. Enquanto ela fala, ele se pergunta que razões ela tem para sua tristeza. Maria

não pretendia isso; justamente queria fingir estar alegre. Ela não tem nem a intenção informativa nem a intenção comunicativa. Trata-se da transmissão acidental de informação.

(b) Maria fala tristemente com Pedro tentando fazer com que ele acredite que ela está escondendo a dor. Ela tenta informar sua tristeza, embora deseje que essa intenção informativa ocorra sem ser reconhecida. Trata-se de um caso de comunicação encoberta.

(c) Maria fala tristemente com Pedro tentando fazer com que ele perceba a tristeza, mas acredite que ela tenta fazê-lo perceber que está triste apesar de pretender esconder dele tal intenção. Ela pretende informar sua tristeza, querendo que sua intenção informativa seja reconhecida, ainda que não mutuamente manifesta. Trata-se, mais uma vez, de um tipo de comunicação encoberta.

(d) Maria fala tristemente com Pedro. Tenta informá-lo de sua tristeza e pretende que sua intenção informativa não seja apenas reconhecida, mas que se torne mutuamente manifesta. Ela possui, assim, ambas as intenções, a informativa e a comunicativa. Trata-se da comunicação ostensiva.

Pedro prestará atenção a qualquer aspecto do comportamento de Maria que lhe parecer relevante. Às vezes, para explicar seu comportamento, ele atribuirá a ela uma intenção informativa.

Quando Maria fala tristemente com Pedro, tentando comunicar seu estado de ânimo, seu conhecimento lingüístico não o auxilia a reconhecer a intenção informativa dela. Ela lhe comunica a tristeza mas não o faz lingüisticamente.

Para que uma suposição seja comunicada lingüisticamente, as propriedades lingüísticas do enunciado devem ajudar na sua recuperação. Neste exemplo, elas não o fazem, o que não significa dizer que pistas tais como o tom de voz ou a maneira de falar não desempenhem nenhum papel na comunicação lingüística.

Observe-se o diálogo em (114):

(114 a) Pedro: Podes me ajudar?

(114 b) Maria: (tristemente) Não posso.

Suponha-se que, ao dizer (114 b), Maria pretenda que Pedro não apenas veja que ela está triste, mas que também se pergunte a razão e conclua (115):

(115) Maria está triste porque não pode ajudar Pedro.

Existem explicaturas de nível mais alto que são caracterizadas com o acréscimo, por exemplo, da atitude do falante em relação ao ouvinte no momento de pronunciar o enunciado. Se Maria responder tristemente a Pedro que não pode ajudá-lo, será possível estabelecer uma explicatura (a) e diversas explicaturas de nível mais alto (b-d) expressas pela mesma resposta.

Suponha-se, assim, que Maria não apenas pretenda informar Pedro de (114), mas sim comunicar isso ostensivamente. Assim, (115) seria uma explicatura de (114 b):

Um enunciado tem várias explicaturas. O de Maria em (114 b) pode incluir os de (116):

(116 a) Maria não pode ajudar Pedro a encontrar um emprego.

(116 b) Maria diz que não pode ajudar Pedro a encontrar um emprego.

(116 c) Maria acredita que não pode ajudar Pedro a encontrar um emprego.

(116 d) Maria lamenta não poder ajudar Pedro a encontrar um emprego.

O que distingue a comunicação ostensiva de outras formas de transmissão de informação não-intencional é o fato de o ouvinte atuar no reconhecimento da intenção informativa do falante. Isso cria a presunção de relevância, o que significa que, de todas as hipóteses acessíveis sobre a intenção informativa do falante, o ouvinte aceitará a primeira que seja consistente com o princípio da relevância. Tendo reconhecido a intenção

informativa do falante, o ouvinte estará autorizado a tratá-la não apenas como manifesta mas como mutuamente manifesta.

Em (117) Pedro e Maria, bilíngües, discutem em português até o momento em que ocorre a alternância para o espanhol. Maria, primeiramente triste, passa a estar furiosa após a insistência de Pedro:

(117)

Pedro: Podes me ajudar?

Maria: (tristemente) Não posso.

Pedro: Por quê?

Maria: (tristemente) Já te disse que não posso, não me perguntes mais nada.

Pedro: Mas preciso entender!

Maria: (tristemente) Não posso!

Pedro: [¿No me podés decir por qué no?]

Maria: (furiosamente) ¡No seas desagradable! ¿Conocés muy bien mis razones!

Acatar a alternância de língua demonstra que Maria não parará na primeira interpretação, que seria a de responder literalmente o porquê. Seguirá interpretando até atingir o ponto relevante: se Pedro alternou de língua e de tom de voz, deve ter sido para significar algo mais, o escárnio. Nota-se que Maria acata a alternância mas responde furiosamente, o que significa que entendeu que Pedro quis lhe comunicar o descaso. Supondo-se um contexto em que Maria tenha um namorado argentino para quem pretende conseguir um cargo, fato mutuamente manifesto para os falantes, fica mais fácil interpretar a alternância de Pedro.

O fato contrário, o de não acatar a alternância do interlocutor, pode também ser relevante em si mesmo. Imagine-se um caso em que alguns dos falantes mudem de língua durante a conversação enquanto outro, sabidamente bilíngüe, permaneça sempre com a mesma língua.

(118)

A: Estou precisando de um professor de espanhol.

B: É mesmo? Vais contratar outro para trabalhar contigo?

A: Preciso de alguém que me ajude dando aulas.

B: Que coincidência! Nosso amigo aqui certamente serve para o cargo.

C: Que beleza! **¿Te parece que me podría presentar yo?**

B: **Claro, presentate vos, ¿por qué no? ¡Seguro que te contrata!**

A: A entrevista vai ser na segunda-feira que vem.

C: **¡Qué suerte!**

B: **¡Preparate para empezar a dar clases a partir de la semana que viene!**

A: Além da entrevista, haverá uma prova escrita.

C: **Perfecto. ¿A qué hora?**

A: Às nove da manhã.

B: Que antipatia!

Ainda que o falante A costume também usar o *code-switching* com relativa frequência quando fala com B, também falante de português e de espanhol, não deixa de falar em português nem por um momento durante esta conversação em particular. A motivação para que C tenha alternado de código lingüístico é o assunto no qual começa a se engajar, o de professor de espanhol. B infere corretamente que C está se oferecendo para o cargo para o qual precisa demonstrar competência, motivo que o impele a mostrar que fala bem a língua que pretende ensinar.

Assim, tanto B como C poderão inferir que uma razão forte impediu A de passar a falar a língua que todos dominam e da qual estavam tratando indiretamente. É possível que A não tenha querido fazer crer a C que lhe daria o emprego sem antes entrevistá-lo ou é também possível que tenha querido ser suficientemente seco para que C pressinta que não obterá o emprego.

Pinker (1994) constrói um exemplo no mesmo sentido quando cita Grice e Sperber afirmando que o falante sempre comunica algo ao ouvinte com a garantia de que a

informação será relevante. Assim, tal informação deverá ser nova e estar suficientemente conectada ao que o ouvinte estiver pensando para que ele possa derivar novas conclusões com pouco esforço de processamento.

O clássico exemplo que Pinker cita é o da carta de recomendação em que o comunicador opta por eliminar o conteúdo literal do que está dizendo de forma deliberada, com o objetivo de obrigar o leitor a fazer inferências para restaurar a relevância do que foi comunicado.

Um colega recomenda outro a um terceiro sem descrever nenhuma característica que realmente interessaria para o preenchimento de um cargo vago. Embora não haja afirmações negativas a respeito da pessoa que postula o emprego, o leitor fica autorizado a inferir que não deve dar-lhe o cargo.

O leitor tem a suposição tácita de que o ato comunicativo como um todo é relevante, ainda que o conteúdo da carta não o seja, o que lhe permite inferir uma premissa que, juntamente com essa carta, faz o ato ser relevante: o comunicador, apesar de gentil com o postulante, não tem nenhuma informação positiva relevante para dar sobre ele.

Na conversação entre bilíngües o mesmo fenômeno pode ocorrer, como foi visto em (118). A relevância do que se quer comunicar reside justamente em não alternar de língua durante uma interação que, normalmente, deveria ocorrer em mais de um sistema. Esse fato é o que permite que B considere a atitude de A como sendo antipática.

Para obter o mesmo efeito alternando para o espanhol, A deveria explicitar a dúvida quanto à futura contratação de C, o que não quis fazer de modo direto.

Veja-se como poderia ter sido o diálogo:

(119)

A: Preciso de alguém que me ajude dando aulas.

B: Que coincidência! Nosso amigo aqui certamente serve para o cargo.

C: Que beleza! **¿Te parece que me podría presentar yo?**

B: **Claro, presentate vos, ¿por qué no? ¡Seguro que te contrata!**

A: **Pero habrá una entrevista el lunes.**

C: ¡Qué suerte!

B: ¡Preparate para empezar a dar clases a partir de la semana que viene!

A: Pero aparte habrá prueba escrita.

C: Perfecto. ¿A qué hora?

A: A las nueve. Habrá también otros candidatos.

Tendo acatado a alternância de idioma, A precisa lançar mão de outros recursos para comunicar o mesmo que em (118). Precisa acrescentar o “mas” em duas oportunidades distintas: quando diz claramente que não é certo que C será contratado porque haverá entrevista e quando precisa repetir esta idéia dizendo que haverá também prova escrita.

Além disso, afirma de maneira explícita, na última réplica, que C deverá concorrer com outras pessoas interessadas no emprego.

3.3.4 – A inferência e a conversação bilíngüe

Como foi visto, a operação básica do dispositivo dedutivo, de acordo com a abordagem de Sperber & Wilson, é a seguinte: suposições (representações conceituais estruturadas) que se formam com base na percepção, na decodificação linguística, a partir da memória enciclopédica ou como resultado de deduções anteriores são usadas como premissas na dedução de novas suposições. Tal dispositivo contém apenas regras de eliminação e não contém regras de introdução, significando que somente opera com o que foi dado sem poder introduzir proposições desconectadas, o que alguns sistemas lógicos podem fazer.

O dispositivo atua sobre as suposições que lhe são apresentadas organizando um arquivo na memória mediante a leitura de cada uma, através do acesso às entradas lógicas de cada conceito que forma cada suposição, mediante a aplicação de alguma regra dedutiva cuja descrição estrutural seja satisfeita por tal suposição, e, por último, através da fixação da suposição resultante na memória sob a forma de uma tese derivada.

O objetivo desse processo dedutivo é melhorar a representação de mundo do indivíduo, por isso, se o *output* do dispositivo for uma tese que repita algo já conhecido, não haverá conseqüências, nenhum efeito contextual. Se, por outro lado, a tese derivada for completamente desconectada de algo já assumido, tampouco haverá efeitos contextuais. Mas, se uma nova informação relevante for derivada, e acrescentar ou fortalecer as suposições existentes, ou se contradisser alguma suposição prévia, haverá efeitos contextuais úteis.

O processo inferencial não-demonstrativo, que parte de suposições e chega a suposições, portanto, ocorre de forma automática e inconscientemente durante a compreensão.

A Teoria da Relevância pode contribuir para analisar interações entre pessoas não-nativas com nativas de uma determinada língua durante sua interação. O fato de não compartilharem o mesmo contexto pode levar tais falantes a falharem na comunicação e a derivarem informações incorretas e não pretendidas.

Foster-Cohen (2000) sugere que o dispositivo dedutivo desempenha um papel na expansão do conhecimento declarativo na aquisição e emprego de uma segunda língua. Na sua opinião, o conhecimento transferido da língua materna pode ser empregado como premissa em uma dedução para a outra língua.

Todo aprendiz coloca-se diante do dispositivo de dedução e, de acordo com seu estilo, com a situação de aprendizado, com a situação de uso, poderá empregá-lo para melhorar sua representação da língua conforme forem seu conhecimento anterior, sua predileção e a natureza do *input*.

Em (120) pode-se ver o caso de um argentino aprendendo português já em nível avançado que, diante do pronome “tos”, nunca antes lido nem ouvido, infere seu significado a partir de sua língua.

(120)

Aluno: O que significa esta palavra aqui no conto de fadas?

Professor: Que palavra? Ah, sim, pensa um pouco.

Aluno: Hum... “eu tos dou se não me enfeitiçares”

Professor: É como em espanhol corrente.

Aluno: Eu **te los** dou? Eu os dou para ti?

Professor: Exatamente.

Na inferência não-demonstrativa a verdade das premissas garante meramente a provável verdade das conclusões. Por isso, na comunicação inferencial, a evidência fornecida pelo falante nunca constitui uma prova de sua intenção informativa.

Cada suposição resultante desse tipo de inferência tem duas representações. A primeira é a representação do estado de coisas, (121 a) abaixo, e a segunda é a representação da probabilidade ou valor de confirmação da primeira representação, (121 b):

(121) (a) Em português existem pronomes compostos.

(b) O valor de confirmação de (a) é 0,95.

Chega-se a tais representações da seguinte forma: a primeira é o *output* de um processo não-lógico de formação de suposições. A segunda é o *output* de um processo de computação lógica que tem como *input* a suposição a ser confirmada e também a evidência disponível.

A suposição consiste numa representação simples com (121 a). A força inicial de uma suposição depende da maneira como ela é adquirida: suposições baseadas em claras evidências perceptuais tendem a ser mais fortes; as que se baseiam na aceitação da palavra de alguém variam sua força conforme a confiança que se tenha no falante; a força das suposições a que se chega pela dedução depende da força das premissas de onde derivam.

Assim, a força de uma suposição aumenta cada vez que ajuda a processar nova informação e diminui cada vez que dificulta tal processamento.

No referente ao processo inferencial descrito por Sperber & Wilson, pode-se afirmar que aprendizes de uma segunda língua passam a acreditar em certos fatos a respeito da língua alvo baseados em diversos tipos de informação oriunda do professor, do colega, do

nativo. A fixação da crença sobre tais fatos lingüísticos é afetada pela confiança nessa suposição, o que, por sua vez, afeta quaisquer novas suposições derivadas a partir da primeira suposição ou premissa.

Em (122) o mesmo aluno fica céptico em relação ao que seu professor lhe diz:

(122)

Aluno: No conto aparece mais adiante a frase “Se tu ma entregares, eu te farei rei”.

Professor: Certo.

Aluno: Imagino então que “ma” queira dizer **me la?** Mas tu tinhas dito que em português isso não existe.

Professor: É verdade, atualmente no português brasileiro os compostos estão em desuso.

Um aprendiz cuja interlíngua não contenha ainda alguns dos itens lexicais que deveriam ser decodificados em um dado enunciado ou cuja análise sintática não seja a de um nativo, poderá compreender uma forma lógica vaga ou incompleta. Normalmente, os aprendizes recentes - bilíngües incipientes - preferem processar itens lexicais – palavras de conteúdo – ao invés de itens funcionais, a não ser que o custo de processamento seja baixo o suficiente para lhes prestarem atenção.

Em (123) vemos o caso de um brasileiro falante de francês como interlíngua que, desconhecendo a expressão “en vouloir à quelqu’un” (querer mal a alguém), prende-se ao sentido do verbo “vouloir” (querer) e entende o enunciado exatamente ao contrário.

(123)

Professor: Pendant la guerre les soldats français en voulaient aux soldats allemands.

Aluno: Comment ? *Ils aimaient?*

Professor: Non, ils les haï ssaient justement! En vouloir signifie haï r, détester quelqu’un.

No diálogo acima, o aprendiz, que fala em interlíngua, além de não ter entendido a frase do professor, emite uma forma incompleta, já que a correta seria “Ils les aimaient”. O professor compreende o sentido, embora não haja pronome de objeto direto na frase, e esclarece o significado da expressão problemática para o brasileiro.

É provável que os aprendizes necessitem de mais esforço de processamento do que os nativos, mas se orientam pela expectativa de obtenção de maiores efeitos contextuais. Assim, a informação redundante, como a repetição, pode ser altamente relevante porque promove uma maior compreensão dos enunciados na língua alvo.

A informação lingüística pode fazer parte do contexto e pode ser trazida ao processo de compreensão quando for preciso ou possível. No caso dos aprendizes, a detecção de certas formas como necessárias à sua aquisição de *input* lingüístico guia-se pela relevância.

Em (124) acontece um diálogo entre os mesmos sujeitos: o professor e o aluno que fala francês como interlíngua. Diante de uma forma lingüística idêntica à que adquiriu anteriormente, mas que apresenta formato diferente na interpretação, sente-se confuso.

(124)

Professor: Si vous avez faim voilà des chocolats. Vous en voulez? Prenez-en!

Aluno: Mais comment? *Je veux ou je ne veux pas?*

Professor: Tu te confonds à cause de “en vouloir”?

Aluno: **Ficou complicado, esse “en” é importante mas eu não entendi ainda.**

Como o professor é bilíngüe, consegue compreender a confusão do aluno e inferir que ele não entendeu se o pronome “en” tem carga positiva ou negativa na primeira frase que ouviu. A partir da pergunta em interlíngua, percebe que não esclareceu suficientemente os usos de “en”, inexistente em português, e que, portanto, é plausível que haja confusão com a expressão que apresentou antes.

Tal como no nível das explicaturas, a habilidade dos não-nativos para derivar implicaturas depende do contexto cognitivo que acessam em primeiro lugar ou do contexto que conseguem acessar, ainda que com maior esforço. Sendo o contexto cognitivo algo

construído através da experiência com a linguagem e com a(s) cultura(s) onde é empregada, é possível que um falante não-nativo faça suposições diferentes e derive conclusões diversas das do nativo, mesmo que a explicatura seja idêntica para ambos.

Explicam-se, desse modo, as ocasiões em que um não-nativo faz erradamente a suposição de que uma certa proposição não está manifesta para o nativo quando, pelo contrário, está totalmente manifesta. A expressão redundante e, por isso mesmo, irrelevante, será resultado de tal equívoco. Normalmente, entretanto, os nativos compreendem que os enunciados aparentemente irrelevantes devem-se a suposições equivocadas dos não-nativos, por quem, em geral, têm tolerância, especialmente em situação artificial, como a sala de aula.

No exemplo (125) o aluno argentino, falante de português como interlíngua, supõe que o professor brasileiro não terá entendido seu primeiro enunciado e o repete sob outra forma lingüística sem saber que são equivalentes. Como sabe que na sua língua materna não existe o infinitivo flexionado, supõe, erradamente, que pode empregar apenas tal forma em português. Por desconsiderar a possibilidade de substituí-lo pelo presente do Subjuntivo, acredita que o professor não o tenha compreendido devido ao mau uso desse tempo verbal.

(125)

Aluno: Para que eu faça o trabalho preciso que eles se vão daqui.

Professor: Como?

Aluno: Para eu fazer o trabalho preciso que eles se vão daqui.

Professor: Sim, eu tinha entendido mas é que se diz “que eles vão embora daqui”.

Observa-se, então, que a pragmática da compreensão ente nativos e não-nativos apenas difere no referente à forma lógica gerada (no caso em que o falante de interlíngua ainda não tenha condições de gerar a mesma forma lógica do nativo) e ao contexto cognitivo (suposições contextuais) que surge durante a derivação de explicaturas e implicaturas.

Em (126) é possível ver que, no espanhol como interlíngua de A, *pipa* é produzida com o seu significado português. Contudo, em espanhol, “pipa” significa cachimbo. Como A é criança, fala de presentes, e B é seu professor de espanhol falante também de português, ele infere que A não está se referindo a cachimbos mas a pipas, pandorgas.

(126)

B: ¿Qué te gustaría que te regalaran?

A: ¿Sabés que me encantan las... cómo se dice... *pipas*?

B: Los barriletes, querrás decir.

A: Los barriletes, sí. Con las pipas uno fuma, ¿no?

A criança, que está aprendendo espanhol, levanta uma hipótese de uso e procura confirmá-la ou negá-la a partir da informação lingüística que tem à sua disposição. Dessa forma, apresenta dúvida sobre a melhor forma de dizer “pandorga” mas supõe que a palavra provável seja semelhante à forma em português.

Para Marcuschi (1991), é comum que a correção lingüística esteja acompanhada de expressões que representem uma incerteza na identificação correta da perturbação comunicativa. Assim, “querrás decir”, que significa “deves estar querendo dizer”, funciona como uma checagem da interpretação.

Para ter chegado a compreender o que a criança pretendeu dizer ao errar e produzir “pipas”, o professor precisou realizar um cálculo dedutivo do seguinte tipo:

(127)

(a) O enunciado em espanhol não tem sentido.

(b) O falante é uma criança.

(c) “Pipas” em espanhol são “cachimbos” em português.

(d) Crianças não fumam.

(e) Ele não deve estar querendo dizer “cachimbos”, deve estar querendo dizer algo apropriado à sua idade.

- (f) Em português “pipa” é um brinquedo.
- (g) Brinquedos são presentes que as crianças apreciam.

A conclusão, portanto, é a seguinte:

- (h) Ele deve estar querendo dizer “pipa”, “pandorga” apoiado em sua língua materna.

A habilidade dedutiva ocorre a partir de um conjunto de suposições e deriva sistematicamente uma suposição como conclusão. No caso acima, o ouvinte B precisou lançar mão das entradas lógica, enciclopédica e lexical do conceito necessário para atingir a interpretação correta do enunciado do falante, que diz respeito a presentes interessantes para crianças.

3.3.5 – A relevância na alternância de línguas

Existem três tipos de alterações de crenças ou efeitos contextuais que o processamento da informação em um contexto pode fornecer: a derivação de suposições novas como implicações contextuais, o fortalecimento de suposições antigas, e a eliminação de antigas suposições em favor de novas suposições mais fortes que as contradigam.

O efeito contextual em que a informação nova *P* inscreve-se no contexto de suposições *C* (informações antigas) pode ser ilustrado com o diálogo já descrito (106):

(106)

Pedro: ¿Querés que te ayude? ¿Necesitás algo?

Maria: Mmm, no.

Pedro: ¿Estás segura? ¿No querés que te dé ideas?

Maria: **Quero trabalhar.**

Seguindo a análise de Silveira & Feltes (1997), as suposições (S) candidatas à interpretação do enunciado de Maria seriam:

(128) Caso 1:

S1: Maria tem um prazo para entregar um trabalho.

S2: Pedro conhece informações úteis para esse trabalho.

S3: Maria pode precisar dessas informações.

S4: Maria não responde na mesma língua de Pedro.

S1, S2, S3 e S4 constituem o conjunto C de suposições, o enunciado em português de Maria é a suposição P que, contextualizada em C , deriva a implicação contextual I :

(129) I: Maria não quer ajuda.

Se não houver *code-switching*, o diálogo será como o seguinte:

(107)

Pedro: ¿Querés que te ayude? ¿Necesitás algo?

Maria: Mmm, no.

Pedro: ¿Estás segura? ¿No querés que te dé ideas?

Maria: Quiero trabajar.

(130) Caso 2:

S1': Maria tem um prazo para entregar um trabalho.

S2': Pedro conhece informações úteis para esse trabalho.

S3': Maria pode precisar dessas informações.

S4': Maria responde na mesma língua de Pedro.

Nesse caso, a contextualização de P em C deriva:

(131) I: Maria quer ajuda.

A informação processada através do dispositivo dedutivo, tanto a nova que deriva de sistemas de *input*, como a antiga que deriva da memória, chega na forma de suposições de força variável, já que as conclusões herdam a força das premissas.

As fontes da força das suposições podem ser ilustradas com o diálogo (106) juntamente com o caso 1.

Seria possível que Pedro tivesse percebido visualmente uma expressão de impaciência em Maria, evidência sensorial que fortaleceria a conclusão implicada (129) “Maria não quer ajuda”.

Se, além disso, ela tivesse enunciado algo como “Preciso de paz”, teria fornecido um *input* lingüístico que, decodificado, fortaleceria a mesma suposição implicada.

Pedro poderia também ter fortalecido tal suposição através da ativação de conhecimentos enciclopédicos sobre Maria relativamente à sua disposição habitual a receber ajuda enquanto trabalha, por exemplo.

Como última fonte de fortalecimento, aparece o processo dedutivo exemplificado com o seguinte procedimento:

(a) ativação de suposições armazenadas na memória de Pedro:

S5: Maria precisa entregar o trabalho na manhã seguinte.

S6: O trabalho é muito complicado.

S7: Ela supõe ter todas as informações de que precisa.

(b) derivação de uma suposição a partir de S5, S6 e S7:

I: Maria conseguirá terminar sozinha o trabalho.

A implicação I, então, fortalece a suposição “Maria não quer ajuda”.

O efeito contextual de eliminação da suposição mais fraca aconteceria no caso de que Maria, embora tendo inclusive alternado de língua para deixar clara sua recusa, demonstrasse que aceitaria a ajuda de Pedro, perguntando-lhe, por exemplo, algo que seria útil ao seu trabalho.

(132)

Pedro: ¿Querés que te ayude? ¿Necesitás algo?

Maria: Mmm, no.

Pedro: ¿Estás segura? ¿No querés que te dé ideas?

Maria: **Quero trabalhar.**

Pedro: **Já entendi, não incomodo mais.**

Maria: ¿Me podrías explicar esto que está escrito acá?

Note-se que ela volta a falar espanhol, língua empregada por Pedro e rejeitada por ela no momento de impaciência. Assim, ocorre a eliminação da suposição inicial por conta, tanto da pergunta, como do novo *code-switching* de Maria.

O contexto cognitivo relaciona-se à pessoa, sendo o resultado da experiência de uma vida toda processando estímulos de vários tipos. A habilidade de um não-nativo para interpretar um enunciado expresso por um nativo será afetada pela organização de sua memória e pela quantidade de esforço que for necessário para realizar o processamento.

A atividade mental na qual o falante está engajado também limita o tipo de contextos potenciais a partir dos quais o contexto atual pode ser escolhido em dado momento. Assim, quando um não-nativo interage com um nativo, é possível que não seja capaz de dizer se o enunciado do nativo - altamente parecido ao que acaba de produzir - serve como apoio e confirmação ou, contrariamente, como correção.

É possível que o nativo sinta que, ao corrigir o não-nativo, possa estar tratando-o como um inferior, o que o leva a evitar corrigi-lo.

A maioria dos falantes nativos talvez não pretenda firmemente corrigir os enunciados incorretos dos não-nativos: muitas vezes apresentam a forma correta sem querer

insistir sobre ela e deixam a cargo do não-nativo a possibilidade de integrá-la ou não ao seu discurso. Este é um caso em que o não-nativo deve decidir, conforme for sua interpretação, se integra a forma correta ao seu discurso ou se a abandona.

Em (133) vemos o caso do não-nativo que incorpora a forma correta sem se referir à interlíngua que empregou e que foi corrigida sutilmente.

(133)

Não-nativo: Voilà une table de fromages!

Nativo: On commande ça alors ? J'aime bien ce type de plateau! Et toi ?

Não-nativo: Moi aussi, j'adore ces plateaux!

Tendo sido exposto à interlíngua do não-nativo, o ouvinte bilíngüe realiza a inferência do que seja “table”, em francês “mesa” ou “tabela”, auxiliado pelo conhecimento do português, língua em que se diz “tábua de queijos”.

Por outro lado, em (134), o não-nativo obriga-se a esclarecer o motivo da confusão, pois houve uma clara correção por parte do falante nativo de francês.

(134)

Não-nativo: Voilà une table de fromages!

Nativo: Un plateau, tu veux dire!

Não-nativo: Oui, une table c'est à cause du portugais, **tu sabes, tábua de queijos!**

A confusão a respeito da relevância de um enunciado como sendo *input* para a aquisição da forma correta ou como sendo pleno de significado advém do fato de que os enunciados chamam múltiplos contextos.

De acordo com Sperber & Wilson, a escolha de um contexto para os processos inferenciais em geral, e para a compreensão em particular, é determinada em parte pelos conteúdos da memória do dispositivo dedutivo (por exemplo, o que acabou de ser deduzido a partir do ato de compreensão anterior), dos da memória de curto prazo e dos da memória

enciclopédica, assim como pela informação que pode ser imediatamente captada pelo ambiente físico. Tais fatores não determinam um contexto simples, mas uma variedade de contextos possíveis cuja seleção ocorrerá na busca da relevância.

Foster-Cohen (2000) afirma que certos contextos conduzem mais do que outros a uma focalização na forma (salas de aula contrapostas ao mundo real) e, dentro de tais contextos, certas experiências e certos interlocutores, certos gestos e alguns tipos de comunicação não-verbal auxiliam o aprendiz não-nativo a selecionar um contexto de interpretação baseado na forma, o que estaria orientado pela relevância. Contudo, tal busca pela relevância não difere muito daquela levada a cabo pelos nativos quando selecionam contextos. Fazer seleções diferenciadas não implica utilizar dispositivos dedutivos diferentes dos nativos nem tampouco escolher contextos completamente diversos.

Levando em conta a segunda cláusula da presunção de relevância ótima, onde se faz referência às habilidades e preferências do falante, é possível concluir que as habilidades de um não-nativo podem se referir tanto às de tipo lingüístico, como às de tipo pragmático.

No último tipo inclui-se a capacidade de julgar corretamente as informações que o interlocutor já tem (pois dependerá do conhecimento anterior que poderá ser ou não ser compartilhado). Do mesmo modo, as preferências podem referir-se às atitudes culturais de dar e receber informação, aos níveis de fala mais ou menos direta, à velocidade nas conversações, entre outros fatores.

Em (135) uma criança bilíngüe, dominante em português por ter tido menos tempo de exposição ao espanhol, mantém o seguinte diálogo com um falante também bilíngüe nesse mesmo par de idiomas:

(135)

A: Este cuchillo no tiene *hilo*.

B: Igual quiero que tomes cuidado. Se dice filo.

Vê-se que B interpreta imediatamente o que A quer dizer: que a faca não tem fio, que em espanhol se diz “fio”. Embora “hilo” em espanhol signifique “fio de linha”, A compreende visivelmente, já que recomenda cuidado à criança.

Em português emprega-se a mesma palavra tanto para o “fio de linha”, “hilo” em espanhol, quanto para o “fio da faca”, “fio” em espanhol. Como A não detém essa informação, generaliza a palavra calcando-se na experiência do português, o que o faz ser compreendido apenas porque seu ouvinte também conhece essa língua.

Com exceção dos casos específicos de *code-switching* motivados pela falta de disponibilidade de um termo da língua de base na memória permanente ou, como no caso de (135), pelo claro desconhecimento do mesmo¹¹, os outros tipos de alternância de línguas durante a conversação podem alcançar relevância ótima ao produzirem um número máximo de efeitos contextuais no ambiente cognitivo do ouvinte pelo fato de serem claramente intencionais.

Para Blakemore (1987), no diálogo seguinte, embora o enunciado de A forneça um contexto acessível imediatamente para interpretar a fala de B, não fica claro onde reside exatamente a relevância da resposta de B.

(136)

A: Susan não virá hoje.

B: Tom está na cidade.

Poderia tratar-se da explicação para a ausência de Susan, poderia ser uma evidência do que foi afirmado por A, poderia ser relevante como especificação do que A diz, poderia ser uma tentativa de considerar a fala de A como sendo irrelevante, poderia ser algum tipo de contraste ao fato de que Susan não virá.

¹¹ A indisponibilidade na memória e o puro desconhecimento de um termo são considerados como “tração linguística” pelo falante equilíngüe por evidenciarem falha no seu estereótipo de domínio equilibrado dos dois idiomas (Mozzillo de Moura, 1997).

Na conversação real, a conexão entre as falas de A e de B não teria sido deixada sem especificação, e B teria deixado clara sua intenção tanto através da entonação como com a ajuda de conectores discursivos do tipo “como sabes, então, entretanto”.

No entanto, através do *code-switching* é perfeitamente possível omitir tais conectores pois a própria alternância já constitui mais um elemento para clarear a intenção do falante. Em (137) pode-se observar tal fenômeno.

(137)

A: Susan não virá hoje.

B: **Tom está en la ciudad.**

A: **Claro.**

Suponha-se um contexto em que Tom seja o namorado argentino de Susan, fato mutuamente manifesto para ambos os falantes. A simples alternância de língua já constitui explicação suficiente para a ausência de Susan.

Se os bilíngües descritos transitam entre as línguas livremente e não por ignorância de certos elementos lingüístico-pragmáticos, o próprio fato de passar ao espanhol pode expressar um significado claramente determinável para eles, não sendo, assim, necessário acrescentar conectores. Através da resposta, vemos que A demonstra ter captado o significado do enunciado de B em espanhol.

Durante a conversação bilíngüe, o ouvinte apreende os significados pretendidos pelo falante ao realizar a alternância de idiomas porque considera que a informação tem a pretensão da máxima relevância. Imagina que a informação seja relevante e realiza as inferências adequadas normalmente sem demasiado esforço de processamento justamente por ter a presunção de que os efeitos contextuais alcançados são os pretendidos pelo falante bilíngüe, que se comunica com ele utilizando o *code-switching* ou a interlíngua como elemento importante.

Considerando-se a segunda cláusula da presunção de relevância ótima, onde se faz referência às habilidades e preferências do falante, é possível interpretar Auer (1984)

quando este afirma que cada falante bilíngüe que emprega o *code-switching* demonstra uma competência - ainda que mínima - na outra língua. Ao expor seu bilingüismo, parece expor também sua preferência pessoal de falante. Parece óbvio que a preferência por uma das línguas fará com que o falante alterne mais facilmente para esse idioma, mesmo que a língua de base seja a preferida pelo ouvinte.

Em (138), B alterna para o português respeitando a escolha de A. Entretanto, seria possível um diálogo em que B não se entusiasmasse com o tópico e continuasse a falar em espanhol, sua língua preferida.

(138)

A: ¿A qué hora te parece que llegan los chicos?

B: No sé, supongo que a eso de las siete. ¿Por qué?

A: Tendría que haberles preparado la torta.

B: ¿Y no te alcanza el tiempo ahora para preparársela?

A: Creo que no, tendría que haber empezado más temprano.

B: Mmm...

A: **Será que amanhã vão fazer a gincana no colégio?**

B: No te escucho.

A: **Será que vai ter festa no colégio amanhã?**

B: Espero que no, parece que va a llover.

O ouvinte bilíngüe pode se resistir a empregar o *code-switching* como uma estratégia de descontinuidade: ao não cooperar com o falante, demonstra seu desinteresse, seu descontentamento com a mudança de tópico, sua intenção de não seguir a conversa. Há casos em que ocorre uma seqüência de negociação lingüística durante a qual cada participante emprega uma só língua consistentemente de forma a tentar persuadir o outro a alternar. Normalmente, um dos falantes cede e emprega a língua do outro, o que contribui para diminuir a tensão entre eles.

Em (139) ambos os falantes são bilíngües espanhol /português. No entanto, cada um está sendo consistente, falando apenas em uma língua durante a conversação. Finalmente, B consegue persuadir A a ouvi-lo, no que tem sucesso, já que A passa a falar espanhol.

(139)

A: Como é que as coisas chegaram a este ponto?

B: **¡No sé de qué me estás hablando!**

A: Como não sabes? Sabes muito bem!

B: **¡Te juro que estás equivocada, no tuve la culpa!**

A: Como é que vou acreditar nisso, me fala!

B: **¡Creeme, te lo pido, dejame explicártelo todo, vas a entender!**

A: **Bueno, está bien. ¡Explicámelo de una vez!**

Segundo Carston (2000), o segundo princípio da relevância aplica-se apenas à comunicação ostensiva, o que permite fazer a distinção entre a transmissão inadvertida de informação e vários tipos de comunicação encoberta que não se enquadram nos casos de enunciados verbais típicos mutuamente abertos. Enquanto os enunciados constituem o caso paradigmático de um estímulo ostensivo, que se acompanha de uma intenção comunicativa, é possível também comunicar apontando, fazendo mímica, produzindo gestos faciais e corporais intencionalmente.

A primeira cláusula da presunção da relevância ótima estabelece o limite mínimo para aquilo que o ouvinte pode esperar de um enunciado, isto é, efeitos cognitivos suficientes para garantir o esforço de atenção que despendeu. A segunda cláusula estabelece o limite máximo para os efeitos: o enunciado deve atingir mais do que uma mera adequação, embora a extensão dos efeitos esteja limitada pelas habilidades do falante (o conhecimento a respeito do que está sendo falado) e por suas preferências (o grau de auxílio que pretende fornecer ao ouvinte, por exemplo).

O que se aplica aos efeitos também se aplica ao esforço: a primeira cláusula garante que o ouvinte não será obrigado a despende esforço demais, enquanto que a segunda

cláusula vai além ao prometer o menor esforço sempre dentro das possibilidades da competência (por exemplo, limitações de vocabulário) e da preferência do falante (por exemplo, a forma mais ou menos direta de falar).

Alguns dos fatores que determinam a quantidade de esforço de processamento requerido são o cumprimento do enunciado, a frequência do uso dos itens lexicais empregados (por exemplo, o termo “temperos” pode requerer maior esforço de processamento do que a expressão mais longa “sal e pimenta”), e, o mais importante, a acessibilidade das suposições que formam o contexto necessário para derivar os efeitos cognitivos pretendidos.

Durante a conversação bilíngüe os dois elementos citados acima, isto é, o comprimento dos enunciados e a frequência dos itens lexicais, podem facilmente explicar a alternância de uma língua para a outra.

Observe-se o seguinte diálogo em português levado a cabo entre falantes que utilizam diariamente também o espanhol e que conhecem certas preferências lexicais mútuas.

(140)

A: Parece que esfriou bastante, não achas?

B: Acho que sim, não sei se não tenho que colocar mais roupa.

A: Então veste a **campera** por cima e vem.

B: Tudo bem, já estou indo.

A palavra **campera* pronunciada em português e com o sentido de “jaqueta” apenas pode ser compreendida por alguém que compartilhe o sentido dado no espanhol do Rio da Prata, já que no dialeto do Rio Grande do Sul, “campeira” como peça de roupa designa uma variedade de botas. O falante A não poderia, contudo, estar se referindo a botas porque estas não se colocam por cima.

A ocorrência do *code-switching* intra-sentencial unitário com adaptação à língua de base, deve-se ao fato de que ambos preferem esse termo ao correspondente português por

considerarem que o objeto em questão foi comprado na região do Prata e possui características peculiares, diferentes da peça de vestuário similar encontrada no Brasil. Como o falante acredita que dizer “jaqueta com tais e tais características” poderá provocar um esforço extra de processamento, a alternância de língua facilita a compreensão mais rápida.

Quando ocorre uma conversação bilíngüe, as alternâncias podem ser propiciadas por determinados contextos conversacionais.

Conforme Auer (1984), nas conversações que ocorrem durante as refeições, por exemplo, é comum que o *code-switching* ocorra mais freqüentemente. Como a interação entre os participantes permanece no nível das atividades não-verbais, é possível que várias características das conversações naturais fiquem suspensas: assim, há maior tolerância por longos lapsos sem fala e os tópicos também podem mudar rapidamente sem prejuízo para a intercompreensão.

Sendo a refeição o tópico onipresente de fala, tópico esse que pode vir à baila sempre que não houver outros assuntos de interesse comum, os participantes da refeição não vêem urgência em produzir grande coerência verbal referindo-se longamente a outros temas.

Observe-se (141) em que três bilíngües conversam durante o almoço:

(141)

A: Siempre salgo demasiado tarde.

B: Mmm

A: Y después vuelvo casi muerta.

C: Mmm

A: Sería mejor quedarme en casa, ¿no?

B: Mmm

A: **Essa massa é mesmo boa, né?**

B: **É a melhor, do tipo italiano, não fica mole.**

C: **Eu prefiro as mais fininhas.** ¿Les conté que hoy no trabajo?

B: Ah, ¿sí?

A: **Ficou bem com esse molho de tomate.**

B: Dan el último capítulo esta noche.

C: Lo pongo a grabar. **Esse molho é pronto?**

B: **Imagina, claro que não.**

Durante uma boa parte da conversação, B e C aceitam o papel de A como falante apenas aquiescendo silenciosamente enquanto almoçam. Quando A propõe a troca de tópico e passa a falar sobre a refeição que as mantém juntas, alterna de língua e consegue reação por parte de B e de C, que nem sequer tinham respondido ao “¿no?” formulado por A. A recusa em participar da conversa e a decisão de seguir apenas comendo acaba no momento em que passam a falar sobre a massa.

A solução encontrada por A foi adequada: C inclusive passa a falar sobre si mesma também. O faz em espanhol, língua na qual A esteve falando antes de ter alternado. Para Auer (1984), o *code-switching* pode também ser consequência da mudança de tópico. Pode-se observar que, embora B tampouco demonstre interesse por esse tema particular a C, responde em espanhol também. E, quando sai do tópico da comida, o faz também nessa língua, só retornando ao português para responder à pergunta feita sobre o molho.

3.3.6 – O uso descritivo e interpretativo da linguagem durante a conversação bilíngüe

Embora Sperber & Wilson não tenham se dedicado ao estudo de conversações bilíngües, na obra *Relevance* apresentam diálogos em que cada falante emprega uma língua durante a interação. Fazem-no no intuito de demonstrar que quase todos os estímulos utilizados na comunicação ostensiva são representações, tanto os lingüísticos como os de outro tipo.

Como já foi visto, apresentam a série de diálogos motivados pelo fato de que Pedro perdeu a carteira na França e Maria procura por ela dirigindo-se ao porteiro do hotel:

(65)

Pedro: Que língua usaste para falar com o porteiro?

Maria: **Bonjour, comment allez-vous, bien, merci, et vous?**

Maria comunica que falou francês, não através da afirmação em si mas pela imitação do fato que quer tornar manifesto. O enunciado é produzido porque se parece ao fenômeno de alguém falando francês com o porteiro.

O emprego da alternância para a língua falada pelo porteiro do hotel tem significação mais rica do que se tivesse respondido na língua usada por Pedro para fazer a pergunta. Veja-se (142):

(142)

Pedro: Que língua usaste para falar com o porteiro?

Maria: O francês.

Se tivesse sido essa a resposta dada por ela, Pedro teria sido informado da língua em que aconteceu o diálogo mas não teria podido inferir nada mais a partir disso. O custo de processamento é maior, mas o efeito cognitivo é mais interessante do que sem o *code-switching*.

Por outro lado, se apenas tivesse optado por responder simplesmente em francês, haveria maior efeito cognitivo, mas a ironia não teria sido tão claramente identificável.

(143)

Pedro: Que língua usaste para falar com o porteiro?

Maria: **Le français.**

Como Maria sabe que Pedro, bilíngüe em algum grau, poderá entender que se trata do francês, opta por fazer uma imitação estereotipada através de fórmulas fixas com o intuito de ironizar a conversação que manteve nessa língua.

No seguimento da série de diálogos apresentados por Sperber & Wilson vemos que Maria não simpatiza com o porteiro, a quem, inclusive, acusa de ter roubado a carteira. Conseqüentemente, cabe considerar plausível o fato de que tenha querido ser sarcástica ao se referir à conversa que tiveram.

Observe-se agora o diálogo (66):

(66)

Pedro: E o que foi que ele disse?

Maria: **Je l'ai cherché partout!**

De novo ela não comunica a forma proposicional do enunciado, usa este enunciado porque é uma citação direta. Citações diretas são os exemplos mais óbvios de enunciados usados para representar não o que eles descrevem mas aquilo com o qual se parecem.

Vemos que Maria opta novamente por alternar o idioma da interação com o intuito de passar alguma informação adicional a Pedro. A frase inclusive pode vir acompanhada de entonação que indique falsidade por parte de quem a diz, já que ela atribui ao porteiro a capacidade de estar fingindo.

Considere-se ainda uma outra versão do mesmo diálogo:

(67)

Pedro: E o que foi que ele disse?

Maria: Eu a procurei por toda parte.

O enunciado de Maria é uma tradução do enunciado do porteiro, novamente representa aquilo com o que se parece: parece-se ao enunciado verdadeiramente pronunciado por ter a mesma estrutura semântica. Como, apesar de ter sido possível utilizar outra língua, não houve qualquer alternância lingüística, Pedro estará autorizado a inferir apenas que o porteiro procurou a carteira sem achá-la.

Assim, com apenas uma frase de Maria em (65), Pedro obtém três efeitos ou conclusões, o que a torna a mais relevante de todas as outras possibilidades de resposta descritas acima.

Wilson & Sperber (1998) apresentam exemplo do mesmo teor, em que a resposta com outra língua fornece um significado distinto daquele que se teria com a mesma:

(144)

Pedro: O que diz o último verso do Hino Britânico?

Maria: **“Britons never never never shall be slaves”**.

Maria não quer passar o pensamento de que os ingleses não serão jamais escravos, mas sim lembrar a Pedro textualmente as últimas palavras do hino. Em vez de reproduzir o verso com a repetição típica da melodia, ela poderia ter escolhido fazer a tradução pura ou uma paráfrase na mesma língua em que conversam, como em (145):

(145)

Pedro: O que diz o último verso do Hino Britânico?

Maria: Que os britânicos jamais serão escravos.

Para atingir uma interpretação consistente com o princípio da relevância, o ouvinte deve encontrar alguns efeitos contextuais que não poderiam ter sido produzidos por uma resposta direta. Efeitos, por exemplo, relativos à atitude do falante em relação a ele, a dúvidas sobre sua opinião ou sobre o que deveria dizer. Qualquer elemento indireto em uma resposta encoraja o ouvinte a procurar por efeitos contextuais adicionais para equilibrar o esforço extra que lhe custou processá-la.

Contudo, através do uso do *code-switching* é possível ganhar uma imagem muito mais informativa e colorida do que se o enunciado tivesse sido expresso na mesma língua da interação.

A vinheta seguinte exemplifica um diálogo durante o qual um bilíngüe português/espanhol realiza *code-switching* intra-sentencial, passando do espanhol, língua de base da conversação, ao português. Insere um termo inexistente em espanhol mas perfeitamente plausível pois adaptado à fonologia e à morfologia dessa língua.

(146)

A: ¿Qué estás haciendo?

B: Nada, ¿por qué?

A: Me pareció que estabas [**refestelándote.**]

B: (**RISOS**) Te equivocaste...

O ouvinte B ri da transgressão lingüística proposital, o que indica que partiu do princípio de que A escolheu o estímulo mais relevante no momento para sugerir sua intenção. Sem o *code-switching*, o falante A não teria podido expressar de forma tão significativa o tom cômico, já que em espanhol não existe o verbo **refestelarse*.

A presunção de que o falante tentou alcançar efeitos contextuais adequados ao ter optado racionalmente pelo que acreditou ser otimamente relevante para o ouvinte foi sugerida pela alternância de idiomas.

Descreve-se a seguir exemplo contrário. O falante não obtém o efeito contextual pretendido por exigir demasiado esforço de processamento por parte do ouvinte.

(147)

B: Ella no me gusta nada.

A: A mí tampoco.

B: (**RISOS**) [**tipo que**] es tontísima.

A: ¿Ah? ¿Cómo?

B: Es muy tonta.

A: Ah, me parece que sí.

Por ter deficiência no domínio do espanhol, o ouvinte A não compreende que, através da inserção da expressão em português com adaptação à língua de base, o intuito de B foi o de fazê-lo rir. Como desconhece a impossibilidade de tal estrutura no mesmo contexto em espanhol, não só não ri como pede esclarecimento do motivo pelo qual o falante B utiliza entonação cômica ou irônica.

O falante B renuncia ao efeito cômico que desejava provocar e expressa a mesma idéia de modo mais simples e com entonação normal. Quando o falante pretende obter uma interpretação de um pensamento com pouco esforço, deve produzir um enunciado pouco complexo lingüisticamente ou que contenha vocabulário comum em vez de empregar termos técnicos semanticamente equivalentes mas que demandem maior esforço para conseguir igual efeito contextual. Para Blakemore (1997), o esforço de processamento depende da complexidade e do comprimento do enunciado, juntamente com o tamanho e a facilidade ou dificuldade de acesso do contexto necessário para sua interpretação.

Como foi visto, apresentei primeiramente neste capítulo final uma breve descrição de alguns aspectos da conversação bilíngüe, justamente com os fenômenos mais pertinentes para a análise de inferências ocorridas durante esse tipo de interação, quais sejam, o *code-switching* e a interlíngua.

Em segundo lugar, através da reinterpretação de fenômenos exclusivos da conversação bilíngüe a partir do princípio da relevância, objetivei esclarecer que o modelo inferencial da comunicação humana, defendido por Sperber & Wilson, parece ser o que melhor dá conta da maneira pela qual um tipo específico de falantes e ouvintes, os que normalmente interagem em mais de um sistema lingüístico ao mesmo tempo, leva a cabo sua comunicação.

Finalizando este trabalho, acredito ter conseguido demonstrar que, através da Teoria da Relevância, é possível explicitar a natureza do processo inferencial que é posto em prática pelo ouvinte bilíngüe ao detectar um *code-switching* ou um enunciado em interlíngua durante sua conversação com um falante que compartilha suas mesmas línguas e que pretende justamente expressar suas intenções ao alternar de uma língua para outra.

CONCLUSÃO

Após ter resumido a obra *Relevance* de Sperber & Wilson (1986, 1995) no primeiro capítulo, ressaltando alguns de seus vários pontos, apresentei uma resenha crítica ao modelo de Teoria da Relevância no segundo capítulo.

Por fim, no terceiro, cotejei um tipo específico de comunicação em linguagem natural, a conversação bilíngüe, com os postulados da Teoria da Relevância para verificar se efetivamente tal construto pode pretender ter potencial descritivo-explanatório de diversos fatos ocorridos na comunicação humana.

Neste trabalho em particular, minha análise aponta para o fato de que, durante a conversação bilíngüe, o interlocutor apreende os significados pretendidos pelo locutor ao realizar a alternância de idiomas porque considera que a informação tem a pretensão da máxima relevância.

Uma análise que se restrinja apenas ao nível do que foi efetivamente dito não pode dar conta do motivo pelo qual o falante abandona a língua de base da interação e passa a empregar a outra.

Através do exemplo (106) procurei demonstrar que o ouvinte realiza um cálculo dedutivo não-demonstrativo para atingir a interpretação mais interessante do ponto de vista da riqueza interpretativa.

Como imagina que a informação seja relevante, realiza as inferências adequadas sem demasiado esforço de processamento justamente por ter a presunção de que os efeitos cognitivos alcançados são os pretendidos pelo falante bilíngüe que se comunica com ele utilizando ambas as línguas como elemento importante e não aleatoriamente.

Se, contrariamente, o falante tivesse prescindido do *code-switching*, o ouvinte teria deixado de inferir uma série de elementos importantes contidos no enunciado na outra língua, conforme o diálogo monolíngüe em (107).

Examinei também em (110) e em (112) a listagem de implicaturas derivadas da conversação com alternância lingüística para concluir que não são correspondentes às suposições implicadas pelo mesmo diálogo em versão monolíngüe.

O fato contrário, a não utilização proposital da alternância, nos casos em que não se acata a mudança proposta pelo interlocutor, pode ser relevante em si mesmo. Em (118) evidencia-se que um ouvinte bilíngüe se resiste expressamente a abandonar a língua com a qual começou a conversação, o que produz efeitos importantes nos ambientes cognitivos de seus interlocutores.

A Teoria da Relevância tem condições de contribuir para analisar interações entre pessoas não-nativas com nativas de uma determinada língua durante sua interação.

Com a vinheta (125) indiquei que é possível que um falante não-nativo faça suposições diferentes e derive conclusões diversas das do nativo, mesmo que a explicatura seja idêntica para ambos.

Como o contexto cognitivo é construído através da experiência com a linguagem e com a(s) cultura(s) onde é empregada, explica-se a possibilidade de que um falante de interlíngua faça erradamente a suposição de que uma certa proposição não esteja manifesta para o nativo quando, pelo contrário, está totalmente manifesta.

Tal equívoco resultará em uma expressão redundante e, por isso mesmo, irrelevante. Não compartilhar o mesmo contexto pode resultar em falhas na comunicação e em derivações incorretas e não pretendidas.

Foi visto que a habilidade dedutiva acontece a partir de um conjunto de suposições e deriva sistematicamente uma suposição como conclusão. Em (126), o ouvinte precisou lançar mão das entradas lógica, enciclopédica e lexical do conceito necessário para atingir a interpretação correta do enunciado, resultado ao qual pôde chegar rapidamente pelo único fato de ser ele também falante da primeira língua de seu interlocutor.

Como os aprendizes de uma segunda língua despendem maior esforço de processamento do que os nativos, por meio da vinheta (124) demonstrei que eles podem se orientar pela expectativa de obtenção de maiores efeitos contextuais. Para os falantes de interlíngua, a informação redundante, como a repetição ou a identidade de estruturas, pode ser altamente relevante porque promove uma maior compreensão dos enunciados na língua alvo.

A alternância de línguas durante a conversação pode alcançar relevância ótima ao produzir um número máximo de efeitos contextuais no ambiente cognitivo do ouvinte pelo fato de ser claramente intencional. Excetuam-se, entretanto, os casos de *code-switching* motivados pela falta de disponibilidade de um termo da língua de base na memória permanente ou, como em (135), pelo claro desconhecimento do mesmo.

A informação lingüística pode fazer parte do contexto e pode ser trazida ao processo de compreensão quando for preciso ou possível. No caso dos aprendizes, falantes de interlíngua em variado grau, a detecção de certas formas como necessárias à sua aquisição de *input* lingüístico guia-se necessariamente pela relevância.

A primeira cláusula da presunção da relevância ótima garante que o ouvinte não será obrigado a despender esforço demais, enquanto que a segunda cláusula garante exigir o menor esforço sempre dentro das possibilidades da competência e da preferência do falante.

Existem fatores que determinam a quantidade de esforço de processamento como o comprimento do enunciado, a frequência do uso dos itens lexicais empregados e, principalmente, a acessibilidade das suposições que formam o contexto necessário para derivar os efeitos cognitivos pretendidos. Ilustrei em (140) a opção por uma alternância lingüística, através de inserção de item lexical com perfeita adaptação à língua de base, que, mesmo exigindo maior esforço por parte do ouvinte bilíngüe, garante maior compensação em termos de ganhos cognitivos. O custo de processamento é maior, mas o efeito cognitivo é mais interessante do que sem o *code-switching*.

Na série de vinhetas (65), (142), (143), (66), (67), (144) e (145) descrevo exemplos que permitem verificar os diferentes níveis de interpretação para diversas respostas à mesma pergunta. Conforme um dos interlocutores empregue ou prescinda do *code-switching*, vão mudando as possibilidades de interpretação por parte do outro com quem interage e a ironia, por exemplo, deixa de ser tão claramente identificável.

Assim, de modo a atingir a interpretação consistente com o princípio da relevância, o ouvinte precisa encontrar alguns efeitos contextuais que não poderiam ter sido produzidos por uma resposta na mesma língua em que vem conversando. Qualquer elemento indireto

em uma resposta, como em (146), encoraja o ouvinte a procurar por efeitos contextuais adicionais para equilibrar o esforço extra que lhe custou processá-la.

Através da Teoria da Relevância pode-se, então, explicitar com mais clareza a natureza do processo inferencial que é posto em prática pelo ouvinte bilíngüe ao detectar uma alternância lingüística durante sua conversação com um falante que compartilha seu mesmo par de idiomas.

É importante salientar que vários aspectos relativos ao tema do bilingüismo em geral e à conversação bilíngüe em particular foram deixados de lado pela imposição do recorte acadêmico pelo qual optei. Entretanto, discussões paralelas e novas investigações poderão ser levadas a cabo a partir de problemas diversos nessa área do conhecimento. A perspectiva de abertura a novos estudos pode ser altamente estimulante para futuros trabalhos nesse sentido.

A Teoria da Relevância poderia ter algum tipo de contribuição no sentido de elucidar aspectos sociológicos, psicológicos e processos cognitivos envolvidos na conversação bilíngüe. Além disso, as implicações trazidas por tal modelo seriam extremamente interessantes na pesquisa da conversação bilíngüe *lato sensu* durante o ensino de línguas estrangeiras ou durante o processo de aquisição e de compreensão de uma segunda língua.

Nas palavras de Récanati (1987), os efeitos de *Relevance* são impactantes porque Sperber & Wilson oferecem um novo modelo da cognição humana, segundo o qual a mente processa informação de maneira a obter o maior desenvolvimento da sua representação de mundo com o menor custo de processamento. Tanto a informação que a mente escolhe processar como a forma como o faz são determinadas pela busca da relevância.

Além disso, apresentam uma teoria detalhada da comunicação lingüística que é mais explícita do que a maioria das outras e que leva em conta fenômenos negligenciados como a comunicação de sentimentos e os pensamentos vagos.

É uma teoria, em fim, que reconhece a subdeterminação daquilo que é dito e, ainda assim, explica a habilidade de o ouvinte selecionar a única interpretação consistente com o princípio da relevância.

Diversas áreas da ciência têm levado a Teoria da Relevância em conta para analisar elementos ligados à comunicação humana, o que permite acreditar que se trata de uma teoria capaz de provocar imediata aceitação ou rejeição, embora poucas vezes gere indiferença.

A Teoria da Relevância tem sido aplicada com sucesso a diferentes tipos de discurso, o que comprova sua importância na pesquisa contemporânea nas áreas da linguagem e da comunicação.

Suas implicações alcançam campos muito extensos como, por exemplo, a área da sintaxe, da interface sintaxe-semântica, das patologias da linguagem, do autismo, dos pacientes com problemas no hemisfério cerebral direito, dos usos agramaticais da linguagem, do humor, da análise do discurso, da tradução, da literatura, do discurso da mídia, da retórica, da entonação, da argumentação, do ensino de língua estrangeira, além de análises específicas de cultura sob a perspectiva da relevância.

Ainda não se podem prever quais aspectos da Teoria da Relevância continuarão sendo reforçados nem quais serão abandonados definitivamente dentro de alguns anos. Por enquanto, cabe-nos aceitar suas provocações.

BIBLIOGRAFIA

AUER, Peter. **Bilingual Conversation**. Amsterdam/ Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1984.

_____ “From code-switching via language mixing to fused lects: Toward a dynamic typology of bilingual speech” In: *International Journal of Bilingualism*. Vol.3, n° 4, Dec.1999.

BACH, Kent & HARNISH, Robert. “Relevant questions” In: *Précis of Relevance - Behavioral and Brain Sciences*, 10, 1987.

BLAKEMORE, Diane. “Linguistic constraints on pragmatics: A reassessment of linguistic semantics” In: *Précis of Relevance - Behavioral and Brain Sciences*, 10, 1987.

_____ “Restatement and exemplification: a relevance theoretic reassessment of elaboration” In: *Pragmatics & Cognition*. Vol. 5. (1), 1997.

CARSTON, Robyn. “Being explicit” In: *Précis of Relevance - Behavioral and Brain Sciences*, 10, 1987.

_____ “The relationship between generative grammar and (relevance-theoretic) pragmatics” In: *Language & Communication*, 20, 2000.

CASTELLOTTI, Véronique. **La langue maternelle en classe de langue étrangère**. Paris: CLE International, 2001.

DABÈNE, L.; CICUREL, F.; LAUGA-HAMID, M.-C. & FOERSTER, C. **Variations et rituels en classe de langue**. Paris: Hatier-Credif, 1990.

- DABÈNE, Louise & MOORE, Danièle. “Bilingual speech of migrant people” In: MILROY, L. & MUYSKEN, P. **One speaker, two languages. Cross-disciplinary perspectives on code-switching.** Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
- DAVIES, Martin. “Relevance and mutual knowledge” In: *Précis of Relevance - Behavioral and Brain Sciences*, 10, 1987.
- DURÁN, Luisa. “Toward a better understanding of Code-switching and Interlanguage In Bilinguality: Implications for Bilingual Instruction.” In: *The Journal of Educational Issues of Language Minority Students*. Vol.14, 1994.
- FOSTER-COHEN, Susan. “Review Article – Relevance: Communication and Cognition”. In: *Second Language Research*, 16,1, 2000.
- GIBBS, Raymond. “The relevance of *Relevance* for psychological theory” In: *Précis of Relevance - Behavioral and Brain Sciences*, 10, 1987.
- GRICE, H. P. “Lógica e conversação”. In: DASCAL, Marcelo. **Fundamentos Metodológicos da Lingüística – Pragmática – Vol.4.** Campinas: Unicamp, 1982. (1967)
- GROSJEAN, François. **Life with Two Languages. An Introduction to Bilingualism.** Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1982.
- GUMPERZ, John J. “Verbal strategies in multilingual communication” In: ALATIS, K.E. *Georgetown University Round Table on Languages and Linguistics.* Washington: Georgetown University Press, 1970.

HAMERS, Josiane F. & BLANC, Michel H. **Bilinguality and Bilingualism**. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

KRAMSCH, Claire. **Interaction et discours dans la classe de langue**. Paris: Hatier/Didier, 1991.

LEVINSON, Stephen. "Implicature explicated?" In: *Précis of Relevance - Behavioral and Brain Sciences*, 10, 1987.

MACNAMARA, John. "Logical competence" In: *Précis of Relevance - Behavioral and Brain Sciences*, 10, 1987.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Análise da conversação**. São Paulo: Editora Ática, 1991.

MCCAWLEY, James. "The multidimensionality of pragmatics" In: *Précis of Relevance - Behavioral and Brain Sciences*, 10, 1987.

MILLIKAN, Ruth. "What Peter thinks when he hears Mary speak" In: *Précis of Relevance - Behavioral and Brain Sciences*, 10, 1987.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da. **Oficina de Lingüística Aplicada**. São Paulo: Pontes, 1996.

MORGAN, Jerry & GREEN, Georgia. "On the search for relevance" In: *Précis of Relevance - Behavioral and Brain Sciences*, 10, 1987.

MOZZILLO DE MOURA, Isabella. **Traição lingüística e lealdade cultural. A alternância de código no discurso bilíngüe**. Dissertação de Mestrado,

UCPEL, 1997.

MYERS-SCOTTON, Carol. **Social Motivations for Code-switching. Evidence from Africa.** Oxford: Clarendon Press, 1993.

PETTIT, Philip. "Inference and Information" In: *Précis of Relevance - Behavioral and Brain Sciences*, 10, 1987.

PINKER, Steven. **Language Instinct.** New York: William Morrow and Company, Inc., 1994.

POPLACK, S.; WHEELER, S. & WESTWOOD, A. "Distinguishing language contact phenomena: evidence from Finnish - English bilingualism" In: HYLSTENSTAM, K. & OBLER, L **Bilingualism across lifespan. Aspects of acquisition, maturity and loss.** Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

RÉCANATI, François. "Literalness and other pragmatic principles" In: *Précis of Relevance - Behavioral and Brain Sciences*, 10, 1987.

RUSSELL, Stuart. "Rationality as an explanation of language?" In: *Précis of Relevance - Behavioral and Brain Sciences*, 10, 1987.

SANKOFF, David & POPLACK, Shana. "A formal grammar for code-switching" In: *Papers in Linguistics*, 14, 1981.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Lingüística Geral.** São Paulo: Cultrix, 1993. (1916).

SELINKER, Larry. "Interlanguage." In: SCHUMANN, J.H. & STENSON, N. **New Frontiers in Second Language Learning.** New York: Newbury House, 1974. (First

published in IRAL, 1972).

SILVEIRA, Jane R.C. da & FELTES, Heloisa P. de M. **Pragmática e Cognição. A textualidade pela relevância.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997.

SPERBER, Dan & WILSON, Deirdre. **Relevance: Communication and Cognition.** Cambridge: Harvard University Press, 1986.

_____ **Relevance: Communication and Cognition.** (Postface). Cambridge: Harvard University Press, 1995. Second edition.

_____ “Author’s response” In: *Précis of Relevance - Behavioral and Brain Sciences*, 10, 1987.

_____ “Loose Talk” In: DAVIS, S. (ed). **Pragmatics: a reader.** New York: Oxford University Press, 1991.

TARONE, E. “Some thoughts on the notion of ‘communication strategy’” In: FAERCH & KASPER (eds.). **Strategies in Interlanguage Communication.** London: Longman, 1983.

WILSON, Deirdre & SPERBER, Dan. “Pragmatics and modularity” In: DAVIS, S. (ed.) **Pragmatics: a reader.** New York: Oxford University Press, 1991.

_____ “Linguistic form and relevance” In: *Lingua*, 90, 1993.

_____ “Semelhança e comunicação” In : ANDLER, Daniel. (org.) **Introdução às Ciências Cognitivas.** São Leopoldo: Editora da Unisinos, 1998.

WILSON, Deirdre. "Relevance and understanding" In: BROWN, G.; MALMKJAER, A.; POLLITT, A. & WILLIAMS, J. (eds.) **Language and Understanding**. Oxford: Oxford University Press, 1994.

WILKS, Yorick. "Relevance must be to someone" In: *Précis of Relevance - Behavioral and Brain Sciences*, 10, 1987.

YUS RAMOS, Francisco. "A decade of relevance theory" In: *Journal of Pragmatics*, 30, 1998.

CURRICULUM VITAE RESUMIDO

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Nome: Isabella Mozzillo

Naturalidade: Buenos Aires – Argentina

FORMAÇÃO ACADÊMICA

Graduação:

1. Licenciatura Plena em Letras – Habilitação Português-Francês
Universidade Federal de Pelotas – 1988.
2. Direito
Universidade Federal de Pelotas – 1989.

Pós-Graduação:

Mestrado em Letras

Universidade Católica de Pelotas – 1997.

EXPERIÊNCIA DOCENTE

Universidade Federal de Pelotas - Instituto de Letras e Artes – Departamento de Letras
Desde 1991. Disciplinas de Língua Francesa e Lingüística Aplicada ao Ensino do Francês.

EXPERIÊNCIA EM PESQUISA

Título da pesquisa: Banco Multidisciplinar de Textos

Orientador: Profa. Anne Moor

Instituição: Universidade Federal de Pelotas

Período: 1996 e 1997

PUBLICAÇÕES

MOZZILLO, Isabella. “O itinerário de uma escritura no feminino: Uma leitura feminista de Madeleine Ouellette-Michalska”. In: HANCIAU, N. ; CAMPELLO, E. & SANTOS, E. (orgs.) **A voz da crítica canadense no feminino**. Rio Grande: Editora da FURG, 2001 (Tradução do francês do artigo: GREEN, Mary Jean. “L’itinéraire d’une écriture au féminin : une lecture féministe de Madeleine Ouellette-Michalska”).

MOZZILLO, Isabella. “A conversação bilíngüe dentro e fora da sala de aula de língua estrangeira” In: HAMMES, W. & VETROMILLE-CASTRO, R. **Transformando a sala de aula, transformando o mundo: ensino e pesquisa em língua estrangeira**. Pelotas: Educat, 2001.

MOZZILLO, Isabella. “As primeiras combinações de palavras em crianças bilíngües”. In: LEFFA, Vilson, J. (compilador). TELA (Textos em Lingüística Aplicada) [CD-ROM]. Pelotas: Educat, 2000.

MOZZILLO, Isabella. “Por que estudar a aquisição da linguagem por crianças equilíngües?” In: LEFFA, Vilson, J. (compilador). TELA (Textos em Lingüística Aplicada) [CD-ROM]. Pelotas: Educat, 2000.

MOZZILLO, Isabella & MACHADO, Maristela Gonçalves Sousa. “O francês, língua das ciências e das artes.” (Comunicação apresentada no II ENPLE - Encontro nacional sobre política de ensino de línguas estrangeiras, 2000, Pelotas.) In: LEFFA, Vilson, J. (compilador). TELA (Textos em Lingüística Aplicada) [CD-ROM]. Pelotas: Educat, 2000.

MOZZILLO, Isabella. “A aquisição das habilidades escritas por parte de crianças equilíngües.” (Comunicação apresentada no II SENALE - Seminário nacional sobre

linguagem e ensino, 1999, Pelotas) In: LEFFA, Vilson, J. (compilador). TELA (Textos em Lingüística Aplicada) [CD-ROM]. Pelotas: Educat, 2000.

MOZZILLO, Isabella. “Gênese da língua francesa e situação lingüística no Quebec”. In: BÉLANGER, A., HANCIAU, N & DION, S. (orgs.) **A América francesa: introdução à cultura quebequense**. Rio Grande: Editora da FURG. 1999. (Tradução do francês do artigo: BARBAUD, Philippe. “Genèse de la langue française et situation linguistique au Québec” In: BÉLANGER, A., HANCIAU, N & DION, S. (orgs.) **L’Amérique Française: introduction à la culture québécoise**. Rio Grande: Editora da FURG, 1998.)

MOZZILLO, Isabella. “Relevância e inferência na conversação bilíngüe”. In: Página da Pesquisa em Lógica e Linguagem Natural - <http://www.pucrs.br/letras/pos>, PUCRS, 1998.

MOURA, Isabella M. de. “Motivações para o code-switching na conversação bilíngüe”. In: **Trabalhos em Lingüística Aplicada**. Campinas: Editora da UNICAMP, v.29, p.51-67, 1998.

MOURA, Isabella M. de. “Motivações para o code-switching no discurso bilíngüe”.(Comunicação apresentada no II CELSUL - Encontro do Círculo de estudos lingüísticos do sul, 1997, Florianópolis). In: **ANAIS do II CELSUL [CD-ROM] 1997**.

MOURA, Isabella M. de. “A representação dos sistemas lingüísticos no cérebro dos indivíduos bilíngües”. In: **Caderno de Letras – UFPEL**. Pelotas: Editora da UFPEL, v.1, n.6, p.73-84, 1997.

MOURA, Isabella M. de. **Traição lingüística e lealdade cultural. A alternância de**

código no discurso bilíngüe. Dissertação de Mestrado. UCPEL, 1997.

MOURA, Isabella M. de. **Pequod.** Pelotas: Editora da UFPEL. 1996. (Versão ao espanhol da novela: RAMIL, Vitor. **Pequod.** Porto Alegre: L&PM, 1995).

MOURA, Isabella M. de. **Fronteras Abiertas I - Español del Río de la Plata para niños brasileños – Libro del alumno.** Pelotas: Editora da UFPEL, 1995.

MOURA, Isabella M. de. **Fronteras Abiertas I - Español del Río de la Plata para niños brasileños - Cuaderno de Ejercicios.** Pelotas: Editora da UFPEL, 1995.

BRAUNER, Wania; MOURA, Isabella M. de & HERNANDORENA, Carmen Lúcia. **Fronteras Abiertas I - Español del Río de la Plata para niños brasileños – Libro del Profesor.** Pelotas: Editora da UFPEL, 1995.

HERNANDORENA, Carmen Lúcia; MOURA, Isabella M. de & BRAUNER, Wania. **Fronteras Abiertas - Espanhol para Estrangeiros - Fundamentação lingüística e metodológica para o professor de língua estrangeira.** Pelotas: Editora da UFPEL e Livraria Mundial, 1993.